



**UNIÃO LATINA**

**ACTAS DO ENCONTRO INTERNACIONAL**

**LÍNGUA PORTUGUESA  
E CULTURAS LUSÓFONAS  
NUM UNIVERSO GLOBALIZADO**



**FUNDAÇÃO  
CALOUSTE  
GULBENKIAN**



ACTAS DO ENCONTRO INTERNACIONAL

**LÍNGUA PORTUGUESA E CULTURAS LUSÓFONAS  
NUM UNIVERSO GLOBALIZADO**

**UNIÃO LATINA**

Organização intergovernamental que reúne 36 Estados  
de Língua oficial neolatina

**Secretário-Geral**  
José Luis Dicenta

**Director da Direcção de Terminologia e Indústrias da Língua – DTIL**  
Daniel Prado

**Representante do Escritório em Lisboa**  
Maria Renée Gomes

**Comissário do Encontro**  
José Carlos de Vasconcelos

**Conselho Científico do Encontro**  
Arnaldo Espírito Santo (Director do Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa)  
Cristina Pimentel (Faculdade de Letras de Lisboa)  
Eduardo Lourenço (Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian)  
Ivo Castro (Faculdade de Letras de Lisboa)  
José Esteves Pereira (Universidade Nova – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)  
Luís Filipe Barreto (Director do Centro Científico e Cultural de Macau)  
Luís Reto (Reitor do ISCTE)  
Paula Mourão (Faculdade de Letras de Lisboa)

**Secretariado:** Rita Caeiro, Florica Razumiev



**Apoios:**



FUNDAÇÃO  
LUSO-AMERICANA



## Programa

25-10-2010

### Sessão de Abertura

Dr. Jaime Gama – Presidente da Assembleia da República  
Dr. António Braga – Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas  
Dr. José Carlos de Vasconcelos – Director do "Jornal de Letras"  
Emb. José Luis Dicenta – Secretário-Geral da União Latina  
Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo – Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian

**Conferência:** Prof. Doutor Manuel Maria Carrilho – Ex-Ministro da Cultura e Embaixador de Portugal na UNESCO

### Painel 1: A língua portuguesa no mundo

*Moderador:* Prof. Doutor Ivo Castro – *Director da Área de Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*

Prof. Doutor Francisco Pinto Balsemão – *Presidente do grupo IMPRESA*

Dr<sup>a</sup> Ana Paula Laborinho – *Presidente do Instituto Camões*

Prof. Doutor Adriano Moreira – *Presidente da Academia das Ciências*

Dr<sup>a</sup> Graça Mira Gomes – *Ministério dos Negócios Estrangeiros*

Prof. Doutor Carlos Lopes – *Subsecretário Geral das Nações Unidas*

### Painel 2: Diáspora e emigração

*Moderador:* Prof. Doutor José Esteves Pereira – *Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa/FCSH*

Ensaísta Eduardo Lourenço – *Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian*

Prof. Doutor Onésimo Teotónio de Almeida – *Universidade de BROWN, EUA*

Emb. Francisco Seixas da Costa – *Embaixador de Portugal em França*

Prof. Doutor Helder Macedo – *Universidade de Londres*

**Sessão solene de entrega da XVIII edição do Prémio de Tradução Científica e Técnica União Latina – Fundação para a Ciência e Tecnologia**

O Prémio foi entregue pelo Presidente da FCT, Prof. Doutor João Sentieiro

26-10-2010

### **Painel 3: Valor económico da língua portuguesa**

*Moderador:* Prof. Doutor Luís Filipe Barreto – *Director do Centro Científico e Cultural de Macau*

Prof. Doutor Luís Reto – *Reitor do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)*

António Pedro Vasconcellos – *Cineasta, realizador e escritor*

David Ferreira – *Editor*

Dr. Renato Borges de Sousa – *Director do CIAL – Centro de Línguas*

### **Painel 3: Valor económico da língua portuguesa (cont.)**

*Moderador:* Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Morão – *Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras*

Dr. Pedro Norton – *Vice-Presidente da Comissão Executiva da IMPRESA*

Prof. Doutor Estêvão de Moura – *Presidente da IMPRENSA NACIONAL – CASA DA MOEDA*

Eng.<sup>o</sup> Vasco Teixeira – *Presidente da PORTO EDITORA*

Dr. Paulo Teixeira Pinto – *Presidente da APEL*

### **Painel 4: Ciberespaço lusófono: como forma de difusão e de divulgação da língua – Internet e novas tecnologias**

*Moderador:* Prof. Doutor Arnaldo Espírito Santo – *Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras*

Dr. Gilvan Müller – *Director do Instituto Internacional da Língua Portuguesa*

Prof. Doutor Carlos Correia – *Universidade Nova de Lisboa / FCSH/CITI*

Dr. Afonso Camões – *Presidente da Agência de Notícias LUSA*

Prof. Doutor. Gustavo Cardoso – *Director da OBERCOM – Observatório da Comunicação*

**Conferência:** Emb. Alberto Costa e Silva – *Academia Brasileira de Letras – Brasil*

### **Sessão de Encerramento**

Dr.<sup>a</sup> Isabel Alçada – *Ministra da Educação*

Emb. José Luís Dicenta – *Secretário-Geral da União Latina*

Dr. Domingos Simões Pereira – *Secretário Executivo da CPLP*

Prof. Doutor João Sentieiro – *Presidente da FCT*

# Índice

<b>Introdução</b> .....	9
<b>Recomendações do Colóquio</b> .....	11
<b>Sessão de Abertura</b>	
A presença da língua portuguesa – José Luis Dicenta .....	15
Jaime Gama .....	19
António Braga .....	25
O mar da nossa língua – José Carlos de Vasconcelos .....	29
<b>Conferência – Manuel Maria Carrilho</b> .....	35
<b>Painel 1 – A língua portuguesa no mundo</b>	
Francisco Pinto Balsemão .....	47
Para uma política de internacionalização da língua	
– Ana Paula Laborinho .....	53
A maneira portuguesa de estar no mundo – Adriano Moreira.....	63
A Língua Portuguesa no Mundo – Graça M. Gomes .....	69
<b>Painel 2 – Diáspora e emigração</b>	
Eduardo Lourenço .....	77
Diáspora e emigração – sobre as comunidades portuguesas	
dos EUA e Canadá – Onésimo Teotónio Almeida .....	85
Francisco Seixas da Costa .....	93
Helder Macedo .....	101
<b>XVIII Prémio de Tradução Científica e Técnica</b>	
<b>em Língua Portuguesa FCT/UL 2010</b>	
Laureados.....	109
Bernardo Harold .....	111
João Sentieiro .....	115

### **Painel 3 – Valor económico da língua portuguesa**

David Ferreira .....	119
Renato Borges de Sousa .....	129
Pedro Norton .....	135
Valor económico da Língua Portuguesa – Paulo Teixeira Pinto .....	143
Estêvão de Moura (apresentação) .....	147

### **Painel 4 – Ciberespaço lusófono, como forma de difusão e divulgação da língua – Internet e novas tecnologias**

Gilvan Müller .....	157
Afonso Camões (apresentação) .....	165

### **Conferência – Alberto Costa e Silva .....**

185
-----

### **Sessão de Encerramento**

José Luis Dicenta .....	195
Isabel Alçada .....	199
Notas de Intervenção – Domingos Simões Pereira .....	205
João Sentieiro .....	213
Recomendações do Colóquio .....	215

### **Fotos .....**

217
-----

## Introdução

Um século depois da proclamação da República Portuguesa e mais de meio milénio após o início da expansão de Portugal no Mundo, que faria irradiar a língua e a cultura portuguesas pelos vários continentes, é oportuno analisar o seu lugar e a sua presença num mundo novo, onde a globalização representa simultaneamente um *trunfo* e um *desafio*. Um *trunfo*, porque, em princípio, qualquer cultura e língua se pode expressar em todo o mundo. Um *desafio*, porque cada cultura é chamada a capitalizar os meios proporcionados pela globalização.

O mundo lusófono tem potencialidades culturais evidentes: a força dos seus milhões de falantes; o estatuto oficial da língua portuguesa em oito Estados e uma Região (Macau), repartidos por quatro continentes; a pervivência da língua nos litorais das sete partidas do mundo; as sucessivas diásporas. A sua literatura, a sua criação audiovisual (cinema, televisão e multimédia), as suas músicas e o seu imenso património cultural e artístico, tanto material como imaterial, colocam a língua portuguesa no plano das culturas planetárias. Além disso, o poderio económico e político do Brasil, o relevante papel político de Portugal, e o potencial de Angola, Moçambique e Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste associados a uma demografia crescente, reafirmam a presença e a progressão do português no mundo, sendo actores relevantes na promoção da língua portuguesa.

Contudo, a lusofonia não aproveita totalmente estas riquezas. O Português continua a não ser língua oficial nos organismos das Nações Unidas. E mesmo nas organizações onde tem esse estatuto, não ocupa o lugar que lhe é devido. Está pouco presente na União Europeia e na União Africana, bem como na documentação e nos *sites* da Internet de numerosas organizações internacionais.

Apesar de haver cerca de 70 milhões de internautas lusófonos (a sexta população mais vasta a nível mundial), a língua portuguesa tem uma das taxas mais fracas em matéria de produção de conteúdos.

A língua portuguesa foi relegada para segundo plano nas bases científicas mundiais e a sua representação nas grandes instituições de governação internacional (normas, protocolos, fóruns, etc.) é rara.

Não obstante o sucesso à escala mundial do universo lusófono nos domínios do audiovisual, da música, das artes em geral, há muitas outras manifestações artísticas que dispõem de poucos circuitos de distribuição e de divulgação, e cujo património a nível mundial não é suficientemente conhecido. O mesmo se passa com a ausência de redes audiovisuais instaladas à escala global.

O ciberespaço, as tecnologias da comunicação e informação, as alianças com espaços linguísticos afins, as sinergias e as mestiçagens existentes no mundo lusófono e nas suas diásporas são meios partilhados que os países lusófonos podem pôr ao serviço da língua portuguesa e das suas culturas.

Este colóquio será um fórum de reflexão e de propostas concretas, e abordará os temas que permitam salientar os valores da lusofonia, identificando os pontos fracos a superar, e metas a alcançar.

## Recomendações do Colóquio\*

\* Ver página 215



## **Sessão de Abertura**



## A presença da língua portuguesa

### José Luis Dicenta

No meio da diversidade linguística mundial que temos o dever de proteger e preservar, um punhado de idiomas tem por vocação servir de língua de comunicação internacional, ser línguas veiculares, línguas do conhecimento. Quatro línguas românicas figuram entre esses idiomas que continuam a beneficiar de uma presença política, comercial, militar, científica, literária, artística, etc.

O português, com a força de ter sido adoptado como língua oficial por oito Estados, onde habitam cerca de 250 milhões de habitantes, com um PIB total que raia os 2.000 mil milhões de euros, é uma de apenas três línguas que são faladas nos cinco continentes habitados.

Língua de conquista no início, língua de mestiçagens em seguida, língua douta, língua de cultura, língua de aprendizagem, a língua portuguesa não alcançou ainda, no entanto, o lugar que merece, tanto pela sua expansão como pela sua história de mediador internacional.

Com efeito, apesar de o seu crescimento demográfico ser invejável e a sua aprendizagem se desenvolver exponencialmente, sobretudo na América do Sul e em África, não é hoje vista como uma língua de comunicação científica, como língua de negociação internacional, como língua de comércio internacional.

Outras grandes línguas de comunicação internacional sofrem com a hegemonia da língua inglesa; mas certas línguas como o espanhol, o francês, o árabe, o chinês e o russo têm um lugar reconhecido nos fóruns e nas negociações internacionais. E mesmo línguas menos faladas no mundo, como o alemão, o neerlandês, o sueco ou o coreano têm um peso frequentemente superior ao português na comunicação

científica, na Internet ou na criação de normas, protocolos e outros instrumentos de governação internacional.

As instituições dos países lusófonos batem-se há vários anos pela obtenção de um estatuto de oficialidade ou de língua de trabalho nos organismos das Nações Unidas, mas as decisões tardam a chegar. Mesmo nas instituições regionais onde adquiriu esse estatuto, sofre frequentemente de fraca presença na comunicação interna e externa, tanto nas instituições europeias como nas interamericanas, e ainda mais nas africanas.

É do conhecimento geral que a maior parte das línguas do mundo se debate com um retrocesso na área da ciência em prol da língua inglesa. Mas, também aí, o português tem uma presença inferior à das línguas faladas por menos locutores, como o francês, o italiano, o alemão ou o russo, isto apesar de uma forte produção científica, nomeadamente no Brasil e em Portugal.

Numerosas obras em línguas estrangeiras são traduzidas para português – é a sétima língua que mais edita trabalhos de outros idiomas e culturas –, mas é apenas a décima oitava língua a ser traduzida, segundo a base de dados Index Translationum da UNESCO.

Mais preocupante ainda, é a raridade da presença de interlocutores lusófonos nas grandes instâncias de governação internacional. Há muito poucos lusófonos nas instituições que fixam as normas, os protocolos ou outros instrumentos de governação internacional, e que prefiguram a indústria de amanhã ou a Internet de hoje, bem como todas as novas tecnologias em que a língua tem uma importância essencial. E no entanto, é a língua, vector de cultura e expressão dos povos, o principal elemento no momento de criar um protocolo, fixar uma norma ou registar uma patente.

O ciberespaço é um bom exemplo dos esforços a fazer para devolver à língua portuguesa o lugar que merece. Enquanto quase 7% das páginas da Web do mundo inteiro são escritas em alemão e 5% em francês, apenas 2% estão em português, uma língua demograficamente muito mais significativa do que as duas línguas citadas, nomeadamente em número de internautas (há quase 85 milhões de internautas lusófonos).

Ora, sabemos hoje, graças ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, que a língua portuguesa é um desafio económico, uma actividade influente na economia portuguesa. Não esqueçamos que o Reino Unido desenvolveu uma política que coloca a língua como o seu principal recurso económico, aproveitando o peso dos Estados Unidos no mundo e inspirado provavelmente por uma tirada famosa de Winston Churchill: "O poder de controlar a língua é muito mais vantajoso do que tomar províncias ou países para os explorar. Os impérios do futuro são os impérios do espírito".

Está na hora de os países lusófonos aproveitarem os seus trunfos demográficos, geopolíticos, históricos e culturais para darem à língua portuguesa o lugar que merece nos organismos da ONU e outras organizações internacionais, na ciência, na governação internacional, na Internet, no comércio, etc., a par com as outras grandes línguas intercontinentais. A União Latina vem diligenciando, há duas décadas, no apoio às instituições lusófonas com este objectivo. Eu próprio, como secretário-geral desta organização que reúne 40 Estados de línguas românicas, me empenhei várias vezes a favor da adopção do português como língua de trabalho da UNESCO. Estou certo de que os participantes neste Colóquio vão dar força às iniciativas já tomadas por numerosas entidades nacionais e internacionais, para se cumprir o objectivo de devolver à língua portuguesa o lugar que lhe pertence no concerto das grandes línguas de comunicação e de negociação internacional.



## Jaime Gama\*

Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas,  
Sr. Embaixador José Luis Dicenta, Secretário-Geral da União Latina,  
Sr. Dr. José Carlos de Vasconcelos, Coordenador da Conferência,  
Sr. Dr. Marçal Grilo, do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, e  
Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Renée Gomes, Representante em Portugal da União Latina:

Esta conferência vem num momento oportuno e penso que se situa numa linha de reequação de instrumentos de trabalho por parte da União Latina, que, num período de carência de meios, procura investir a sério na tematização das línguas, fundamentalmente das línguas dos seus Estados-membros.

A União Latina é um projecto datado, mas um projecto que mantém, ainda hoje, presente e actual muita da vitalidade com que o conceberam os seus fundadores, visto que, entre as línguas que compõem a União Latina, se encontram, porventura, aquelas que mais foram capazes de irradiar à escala internacional e que são portadoras de uma civilização e de uma cultura com afinidades evidentes que também constituem uma distinção de qualidade no mundo actual.

Por isso, em boa hora, a União Latina participou na organização e promoveu a realização desta conferência.

Devo dizer que o problema da língua portuguesa não deve ser abordado numa perspectiva de optimismo e grandiloquência, por vezes, desajustados, mas também não deve ser visto numa óptica de cepti-

---

\* *Recolha da intervenção oral.*

cismo absoluto. Nem um nem outro dos caminhos é adequado para tematizar esta questão.

Ouvi com muita atenção o Embaixador José Luis Dicenta, quando nos fez um inventário das vulnerabilidades da língua portuguesa no momento actual enquanto língua universal — e isso é, seguramente, um trabalho e uma tarefa que todos também devemos realizar. Ele referiu o problema de um saldo negativo no universo das traduções, uma espécie de balança comercial negativa, no universo das publicações, pois gera menos do que aquilo que traduz, tem dois *rankings* diferentes. Referiu também uma insuficiência em termos de produção e geração de obras científicas com capacidade exportadora para o mercado mundial das publicações científicas. E ainda também uma falta de dinamismo na capacidade de gerar, no plano internacional, os núcleos críticos fundamentais para a negociação jurídica internacional, para a celebração de tratados, para a elaboração cognitiva de conceitos jurídicos no plano do direito internacional.

Seguramente que essa é uma constatação em comparação com outros universos linguísticos portadores ou expressão de línguas universais.

Mas também é necessário contrabalançar esse facto ou esses factos com o reconhecimento de que, contrariamente a alguns dos universos linguísticos que denotam essa densificação de conceitos científicos, com essa sua capacidade de intercambiação num universo cultural global, o Português é uma língua que cresce e não uma língua que diminua o número dos seus falantes, e isso também tem de ser posto na agenda da observação linguística.

Por outro lado, o Português é uma língua que se conseguiu enraizar, de forma definitiva, nos Estados africanos que foram antigas colónias portuguesas, contribuindo não só para o recorte da sua fronteira como também para a unidade interna das suas populações, e que tem vindo a passar de língua oficial para língua de ensino e, em muitos casos, para língua materna, em que o número de falantes, à partida, em língua materna não diminui, antes cresce.

E, por outro lado, a língua portuguesa, quer no quadro europeu, quer também no quadro africano, mas sobretudo no quadro latino-americano, tem gerado um mercado de procura e não um mercado de rejei-

ção. Basta verificar o que se passa na área fronteira de Portugal, em relação às regiões espanholas, ou o que se passa na América Latina, a saber, na Venezuela, no Paraguai, no Uruguai, ou na própria Argentina, para perceber como a dinâmica das relações económicas de vizinhança tem potenciado um mercado de crescimento para a língua portuguesa, de consequências extremamente positivas e vantajosas não só para as relações económicas entre os países como também para as relações culturais.

E apesar de a expressão ser pequena em comparação com a de outros universos linguísticos, a verdade é que também, quer no universo da grande comunicação (audiovisuais), quer no universo das novas e modernas tecnologias de informação e de comunicação, o registo das entradas dos frequentadores, em Português, é um registo ascendente e não decrescente.

É certo que há um caminho a trilhar. Esse caminho de densificação para patamares mais elevados está também inteiramente correlacionado com as capacidades de desenvolvimento económico e social de cada um dos países e a dinâmica das suas inserções nos espaços regionais ou na economia global. Mas a verdade é que existe uma base que não é, ela própria, uma base regressiva, é uma base ampliativa, ou seja, uma base que permite trabalhar as outras linhas mais especializadas que, a seu tempo, também se desenvolverão.

Mas, na realidade, enquanto no mundo, mensalmente, várias línguas desaparecem, enquanto no mundo grandes línguas têm visto regredir o número global dos seus falantes, o caso da língua portuguesa permite atestar que é um universo em crescimento e em expansão.

Dito isto, temos de reflectir igualmente sobre o problema das vulnerabilidades institucionais na abordagem do suporte institucional às políticas da língua, suporte institucional esse que obviamente, por um lado, é um suporte eminentemente nacional — os países que falam Português têm vindo a desenvolver o seu suporte institucional para a defesa e a promoção da língua portuguesa —, mas, por outro lado, deve ser um suporte multilateral — e aí o valor da CPLP e do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Aquilo que temos de questionar, quando reflectimos sobre a problemática da língua portuguesa, é em que medida os suportes institucio-

nais progridem paralelamente ao crescimento numérico dos falantes: se são um instrumento que favorece a implantação, a expansão, a consolidação da língua, no plano universal; ou se são, por alguma razão, instrumentos que ainda não foram conseguidos na sua eficácia razoável ou que ainda não receberam os meios adequados para o desempenho normal da sua actividade.

Todos sabemos o que, no plano doméstico, é a difícil e permanentemente instável concertação de meios entre Ministérios e seus instrumentos — Negócios Estrangeiros, Educação, Cultura e até Ciência e Tecnologia, este por via da relação com a Academia das Ciências. Todos verificamos que, desse balanceamento instável, é sempre difícil extrair algo de duradouro. No plano internacional, da CPLP, verificamos que o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que, aliás, na sua criação antecedeu a própria fundação da organização, também lentamente é que encontra um caminho de trabalho e de irradiação.

Há países que estão a esforçar-se muito no domínio da língua e da cultura. Não falo da própria China, com o Instituto Confúcio; não falo nas modernas e novas políticas de investimento na língua russa, recém-assumidas pela Federação Russa, no confronto com a recente e aparente decadência do russo nos espaços limítrofes da Federação Russa; não falo na forte dinâmica posta por Espanha em suporte da língua espanhola, quer no plano interno, quer no plano externo.

Uma política da língua portuguesa terá um teste crucial na realização (visto que agora existe um novo Acordo Ortográfico, cujo mérito ou demérito não vou questionar) de um dicionário. Mas um dicionário que verdadeiramente possa ser considerado um dicionário cooperativo, de todos os países, de todas as entidades que cientificamente nos países de língua portuguesa acompanham a organização do registo vocabular — e esse ainda não existe.

Quanto a uma gramática da língua portuguesa, há notáveis trabalhos em Portugal e no Brasil, mas não existe uma gramática da língua portuguesa cientificamente cooptada pelas comunidades linguísticas de todos os países que constituem o universo da CPLP.

E os vocabulários, científico e técnico, e de neologismos também não existem, em termos de elaboração e de trabalho multilateralizado entre instituições científicas.

Pois bem, temos de caminhar para resultados, temos de virar a página com resultados. A gramática, o dicionário, os vocabulários, científico e técnico, e a absorção de neologismos são essenciais para a sedimentação de um espaço de língua portuguesa, na convergência, no diálogo, mas também em competição com aquilo que outros espaços linguísticos são capazes de fazer, estão a fazer, investem para fazer e são capazes de realizar.

Por isso, espero que deste colóquio saia uma reflexão da qual também se possam extrair conclusões que permitam tomar as decisões certas na organização do suporte institucional — quer a nível doméstico, quer a nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — e também orientações para uma política da língua com resultados.

Muito obrigado a todos. Bom trabalho.



## António Braga\*

Senhor Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama,  
Senhor Secretário-Geral da União Latina, Embaixador José Luis Dicenta,

Senhor Comissário, Dr. José Carlos de Vasconcelos,

Senhor Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, Professor Marçal Grilo,

Senhores Conferencistas,

Senhores Convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A produção de conhecimento, a reflexão sobre o papel da Língua Portuguesa, enquanto instrumento de comunicação responsável pela aproximação entre povos, mais do que oportuna, é uma constante imanente à vivência política e cultural dos seus falantes. Hoje em dia há um particular interesse no conhecimento aprofundado daquilo que se poderia designar como estado da arte da Língua Portuguesa, das suas riquezas, dos seus défices, no contexto da sua projecção no universo globalizado pelos diferentes actores que dão vida à lusofonia.

Este diagnóstico deve constituir uma forma de abordagem propositiva e, por isso mesmo, quero aqui deixar um reconhecimento muito particular do Governo português pela iniciativa da União Latina em empreender a organização deste encontro nas pessoas do seu Secretário-Geral, Senhor Embaixador José Luis Dicenta e do Senhor Comissário responsável pela organização, Dr. José Carlos de Vasconcelos. Quero saudar ainda todos os presentes, em particular aqueles que se deslocaram de longe, para, nestes dois dias de Outono, aqui na Fundação Calouste Gulbenkian, nesta capital histórica Lisboa, se ocuparem

---

\* *Recolha da intervenção oral.*

da reflexão e do debate em torno dos novos contextos inerentes ao tema.

O universo globalizado é indissociável da intercomunicação tecnológica, aspecto aliás muito bem apontado por Manuel Castells, que considera a revolução da tecnologia da informação o factor que motiva o aparecimento do informacionalismo como base material de uma nova sociedade.

No informacionalismo a geração da riqueza, o bem-estar, o exercício do poder e a criação de códigos culturais passaram a depender da capacidade tecnológica das sociedades e dos indivíduos, sendo a tecnologia da informação o elemento principal dessa actividade. Porém, no passado, o mar e o intercâmbio foram factores de aproximação entre os povos e as culturas. A este factor de comunicação poder-se-á acrescentar ainda um outro: a segmentação, a regionalização do mundo, através de lógicas de proximidade físicas e linguístico-culturais.

A Ibéria e a América Latina, por exemplo, plasmam uma parcela do mundo na Organização dos Estados Ibero-Americanos, ao mesmo tempo que o Brasil integra o Mercosul. As diásporas transportam a Língua Portuguesa para a América do Norte onde, por exemplo, o português é o segundo idioma mais falado no estado de Massachusetts e no estado de New Jersey. Na África Subsariana, Angola e Moçambique integram a Southern African Development Community, SADC, enquanto Cabo Verde e a Guiné-Bissau a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, CEDAO, e a União Económica e Monetária do Oeste Africano, UEMOA. Na Ásia, a Região Administrativa Especial de Macau, RAEM, é a plataforma de interligação comercial entre a China e os Continentes Africano e Americano muito também por via da Língua Portuguesa.

Assim, a CPLP irmana, por segmentação, quatro continentes. Sendo também, creio eu, o objectivo deste encontro nomear caminhos que estão a ser percorridos e outros a percorrer, gostaria de sublinhar o esforço de concertação de estratégias sobre actuações futuras, não apenas de Portugal mas também da CPLP, num trabalho multimodal em que interagem a ciência, a economia e a cultura por via da Língua Portuguesa. Numa estratégia inspirada nos princípios da geopolítica, identificam-se 4 vias a percorrer, quer em conjunto, quer individualmente.

A primeira, no contexto da diplomacia de marketing, a acção conjunta dos Embaixadores dos Estados da CPLP junto de capitais estrangeiras no desenvolvimento de actividades e promoção da língua, enquanto vector de culturas e expressão de diferentes povos, mas também de conhecimento e de valor económico.

Uma segunda, no contexto da expansão do estudo da Língua Portuguesa por públicos escolares, a negociação com os países Observadores da CPLP e os candidatos a Observadores da integração do português como língua curricular obrigatória nos seus sistemas de educação. No caso de Portugal correm negociações para a integração curricular do português junto de países da SADC.

Um terceiro vector, ainda no contexto da expansão da língua, Portugal está a desenhar um programa de abertura de Centros de Língua Portuguesa que disponibilizarão pacotes de formação linguística na área do português, seja o português como língua do quotidiano, seja o português para fins específicos, da diplomacia ao turismo, da defesa à solidariedade, da fruição cultural aos negócios.

E como o quarto instrumento, nesta visão geoestratégica, no contexto da dignificação do estatuto da Língua Portuguesa junto das organizações internacionais, gostaria de registar o trabalho que Portugal já iniciou junto de organizações africanas e que abrange duas vertentes: primeiramente a formação de quadros da União Africana, da CEDA e da SADC em Língua Portuguesa com a abertura de leitorados naquelas instituições e, em segundo lugar, fazendo interagir duas universidades, uma moçambicana e outra portuguesa, com o apoio da própria Comissão Europeia.

Circunstâncias várias determinaram que durante muito tempo tivesse cabido mais a Portugal a implementação de políticas de promoção do ensino da Língua Portuguesa. Virada essa página, ressaltando sempre necessariamente as políticas linguísticas de cada país, há hoje novas e mais ambiciosas etapas. Sob a presidência portuguesa da CPLP as suas oito vezes planificaram em Brasília, no pretérito mês de Março, um plano de acção conjunta, o Plano de Acção de Brasília para a promoção, a difusão e a projecção da Língua Portuguesa. Nos dias de hoje é inexplicável a ausência de um dos idiomas mais falados no planeta nos mais importantes fóruns de diálogo mundial. Para atingir esse patamar de representação há uma necessidade imperiosa de for-

mar tradutores, não só porque eles são imprescindíveis para a difusão dos conteúdos em discussão, mas também para fazer compreender os nossos pontos de vista. Por desbravar ainda há agora todo um novo campo em matéria de promoção e difusão do ensino da Língua Portuguesa.

No século XXI é dever dos diferentes Estados a assunção de um maior nível de compromisso no ensino da Língua Portuguesa para a elevação dos níveis de literacia e no acesso às tecnologias da informação e da comunicação. Para além da urgência na formação de professores e formadores nos diferentes níveis, desde o mais básico ao superior, deve reforçar-se igualmente a presença na Internet. Resta, assim, um longo caminho a trilhar para uma eficaz difusão pública e global da Língua Portuguesa através dos meios audiovisuais e das tecnologias da informação e da comunicação. Nos dias de hoje não é possível conceber uma fronteira impermeável, que limite a mundialização das culturas em português, seja ela escrita ou falada. Tal também não é o desejável, pois os tempos de erguer muros e criar redutos pertencem ao passado.

Segundo alguns rankings da própria Internet é já de 73 milhões o número de internautas em Língua Portuguesa, um número que tem vindo, aliás, a crescer todos os anos. Ora o desafio inspirador reside em dar a conhecer ao mundo as obras e os autores dos Estados-membros da CPLP, abrir aos internautas o acesso a bibliotecas digitais, aprofundar a cooperação na área das indústrias da cultura e aumentar o intercâmbio das expressões culturais.

Em 2012 haverá uma nova oportunidade para revisitarmos este tema, uma vez que Portugal promoverá, também no contexto da CPLP, uma conferência internacional sobre a Língua Portuguesa. O meu desejo é que então seja visível não só apenas o desenho das estratégias conjuntas mas igualmente o reforço de programas conducentes ao posicionamento da Língua Portuguesa na proporção do peso dos seus falantes no mundo.

Mas, entretanto, todos nós aguardamos com expectativa as conclusões deste encontro. Por isso desejo as maiores felicidades.

Muito obrigado!

## O mar da nossa língua

### José Carlos de Vasconcelos

A língua portuguesa é o nosso maior património vivo, a nossa maior riqueza, em simultâneo a nossa mais perene construção e o nosso mais universal legado – hoje pertença comum, por igual, de oito países e povos espalhados pelo mundo. Nada nos podia ser mais grato.

Disse Vergílio Ferreira que da nossa língua se vê o mar. Mais, acrescento, a nossa língua (também) é mar. Mar de viagem e não de conquista, de encontro e não de confronto, horizonte sem fronteiras de liberdade e igualdade, mesmo de fraternidade, para e entre todos os que a falam. Mar onde é imperativo navegarmos, solidários, rumo ao futuro. São estas as novas navegações: quem o não perceber, não percebe nada.

“Navegavam sem o mapa que faziam”, escreveu Sophia. Mas na ação para concretizar um sonho que é um desígnio, há que ter mapas e metas, objetivos e instrumentos para os atingir. O primeiro, visando dar um contributo decisivo para defender, divulgar e valorizar o nosso idioma no mundo, aproveitando sinergias e conjugando esforços de todos os países lusófonos, foi o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), instituído em 1989 pelos Presidentes dos então Sete.

Porém, passaram-se os anos sem sequer sair do papel. E quando saiu, continuou sem recursos, sem meios, sem protagonismo. Assim, constituiu-se em exemplo do que não deve acontecer, do que não foi e deveria ter sido feito, de falta de visão e empenhamento. Agora há, enfim, sinais positivos, e na Cimeira da CPLP de Angola foi nomeado um novo diretor-executivo, Gilvan Müller de Oliveira, que temos o prazer de ter entre nós e, aproveito para anunciar, embora não conste do programa será um dos intervenientes na sessão da tarde de amanhã.

Depois, vencidos vários acidentes de percurso e obstáculos, foi criada, em 1996, a essencial Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - cuja génese acompanhei de muito perto, quer por via do *Jornal de Letras*, que sempre lutou por ela, pela língua portuguesa e pela lusofonia, quer, por isto mesmo, pela minha ligação a José Aparecido de Oliveira, seu incansável combatente, assim como 'idealizador' do ILLP – e com o seu apoio o *Jornal de Letras* organizou mesmo a primeira grande Mesa-Redonda Luso-Afro-Brasileira, 'preparatória' da Comunidade.

**Ninguém poderá dizer que a CPLP** tenha correspondido já nem digo às aspirações mais ambiciosas mas às 'obrigações' mais expectáveis. Não correspondeu por razões na minha ótica claras, que não vêm para aqui. Para aqui vem sublinhar que a situação tem melhorado e é legítimo esperar que assim continue a acontecer. Aliás, a recente eleição de Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas pôs em evidência a importância, para a conseguir, da Comunidade em geral, e de alguns dos seus países mais influentes em particular.

Recentrando-me apenas, para terminar, na nossa língua, no âmbito da CPLP ela passou a ocupar, 'oficialmente', o lugar que lhe compete, quando a presidência portuguesa, em 2008, a assumiu, como primeira prioridade, sob o lema "Língua Portuguesa: Um Património Comum, Um Futuro Global". Sem estar a dizer o que foi ou não feito, e o que creio podia ou devia ainda fazer-se, tem de se destacar, pela sua amplitude e projeção, e pelas suas conclusões, a Conferência Internacional de Brasília sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada em Março passado. Que o Plano de Acção de Brasília tenha sido integralmente aprovado na recente Cimeira de Luanda, e que a presidência angolana da CPLP se tenha comprometido a continuar essa caminho, são outros sinais de esperança para uma língua que, além de tudo o resto, quer passar a ser língua oficial de trabalho na ONU.

**É neste quadro, contribuindo** para o debate de questões e a prossecução de objetivos que referi, que surge este encontro, "Língua portuguesa e culturas lusófonas num universo globalizado", numa louvável iniciativa da União Latina. Em acentuada expansão, falado, em todo o mundo, por 230 a 240 milhões pessoas (segunda língua, neste capítu-

lo, da União Latina, e quinta ou sexta a nível global), é incontestável a enorme importância do português, hoje e no futuro. Desejo e espero que os nossos trabalhos sejam profícuos, tendo em vista os objetivos pretendidos e talvez lançando raízes para novas realizações. Pela minha parte agradeço à União Latina, na pessoa do seu secretário-geral, embaixador José Luis Dicenta, como agradeço, em meu nome e dos membros da Comissão Científica, que serão os moderadores das várias mesas, a valiosa colaboração dos participantes, bem como a presença de todos nesta sessão.

E como creio que a língua tem o seu esplendor na poesia, e estamos num encontro promovido por uma prestigiosa instituição europeia, concluindo um poema de um dos nossos admiráveis poetas, Afonso Duarte, que no fim da II Guerra Mundial, quando a democracia triunfara na Europa mas em Portugal continuava a brutal ditadura, afirma a sua vontade de ser europeu, grito também de liberdade, mas sem abdicar de uma identidade que se manifesta na língua. "Terra Natal":

E cá mesmo no extremo ocidental  
De uma Europa em farrapos, eu  
Quero ser europeu: quero ser europeu  
Num canto qualquer de Portugal.  
Como as ondas do mar sabem ao sal,  
A ave amacia o ninho que teceu;  
Mas não será do mar e nem do céu,  
Porque me quero assim tão natural.  
E se a esperança ainda me consente  
No sonho do futuro, ao mal presente  
Se digo adeus – é adeus até um dia.  
Um presídio será, mas é meu berço!  
Nem noutra língua escreveria um verso  
Que me soubesse ao sal desta harmonia.



# Conferência



## Manuel Maria Carrilho\*

Quero, naturalmente, começar por agradecer o amável convite que me foi feito para dizer algumas palavras na abertura deste colóquio. Colóquio sem dúvida oportuno, ao propor-se debater a questão da “Língua portuguesa e das culturas lusófonas num universo globalizado”.

Isto é, dito de outro modo, ao propor-se abordar a articulação das políticas da língua com as complexas dinâmicas das culturas e, ao mesmo tempo, o estatuto desta mesma articulação no contexto, hoje tão cheio de desafios e de incógnitas, de globalização.

O contexto é propício ao tema – mas ele também, é preciso reconhecê-lo, aumenta a urgência de novas abordagens. Com efeito, vivemos hoje numa crise que para lá da sua evidência orçamental, financeira e económica, é cada vez mais social, cultural e política, ou seja – civilizacional.

A conjugação de várias crises – energética, de matérias-primas, financeira, económica –, e sobretudo a progressiva compreensão da natureza e da interação de todos estes elementos, conduz-nos cada vez mais à certeza de que é com uma autêntica crise de civilização que lidamos hoje. O que significa algo muito preciso: significa que as bases, as convicções e as expectativas que têm sustentado a nossa vida individual e colectiva nas últimas décadas, se alteraram profundamente. E que a solução para o conjunto de crises que hoje enfrentamos passará por uma substancial mudança de hábitos e de comportamentos, de ambições e de imaginários, de padrões e de políticas. Não há outra via. Ou melhor, todas as vias partem de aqui.

---

\* *Recolha da intervenção oral.*

Temos hoje instituições, nacionais e internacionais, bloqueadas por anos e anos de interesses instalados e de múltiplos desajustes à realidade. Temos uma Europa sem elã nem ambição, presa aos seus privilégios históricos e cada vez mais aos seus interesses nacionais. Temos líderes que preferem as fantasias do marketing político ao conhecimento da história, e trocam a visão de futuro pela obsessão com os ciclos eleitorais. Temos Estados cada vez mais fracos, muitas vezes quase em estado terminal, e que agora vemos serem parasitados por muitos daqueles que tudo fizeram para os fragilizar.

Vivemos décadas de esvaziamento ideológico e de constante “virtualização” da realidade, em nome de exigências cada vez ocas. Falar de reformas passou a ser um estereótipo sem conteúdo. Proclamar a modernidade tornou-se num tique sem projecto. Invocar as novas tecnologias transformou-se no álibi de todos os impasses estratégicos.

O essencial continua, assim, à espera: e o essencial é que se ultrapasse, com decisões e medidas concretas que exigem muita coragem, o abismo que se criou entre o poder da finança e o Estado de direito, entre as dinâmicas do mercado e as exigências da democracia. Porque é aqui que, claríssimamente, está a origem de todos os nossos principais problemas.

É neste quadro de extrema complexidade que se realiza este colóquio. Ao reflectir sobre o seu tema, parece-me interessante distinguir três níveis em que ele se pode desdobrar – o dos estereótipos, o das perplexidades e o dos desafios.

Quanto aos estereótipos, diz-se que a língua portuguesa tem uma dimensão planetária, sendo falada por mais de 220 milhões de pessoas. Que na Europa o português é a 3ª língua em número de falantes extra-europeus, depois do inglês e do espanhol, muito à frente do alemão, do francês e do italiano. Que em África é também a terceira língua mais falada. Que o português é a língua oficial de oito países, em quatro continentes.

É nestes dados, que todos conhecemos de cor, que se alicerçam não só as ambições de uma política da língua, mas também as dinâmicas das culturas lusófonas no universo globalizado de hoje.

Convém contudo ter presente que, se o português tem hoje a irradiação que aqueles números revelam, isso se deve ao facto histórico que foi a expansão colonial levada a cabo por Portugal desde o século XV, e às suas conseqüências “imperiais”. Ou seja, que ontem como hoje, o poder e a irradiação de uma língua são indissociáveis do poder político do país, ou conjunto de países, que a adoptam e praticam.

O que fez das línguas europeias como o português, o espanhol, o francês ou o inglês, línguas transnacionais e transcontinentais, não foram factores de ordem linguística, mas de ordem claramente política, nas suas vertentes militares e religiosas, económicas e civilizacionais: “A língua do poder imperial foi um factor de coesão e de regulação das esferas administrativas, judicial e escolar, foi um instrumento de evangelização, de aculturação e de intercâmbio de bens económicos” (V.M. Aguiar e Silva, *As humanidades, os estudos culturais. O ensino da língua e a política da língua portuguesa*, Edições Almedina, 2010, p311).

Na complexa dinâmica dos impérios, a língua foi sempre uma marca simbólica de primeiro plano, em termos de comunicação, de administração, de justiça, de educação ou de cultura. É na herança destas dinâmicas que se devem compreender, tanto a valorização romântica da língua, no século XIX, como o seu enquadramento revolucionário no século XX, com a descolonização e a irrupção dos movimentos de independência. Com matrizes bem diferentes, mas com uma origem e genealogia comuns.

A CPLP surgiu justamente aqui, no cruzamento destas várias heranças, como resultado da compreensão que, no mundo de hoje, “a importância, o prestígio, a força e a difusão de uma língua dependem fundamentalmente da dimensão demográfica, do peso geopolítico, do desenvolvimento económico e do dinamismo cultural, científico e tecnológico dos países que a falam e que a escrevem” (*ibid.*, p 300).

Tudo isto são, todavia, lugares comuns, estereótipos, mais ou menos conhecidos, que mais do que a uma verdadeira política da língua, têm dado origem, ou ocasião, ao que Carlos Reis pertinentemente designou como uma “retórica triunfalista” da língua que, dizia ainda ele – e eu concordo – é preciso enfrentar com coragem e desassombro, se não se quiser fazer do tema da língua uma, e cito, “moda sazonal para adornar cimeiras”.

E assim passamos dos estereótipos às perplexidades, que são afinal, simplesmente, o outro lado da retórica triunfalista, o seu negativo, lembrando, por exemplo, as carências económicas que afectam muitos, mas muitos mesmo, dos tão evocados 220 milhões de falantes do português, a desqualificação social, cultural e cívica que os atinge, os seus índices de iliteracia, o reduzido peso que na verdade o conjunto dos países da CPLP tem no conceito internacional, a sua enorme dispersão geográfica, a escassa presença – apesar de alguns avanços – do português em áreas tão decisivas como a Internet ou o *software* pedagógico.

Ou ainda – e aqui as perplexidades só podem aumentar – se olharmos para as dificuldades que enfrenta o ensino do português em todo o lado. Basta olhar, por exemplo, para França, onde, apesar de uma tão significativa comunidade portuguesa, só há 32 mil alunos a aprender português... enquanto o italiano anda nos 225 mil, o alemão nos 800 mil, o espanhol ultrapassa os 2 milhões – isto para não referir o inglês, que anda nos 5 milhões e 200 mil...

São perplexidades que impõem, se as queremos ultrapassar, uma política da língua portuguesa que saiba combinar, em todos e cada um dos países que a praticam, duas dimensões, a dimensão nacional e a dimensão internacional, e a sua convergência numa estratégia com visão política, instrumentos institucionais inovadores e meios orçamentais à altura. É preciso dizê-lo com clareza: e tudo tem faltado!

No primeiro caso, da dimensão nacional, impõe-se o ensino da língua e a formação de professores. No segundo, o da vertente internacional, destaca-se a necessária eficácia dos organismos próprios da acção externa (no caso português, o Instituto Camões) e o dos organismos comuns.

Por vezes parece que a fragilidade estrutural – política, económica, cultural, etc. – do império português levou, como já tem sido assinalado, a uma hipervalorização simbólica, afectiva, da língua, como a mais valiosa herança histórica de Portugal no mundo.

Mas ainda que assim seja, a sua adopção pelos países que fizeram dela um factor de coesão e de identidade nacionais deu-lhe uma nova projecção e novas responsabilidades no mundo globalizado de hoje.

Responsabilidades que começam, a meu ver, na obrigação de acolher tanto a sua diversidade que, como língua de misceginiação, acompanha a sua difusão planetária, como a da sua identidade enquanto sistema linguístico bem diferenciado.

Esta responsabilidade conduz-nos hoje a desafios muito diversos que certamente serão abordados com muita maior competência e detalhe nestes dois dias de colóquio.

O principal parece-me, contudo, o de clarificar, com capacidade estratégica e uma intencionalidade pragmática, uma política internacional da língua portuguesa que, para lá dos intercâmbios e manifestações de rotina, se concentra na própria língua e no seu potencial de comunicação. Porque uma comunidade só o é, se for comunicação, se organizar a partir e em torno de comunicação.

Os desafios são, por isso, muitos e óbvios: deixando de lado o prolongado impasse – e o seu significado político! – em que tem vegetado o projecto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, impõe-se uma maior colaboração entre as Academias de Ciência, ou instituições análogas dos oito países lusófonos, no sentido da homogeneização das terminologias científicas e técnicas mais relevantes no mundo de hoje.

Impõe-se a revitalização da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, sublinhando a importância decisiva do ensino superior para uma política da língua.

Impõe-se a efectiva constituição de uma Biblioteca lusófona (em papel e digital) em língua portuguesa e noutras línguas (desde logo, nas línguas latinas, cujo potencial de 800 milhões de pessoas tem sido muito desvalorizado). A valorização do livro e da leitura tem um papel-chave, o Brasil anunciou há semanas um plano de tradução dos seus autores financiado por 160 milhões de euros!

Impõe-se a criação de circuitos regulares de itinerância lusófona a todos os níveis da criação (música, artes plásticas, dança, teatro, etc.) e a invenção de um festival da cultura lusófona de projecção global.

E muitos outros desafios se impõem – o da criação (já anunciada!) de uma Universidade da CPLP, o dos já propostos centros de língua de

porta aberta, o da criação de um Fórum Lusófono permanente, o da aposta nas áreas do audiovisual e do multimédia.

Nestes últimos (audiovisual e multimédia), a dimensão dos enormes e imensos desafios que enfrentamos é dada pelo retrato das mudanças que vivemos. Destacarei apenas duas dessas transformações: a primeira é que os novos países emergentes “emergem” não só na economia mas também, e em alguns casos sobretudo, através da sua cultura, da sua informação e dos conteúdos que produzem. Se a América continua a dominar o sector da difusão mundial de produtos e dos fluxos culturais (é o primeiro exportador e, apenas, o 5º importador, e as suas exportações têm crescido 10% ao ano; e a Europa – convém sabê-lo – cai 8% ao ano, nas exportações de conteúdos), as indústrias criativas há muito que deixaram de ser um “exclusivo” americano. Grupos como o indiano Reliance (que investiu fortemente nos estúdios Dreamworks), o árabe Rotana (Arábia Saudita), o brasileiro Globo, são grupos com dimensão mundial. Noutra plano, é de notar que a cadeia Aljezeera é hoje líder no domínio do desporto, não só no mundo árabe mas também em África. Que Bollywood, além de se afirmar na Índia, trava hoje uma verdadeira guerra cultural com a China! Que o Japão e a Coreia se afrontam através de séries televisivas! Tudo a apontar – e os exemplos podiam multiplicar-se – para que se vive cada vez mais numa verdadeira luta de influência mundial pelas imagens, pelos sons, e, diria pelos sonhos.

E este fenómeno é tão mais importante quanto ele se cruza com um outro que o amplifica, o da desmaterialização dos conteúdos e da sua entrada na era digital. A grande novidade do século XXI é, sem dúvida, a conjugação destes dois fenómenos, que torna os conteúdos transmédia, podendo eles ser declinados em múltiplos suportes.

Tudo isto nos deve exigir um esforço suplementar de visão, mas também de realismo, ao pensar este tema da “língua portuguesa e das culturas lusófonas num universo globalizado”. E, aqui, é da maior importância reconhecer que o critério do peso mundial de uma língua não é dado pelo seu número de falantes (como muitas vezes parece pensar-se) mas pelo espaço que ela ocupa na cena global e sobretudo pelo seu grau de difusão.

O caso do Brasil, na última década, é muito instrutivo sobre este ponto de vista. Não só porque a sua emergência como potência criou condições inéditas para a afirmação da língua portuguesa na cena global, mas sobretudo porque, fazendo talvez de necessidade virtude, o Presidente Lula impôs o português nos principais contactos e instituições internacionais.

Este foi, a meu ver, o principal acontecimento e o maior contributo, na última década, para a afirmação da língua portuguesa no mundo – maior do que o de todos os relatórios e cimeiras somados! Seria, por isso, um exemplo a ser pensado, e sobretudo seguido, por todos os responsáveis políticos, que ajudaria muito a causa da língua: que falassem sempre em português nas suas acções internacionais públicas, acompanhados dos necessários apoios técnicos de tradução, simultânea e outras, hoje tão eficazes e tão acessíveis.

Uma tal opção teria um enorme significado estratégico e político, na afirmação da língua portuguesa. Penso que é tempo de assumir, e de cortar com esse gesto de submissão política que é falar “portunhol” em Espanha e no mundo ibero-americano, “franciú” em França ou “bad english” nos Estados Unidos e no mundo anglo-saxónico. E submissão é a palavra certa, uma vez que esse gesto nunca conheceu qualquer reciprocidade. Com efeito, nunca se ouviu nenhum líder político estrangeiro vir a Portugal “arranhar”, digamos, algumas declarações em português.

Seria pois excelente que os líderes dos países de língua portuguesa seguissem o exemplo do Presidente Lula, impondo o uso regular da língua portuguesa. Uns minutos, ainda que breves, de “portunhol”, de “franciú” ou de “bad english” descredibilizam anos e anos de esforço na promoção internacional da língua portuguesa.

Tudo isto mostra bem a necessidade de uma estratégia ousada, aberta, multifacetada, continuada e efectiva, de promoção da língua portuguesa no mundo. De uma estratégia que não se iluda nem com deslumbramentos tecnológicos nem com efémeras miragens como a do português “língua de negócios”.

Claro que se deve trabalhar para fazer convergir as opções da economia e as da internacionalização da língua, mas com a lucidez de se

perceber e reconhecer que esses processos nem sempre são, nem têm que ser, coincidentes.

A globalização, como todos sabemos, foi o acontecimento maior das últimas décadas. Com ela, apareceram duas perspectivas, uma que detectava na globalização a raiz de todos os males do mundo, e outra que lhe atribuía todas as virtudes, transferindo para o nível global a encantatória retórica do mercado.

Os factos vieram mostrar o simplismo destas perspectivas, bem como a crescente complexidade do fenómeno. Eles vieram sobretudo evidenciar uma enorme alteração na correlação de forças, a nível mundial, entre os países que dominaram a economia do século XX e os países emergentes. Mas os factos vieram também revelar que a globalização do século XXI não será só política, nem apenas económica, e que ela comporta cada vez mais um terceiro pilar que tenho de chamar "cultural". A atenção a este pilar é fundamental, nomeadamente para a paz e a cooperação no mundo, porque só ele pode atenuar os atritos, as tensões e as conflitualidades que a ameaçam.

É que o fim das distâncias físicas que a revolução tecnológica propiciou nas últimas décadas, e que se desenvolveu em paralelo com a globalização, revelou também, ao mesmo tempo, a incontornável importância das diferenças civilizacionais e culturais, assim como as suas imensas e inesperadas consequências. Tanto o "11 de Setembro" como a invasão do Iraque são, deste ponto de vista, factos que devem ser vistos como indícios dos enormes riscos que o mundo corre com a globalização sem dimensão cultural, comunicacional e civilizacional.

Tem-se valorizado muito, e bem, nos últimos tempos, o chamado "valor económico" da língua – em Portugal, aponta-se para 17% do PIB o valor da língua nas relações com o exterior. Mas, em matéria de língua, não há, todavia, "valor económico" sem uma robusta base cultural. É que se o negócio anima o momento, só o fio da história retoma as raízes e garante o futuro, como a francofonia e a hispanofonia bem o demonstram todos os dias. A alavanca de qualquer "estratégia de promoção da língua portuguesa" está, na verdade, fora dela: está na literatura, no cinema, no teatro, na música, no audiovisual, etc. Está nos contactos, nas itinerâncias e nas parcerias que, nestas áreas, têm que ser contínuas, estruturais e exemplares. Está tanto na criação

como no comércio, no ensino como no investimento. E está também na construção de um “espaço público” comum, sem o qual nenhuma comunidade, na verdade, comunica.

A prova da verdade de uma política da língua, tenho-o dito sempre, faz-se em todos os domínios, porque a “língua” não é uma essência, nem uma herança à margem do tempo, mas uma criação contínua que exprime a vida dos indivíduos e das comunidades. O que implica, ainda, o entrosamento de todas estas dimensões com o mundo de possibilidades que a televisão, a Internet e os outros meios tecnológicos hoje proporcionam. Se assim não for, nenhuma estratégia, por mais bem-intencionada que seja, sai do século passado.

A equação é esta: para se avançar na lusofonia, precisamos todos, os países da CPLP, de crescer em cosmopolitismo, o que por sua vez exige um efectivo reencontro com as nossas comuns raízes históricas mundiais. É isto que, em boa parte, está por fazer, e não pode ser adiado.

O que está em causa não é uma simples questão de “passar à acção”, como tantas vezes se diz com aquele voluntarismo fácil que não passa, afinal, de uma confissão de impotência. O que está em causa, é agir com uma visão da lusofonia à altura dos desafios actuais, o que implica que se dê à CPLP não só uma efectiva ambição política global, mas também os meios para a concretizar.



## **Painel 1**

### **A língua portuguesa no mundo**



## Francisco Pinto Balsemão

Felicito a União Latina e a Fundação Gulbenkian pela realização deste Encontro Internacional e por ter conseguido reunir um conjunto de oradores, que, com a minha excepção, são expoentes nas matérias que irão abordar.

Por isso – porque os oradores são de grande qualidade, basta olhar para a composição desta Mesa, e porque eu não sou uma autoridade no importante e sempre actual tema da língua portuguesa – limitar-me-ei a meia dúzia de observações que espero sejam úteis para o debate, recordando sempre uma frase de Vergílio Ferreira reveladora da sua excepcional capacidade de dizer tudo em poucas palavras: “Da minha língua vê-se o mar”.

1. O primeiro aspecto para que quero chamar a vossa atenção é o seguinte: o pluralismo das culturas que a utilizam é um ponto forte da língua portuguesa.

Moçambique ou Angola, Portugal ou Brasil, Cabo Verde ou Timor Leste, São Tomé ou Guiné-Bissau, são culturas diferentes, têm patrimónios culturais, composições étnicas e línguas indígenas distintos, embora utilizem a mesma língua para se exprimir.

Meter tudo no mesmo saco, como se se tratasse de um monolítico bloco cultural, como se tudo fosse idêntico ou equiparável, assente num tronco comum lusitano, é um erro que continua a ser cometido e que debilita a pujança e a perenidade da língua portuguesa e os efeitos políticos e económicos que dela se pretenda retirar.

Seremos tanto mais fortes, a língua e cada país que a adoptou, quanto melhor compreendermos, aceitarmos e incentivarmos o pluralismo cultural, dentro do universo lusófono e no interior de cada unidade que o integra.

## 2. Segunda observação:

A expressão em português não é apenas a que nos chega através das grandes obras literárias, habitualmente citadas, e bem, quando se debate a língua portuguesa. Ou seja: não se trata apenas de recordar que Camões e João Cabral de Mello Neto, Machado de Assis e Fernando Pessoa, Luandino Vieira e Mia Couto, Jorge Amado e Saramago – todos estes e tantos outros criadores – ficam na história utilizando a língua portuguesa, para não ir mais longe, e dizer que ficam na história porque utilizaram a língua portuguesa.

Exprimir-se em português não é, obviamente, privilégio e muito menos exclusivo, de uma plêiade de escritores e poetas. A língua é património comum, é de todos, incluindo os que a falam mal ou escrevem com erros.

3. Este aspecto é importante, porque, devido às novas tecnologias da informação e comunicação, nunca se falou e ouviu, nunca se escreveu e leu tanto em português como hoje – e esta é a terceira observação que aqui deixo.

No preciso momento em que aqui vos falo (em português), milhões de pessoas, por todo o mundo, estão a utilizar a nossa língua, para conversar, negociar, informar, discursar, intrigar, insultar, rir, chorar, cantar, declarar amores ou ódios, indiferenças ou abandonos.

Fazem-no oralmente, falando cara a cara, a dois ou em grupos de composição e funcionamentos variados, recorrendo ou não a sistemas de ampliação de som ou de gravação de voz e/ou imagem. Os telefones fixos e sobretudo móveis, o *skype* e outras modalidades digitais, como as teleconferências, ocupam um lugar cada vez mais importante na comunicação oral.

Mas, neste mesmo momento, milhões de pessoas comunicam igualmente por escrito, em português: por carta (ainda), por fax, por fotocópias, pelos jornais e revistas, mas também utilizando as novas tecnologias – a Internet, com os *e-mails* em primeiro lugar, os *sites*, os blogues, as redes sociais, a Wikipédia, a investigação em geral, sem esquecer, claro, os SMS e a nova linguagem, ortográfica e não só, que criaram.

O acesso a novos meios de comunicação, a globalização, permite-me garantir que nunca se falou tanto em português e que nunca se escreveu tanto em português como agora. Poderia acrescentar que nunca se disse tanto disparate em português e que nunca se falou e se escreveu tão mal, mas isso é consequência de toda a gente se sentir no direito, quando não no dever, de se pronunciar sobre tudo, o que sabe e o que não sabe, e sobre todos, os que conhece e os que não conhece, os que aprecia e os que detesta.

4. O que interessa salientar – e passo ao quarto comentário – são as possibilidades que esta abundância de utilização da nossa língua oferece.

Antes do mais, dentro do chamado mundo da língua portuguesa.

Sabemos, por exemplo, que, em vários dos PALOP a língua oficial é a portuguesa, mas grande parte da população não fala, não lê, nem escreve português. A unidade linguística é do interesse desses países, porque reforça a unidade política, como tão eloquentemente sustentava o saudoso Presidente Samora Machel. Sendo assim, o ensino do português em vastas áreas territoriais de África, como em Timor-Leste (se também aqui, esse for o interesse nacional) é um objectivo prioritário. Nele, além dos Estados directamente envolvidos, deveriam empenhar-se o Brasil e Portugal, recorrendo quando possível ao auxílio no terreno desse Estado, exemplar a vários títulos, que é Cabo Verde.

Note-se que o ensino da língua portuguesa pode, hoje em dia, utilizar vários instrumentos, que vão desde o *e-learning*, o ensino à distância, através da Internet, onde esta exista, até ao entretenimento puro e duro, que inclui o poder mágico do futebol, através da televisão, onde esta chegue, sendo previsível que, por satélite ou via banda larga, chegue a cada vez mais sítios.

A este propósito, faz falta, dentro do actual mundo de língua portuguesa, a criação de um mercado virtual, via net, de conteúdos de informação e entretenimento, que permita aos meios de comunicação social – os *sites* e as aplicações para telefones e *tablets* são meios de comunicação social para esse efeito – adquirir o que lhes interesse divulgar a cada momento. É ridículo e caríssimo termos de ir a Cannes ou Los Angeles para vermos alguns dos muitos conteúdos audiovisuais produzidos noutros países de língua portuguesa.

Para além da consolidação do português dentro do universo lusófono, é possível e necessário fazer um esforço para fora, não só alimentando e, portanto, não perdendo a diáspora (esse será o tema da sessão seguinte), mas conseguindo que a nossa língua seja falada, lida, e, se possível, escrita por cidadãos de países cuja primeira língua não é o português.

É certo que o inglês viu a sua posição super-reforçada pela rapidíssima evolução das NTI. É um facto, indiscutível, e será assim por muito tempo. Por isso, não vale a pena gastar tempo com análises e lamentações.

O triunfo do inglês não significa, no entanto, que a língua portuguesa não possa e não deva aproveitar as NTI para se expandir.

A minha primeira prioridade vai para o mundo hispânico. Por afinidades na origem do português e do espanhol, por proximidade geográfica na Europa e na América do Sul, e porque, com o crescimento do Brasil e de Angola, quem fala espanhol vai precisar tanto de nos entender, como nós de os entender a eles. Não há razão para sermos sempre nós a fazer o esforço. Alegar que os espanhóis não têm jeito para línguas – e tentar superar o complexo de inferioridade que perante eles temos, dizendo que nós, sim, nós temos jeito para línguas e por isso somos melhores – de nada serve.

Desculpar os hispânicos por a sua língua não permitir as combinações e malabarismos de vogais que a nossa facilita, ou por serem vítimas da dobragem, imposta por Franco, dos filmes e das séries de televisão, o que, para limitar o acesso cultural, Salazar nunca permitiu em Portugal, e nos abriu o ouvido para as línguas estrangeiras – nada disto faz sentido. O que importa é ensinar a falar português, começando pelo mundo hispânico e inculcando nos países que o integram a necessidade de o fazerem. Na América do Sul, essa necessidade começa a ser reconhecida, por exemplo, no Uruguai e na Argentina, devido à importância crescente do Brasil à escala planetária. Na Europa, é ao contrário: tenho três netas e um neto que frequentam uma escola portuguesa, no ensino pré-primário – todos estão a aprender espanhol. É impensável que uma creche equivalente em Madrid faculte o ensino em português.

5. A minha quinta questão vai ser formulada apenas na forma interrogativa, tem a ver com o sotaque, com a pronúncia do português.

Resolvido, ou semi-resolvido, porque, em minha opinião não se foi suficientemente longe, através do Acordo Ortográfico, o problema do português escrito, que português falado se deve ensinar fora do mundo de língua portuguesa? O português de Portugal, acelerado, traga-dor de sílabas? O português do Brasil, mais pausado, mais aberto? O português de Angola ou o de Moçambique, que se situam, cada um à sua maneira, a meio caminho do português de Portugal e do do Brasil? Ou cada qual ensina o seu português falado e seja o que Deus quiser?

A resposta não é fácil, mas não se trata de uma questão menor. Para além dos purismos linguísticos, basta lembrar que um filme, uma série ou uma telenovela produzidos em Portugal e falados em português de cá nunca serão comprados por uma televisão brasileira se não forem dobrados para português do Brasil.

6. Uma sexta observação para terminar: uma língua, qualquer língua, só atingirá a plenitude da sua riqueza, da sua nobreza, da sua beleza, se puder ser expressa livremente, se não houver peias, ameaças, limitações, censura àqueles que a utilizam para criar, informar, comunicar.

No último *ranking* sobre a liberdade de imprensa dos Repórteres sem Fronteiras, divulgado há dias e que abrange 178 Estados, não se pode dizer que os países de língua portuguesa tenham ficado muito bem classificados.

Entre eles, Cabo Verde ocupa um honroso 1º lugar, subindo para 26º lugar da classificação geral. Portugal desce para 40º, o Brasil sobe para 58º, a Guiné-Bissau para 67º. Timor-Leste e Moçambique descem para o e 98º e Angola sobe para 104º.

Estes *rankings* valem o que valem, embora o dos Repórteres sem Fronteiras seja, em termos gerais, respeitado.

A liberdade de expressão, essa, é um valor incalculável pelo qual, seja qual for o regime político e o grau de desenvolvimento económico, há que lutar sempre, sem desfalecimentos nem tréguas.

Para circular, para evoluir, para se realizar e expandir, a nossa bela língua portuguesa precisará sempre da liberdade de expressão, como os rios precisam do mar.

## Para uma política de internacionalização da língua

### Ana Paula Laborinho

Começo por saudar este encontro internacional promovido pela União Latina, na pessoa do seu Secretário-Geral, Embaixador José Luis Dicenta, e do seu Comissário, Dr. José Carlos de Vasconcelos, enquanto responsável pelos temas que aqui nos convocam. Permito-me sublinhar a importância deste debate e do contributo que decerto trará para uma estratégia de internacionalização do português.

Tendo em conta que dispomos de tempo conciso, aproveito para agregar, também sucintamente, algumas reflexões que, em meu entender, enformam uma política de língua na contemporaneidade.

Decerto partilhamos a percepção de que a questão da língua é eminentemente política. Trata-se de uma consciência que poderíamos fazer remontar a tempos imemoriais e que, mesmo na sua expressão bíblica, já reflectia o capital de entendimento e desentendimento que lhe está associado.

Sabemos como a questão da língua foi central no debate humanista e como as defesas dos vernaculares legitimaram as línguas europeias. Sabemos como a fórmula de António de Nebrija, “a língua é companheira do império”, plasmada na sua *Gramática Castellana* de 1492, foi seguida e defendida em Portugal na mesma época. Recordamos a célebre asserção de Fernão de Oliveira na *Gramática da Lingoagem Portuguesa* de 1536, que dá o exemplo da Grécia e de Roma que, segundo o autor, ainda vivem “porque quando senhoreavam o Mundo mandavam a todas as gentes a eles sujeitas aprender sua língua”. Pretendo, por este meio, sublinhar que foi uma política de língua que orientou a expansão do português, nos séculos XVI e XVII; foi uma condição histórica que fez do português “língua franca”, código de intercompreensão

entre estrangeiros. Depois do português, outras línguas desempenharam idêntica função correspondendo à formação de novos impérios e outras representações do poder. E são novas representações do poder que determinam actualmente as grandes línguas Internacionais.

Num mundo globalizado, as línguas adquirem função de passaporte que permite viajar entre mundos. Não é ocasião para excursos sobre o tema da globalização (ou da mundialização, como prefere designar o pensamento francês). O termo tornou-se ele próprio universal, embora o seu sentido e aplicação vão diferindo na sua condição de noção complexa.

Permitam-me apontar o sentido que adquire enquanto alternância dos pólos de poder, o que também se torna expressivo na questão das línguas.

O mundo global exige, como disse, aprendizagem de línguas que nos permitam ser cidadãos do mundo e, entre essas línguas-passaporte, encontra-se o português. Mas esta constatação, que deriva da avaliação da clara expansão do português na actualidade, não nos deve ofuscar a percepção das dificuldades da sua difusão e, sobretudo, as fragilidades da sua representação em contextos regionais, como é o caso da Europa.

Enquanto língua de oito Estados em quatro continentes, o português tem a vantagem da sua condição pluricontinental. Os Estados que fizeram a opção política de adoptar o português como língua oficial têm desenvolvido políticas no sentido do seu reforço em todos os níveis do ensino. Essa avaliação foi particularmente significativa aquando do debate preparatório em Março de 2010 do “Plano de Acção de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projecção da Língua Portuguesa”, que consignou a ambição de difusão do português além das fronteiras da CPLP. É também vantagem do português a tendência demográfica dos países da CPLP que, com excepção de Portugal, fazem prever um significativo aumento de falantes na próxima década. Mas, decerto, o facto mais favorável à difusão do português consiste no crescimento económico de países como o Brasil e Angola, bem como as relações de cooperação regional, o que tem levado à introdução do português como segunda língua nos sistemas de ensino de países africanos e da

América do Sul. Porém, como assinalei, estes sinais positivos não devem toldar a clarividência das fragilidades.

Quando a CPLP se constituiu, em 1996, várias foram as vozes que tomaram a sua dimensão pluricontinental, mais como dificuldade do que como vantagem, alertando para a pertença dos seus países a diferentes blocos económicos. Nessa altura, a CPLP foi vista sobretudo como “comunidade de afectos” que precisaria de construir um longo caminho até alcançar outras formas de cooperação. Se continua a ser considerada e experimentada como essa “comunidade de afectos”, o percurso da CPLP tem vindo a consolidar a cooperação político-diplomática e configurar uma aproximação económica que confirma o reconhecimento do valor económico da língua, quer dizer, a preferência pelos “negócios na mesma língua”. Sublinho este aspecto porque também ele tem contribuído para a difusão do português em países terceiros.

O crescente interesse pelo português requer uma concertação de esforços apontada no Plano de Acção de Brasília. Existe, porém, a consciência de que esse Plano não poderá ser desenvolvido à mesma escala, por todos os Estados-membros da CPLP. No caso de Portugal, embora disponha de instituições que contribuem activamente para a difusão da língua, seja através do Ministério da Educação que tutela as Escolas Portuguesas no estrangeiro, seja através do IPAD e do Instituto Camões, seja do relevante papel das universidades através da mobilidade de docentes e alunos e da cooperação científica, importa maior articulação e definição estratégica em tempo de contenção dos recursos.

Como disse, entendo que devemos transformar as dificuldades em oportunidades. A língua portuguesa é um bom produto de exportação. Se pareço demasiado mercantilista nesta formulação, é meu propósito sublinhar o que podemos ganhar, não iludindo a distância a que nos encontramos de outras experiências de referência. Casos exemplares como o Bristish Council e o Instituto Cervantes estão de “pedra e cal” no mercado das línguas, conseguindo expandir os seus cursos numa lógica de auto-sustentação. É esse rumo que devemos percorrer sabendo que faltam várias etapas, algumas implicando maior financiamento. A montante deste processo está a definição de estratégias por

região, cientes de que a representação do português e as formas de intervenção diferem de espaço para espaço. Apostar no planeamento, estabelecer sinergias, construir um referencial para o ensino do português no estrangeiro (programas, manuais, metodologias que promova a qualificação – estes os passos imediatos de um processo que importa acelerar. Insisto que não se trata de um modelo único, mas da sua adequação aos sete blocos geoestratégicos que definimos em função das orientações da política externa portuguesa.

O 1º bloco geopolítico de intervenção corresponde à cooperação com os países da CPLP. Na relação que estabelece com o Brasil, o Instituto Camões centra o eixo da interação na produção de conhecimento e na pesquisa científica. Neste contexto, as cátedras e laboratórios luso-afro-brasileiros pretendem, antes de mais, produzir investigação e formar mestres e doutores nas áreas da História, da Sociologia, da Economia, da Literatura e outras artes, interligando-se com outras cátedras que o Instituto Camões criou em parceria com universidades britânicas, francesas e italianas, bem como com centros de investigação portugueses.

Em África, a relação de cooperação entre o Instituto Camões e Angola, Cabo Verde e Moçambique assenta em dois pilares: primeiro, a formação inicial, graduada, de professores de português língua segunda, bem como a optimização linguística dos futuros professores das diferentes áreas disciplinares; segundo, a pós-graduação de mestres e doutores nas áreas da Linguística, Literatura, Didáctica e História. Na Guiné-Bissau, em São Tomé e Príncipe e Timor Leste a intervenção do Instituto Camões assenta essencialmente na formação inicial de professores de português e na formação contínua.

O 2º bloco geoestratégico tem o Brasil e Portugal como eixos estruturantes sendo representado pelo espaço ibero-americano, subdividido pela Espanha e pela Ibéria e pela América Latina.

Na Argentina, no Uruguai e na Venezuela, o eixo da cooperação do Instituto Camões, antes focalizado na formação inicial graduada de professores de PLE, em parceria com instituições universitárias, passou a integrar a formação de formadores e a formação contínua de professores de PLE em parceria com instituições locais.

No Chile e no México, a estratégia negocial e de cooperação desenvolve-se no sentido da integração do português como língua curricular nos ensinos básico e secundário, promovendo-se a formação de formadores e professores.

Em Espanha, à semelhança do que acontece na Região Autónoma da Extremadura, o Instituto Camões está a negociar a integração curricular do português nos diferentes subsistemas de escolarização e promove a cooperação na área da formação dos professores de PLE com a Galiza, Castela e Leão, Andaluzia e Catalunha.

Também na África Subsariana, que constitui o 3º bloco geoestratégico, a estratégia consiste na integração do português como língua curricular nos ensinos básico e secundário, e a formação de formadores e professores de PLE. Está em curso a negociação com vários países (Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malawi, Maurícias, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué) que pretendem a integração do português, existindo protocolos firmados com a República do Congo Brazzaville e a Guiné Equatorial. Para a prossecução destes programas contamos, desde já, com a participação das universidades moçambicanas e iremos negociar parcerias com universidades angolanas.

Apesar do português ser língua de trabalho em organismos internacionais de África, como a UA (União Africana), a SADC (Comunidades para o Desenvolvimento da África Austral) e a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), reconhecemos que a sua presença é, muitas vezes, apenas simbólica. Nesse sentido, o Instituto Camões tem desenvolvido um programa de formação de tradutores e intérpretes. Com leitores e projectos de formação na União Africana (Adis Abeba, Etiópia), na SADC (Gaborone, Botsuana) e na CEDEAO/ECOWAS, o Instituto Camões promoveu a criação de um *Centro de Excelência* de interpretação e tradução tendo o português como língua activa. Este *Centro*, sediado numa universidade moçambicana, tem a parceria da Universidade de Lisboa, contando com o apoio da Comissão Europeia. As línguas que iniciaram este projecto são a inglesa e a francesa, mas irá integrar, em futuro próximo, o suaili e o árabe.

O 4º, o 5º e o 6º blocos geoestratégicos são configurados por interesses específicos de Portugal, gerados por relações históricas, pela

presença de diásporas portuguesas, por alianças políticas e, necessariamente, interesses económicos.

No Magrebe, um dos blocos, as relações históricas, a vizinhança mediterrânica e os intercâmbios tecnológicos e comerciais estão na base do desenvolvimento de programas específicos para esta região, nomeadamente: (i) a oferta de cursos de português para públicos específicos, designadamente na esfera da diplomacia, da defesa, da banca e do mundo empresarial; (ii) o apoio à criação de departamentos de português nas universidades nacionais, através da formação de professores na área da língua portuguesa e culturas da CPLP; (iii) e, ainda, a negociação e o desenvolvimento de licenciaturas de/com estudos portugueses, sempre em parceria com universidades portuguesas.

No 5º bloco, delimitado pelos Estados Unidos e Canadá, o Instituto Camões desenvolve distintos programas em função dos públicos-alvo, a saber:

(i) público escolar americano e luso-americano; (ii) público universitário; (iii) cidadãos americanos e estrangeiros.

No caso dos EUA a população portuguesa e luso-americana residente é de cerca de 1,44 milhões e a língua portuguesa representa a 13ª mais falada nos EUA, sendo o segundo idioma mais falado no Estado de Massachusetts e no Estado de New Jersey.

Segundo os dados estatísticos do U.S. Census Bureau referente a 2006, cerca de 371 mil portugueses e americanos de origem portuguesa, com idade compreendida entre os 3 e os 21 anos, estavam inscritos em estabelecimentos de ensino americano. Nos EUA, a língua portuguesa é oferecida em diferentes programas, desde o ensino bilingue, à oferta como língua estrangeira; aos programas “dual language programs” e “two-way”, havendo tendência para a valorização do ensino do português como “Foreign Language”, “International Language”, “World Language”.

No contexto da “língua de herança”, existe nos EUA uma extensa rede privada, constituída e financiada pelas Comunidades Portuguesas, onde são leccionados cursos de Língua e Cultura Portuguesas (LCP).

O plano de acção do Instituto Camões para os EUA é determinado por vários factores como sejam (i) a existência de escolas públicas, que já oferecem o português como língua estrangeira, língua de herança e/ou outros programas, ou (ii) a existência de uma certificação legalizada pelas próprias escolas públicas, através da certificação dos Departamentos de Educação, à semelhança de outras disciplinas, o que permite a atribuição de créditos obtidos, através de exames realizados na Universidade de Rhode Island e que é reconhecida pelos Departamentos de Educação dos Estados de New Jersey, Connecticut e Massachusetts, para prosseguimento de estudos e para o mercado de trabalho.

Existindo uma grande autonomia no governo de cada um dos 52 estados, qualquer acção de promoção e divulgação de línguas estrangeiras destinadas às diásporas tem forçosamente de passar pela intervenção a dois níveis distintos, mas complementares: ao nível estadual, junto dos Departamentos de Educação (DOE) de cada Estado, e ao nível federal, junto dos Departamentos Federais que mais impacto têm sobre a educação, englobando os sectores sociais, as comunidades locais legalmente estabelecidas e as comunidades emigrantes ainda em processo de regularização da sua inclusão social, laboral e fiscal.

Assim, visando a promoção da aprendizagem do português, a acção desenvolve-se a nível central (Washington DC) e, simultaneamente, a nível estadual, através dos respectivos Departamentos de Educação, elegendo-se, de forma faseada, os Estados-alvo segundo critérios de conjugação dos espaços da diáspora e dos espaços de interesse económico para Portugal.

Ao nível estadual, a integração de agentes educativos portugueses nos Departamentos de Educação (alcançada por meio da celebração de Memorandos de Entendimento) tem como objectivo principal influenciar a integração do português nos *curricula* escolares, defendendo metodologias que sirvam, em primeiro lugar, o universo dos alunos e, em segundo lugar, as boas práticas educativas, enquanto instrumento de persuasão para a multiplicação deste processo.

Também as universidades constituem palcos de acção privilegiados pelo seu papel na formação de quadros. Nesse sentido, o Instituto Camões apoia a oferta da língua portuguesa nas áreas disciplinares da

Ciência e da Tecnologia, além das Humanidades. O apoio prioritário é concedido a universidades altamente qualificadas em que se promovam a cultura e a ciência portuguesas, designadamente por via da criação e/ou intervenção em cátedras e de programas de professores visitantes, pugnando pela especialização em língua portuguesa como língua de cultura, de direito, de ciência. Igualmente são apoiadas as universidades junto de concentrações de diásporas portuguesas, promovendo a língua e a cultura portuguesa junto das segundas e terceiras gerações.

Como em qualquer actuação externa, é imprescindível a conjugação de sinergias, estando o IC a proceder ao necessário mapeamento das parcerias existentes entre as universidades portuguesas e americanas e projectos de instituições relevantes no plano da cooperação entre os Estados Unidos e Portugal, como sejam a FLAD, a Comissão Fullbrig, a Fundação Calouste Gulbenkian, entre outros, integrando, ainda, fundações ou associações americanas que trabalhem na área da cooperação entre os Estados Unidos e Portugal aos níveis cultural, científico e económico ou empresarial.

O 6º bloco geoestratégico é constituído pela Ásia. Portugal integra na sua identidade uma história de contactos privilegiados com o continente asiático que se desdobram pelas suas diferentes regiões. No caso da Ásia Oriental, considerada na extensão entre a Índia e o Japão, assiste-se a um reforço do relacionamento com a China e a Índia, o que deverá ser acompanhado por uma reorientação das estratégias de diplomacia cultural.

A crescente afirmação da Índia e da China como gigantes económicos que apostam em I&D, justifica a sua eleição como objectivo prioritário de uma política cultural externa na região (à semelhança de países como a Espanha, que em 2000 elegeu a Ásia como objectivo de política cultural externa para a década).

No contexto asiático assim definido, inclui-se Timor Leste e, em nosso entender, também a Austrália e a Nova Zelândia, enquanto lógica extensiva a países da Oceânia que podem beneficiar de uma desejável articulação regional.

Atendendo à extensão geográfica, mas também à identificação de problemas comuns ou afins, uma política cultural para a região irá as-

sentar numa lógica de coordenações regionais a partir de pontos existentes, dialogantes e articulados, designadamente as nossas posições em Timor Leste, na Índia e na China, constituindo a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) uma consistente plataforma de actuação neste último país.

Do ponto de vista dos interesses portugueses, a especificidade mais relevante do pólo estratégico representado por Timor Leste consiste na condição de país que escolheu o português como língua oficial dependendo a sua reintrodução, em grande medida, da cooperação portuguesa. Este pólo incluiria a Austrália, cujo interesse pelo português aumentou com a independência de Timor Leste, com uma comunidade portuguesa estimada em mais de 50.000. A resposta às várias necessidades (comunidade portuguesa, interesse por Timor Leste) passa pelo apoio à abertura de cursos de licenciatura em universidades australianas, tendo como principal objectivo a formação de professores e, ainda, o estabelecimento de protocolos com as autoridades australianas para a oferta do português no ensino secundário, no sentido, aliás, dos programas locais de promoção do multilinguismo.

Aproveitando a condição de Macau como plataforma regional para uma política cultural externa, agregam-se à sua área de intervenção duas outras grandes regiões. A primeira é formada pelos países da ASEAN onde desenvolvemos acção cultural (Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia, Vietname), mas também aqueles onde pretendemos desenvolver ou retomar essa acção. A segunda área de intervenção engloba a Coreia do Sul e o Japão.

Existindo uma forte ligação histórica entre Portugal e os países do Sudeste Asiático (refiram-se, além dos citados, os casos das Filipinas e de Myanmar), que tende a ser considerada positiva e parte essencial das próprias identidades, recolhe o português – na sua vertente mais cultural – uma forte aceitação, comprovando-se pelo desenvolvimento da componente da investigação sobre as relações históricas entre Portugal e esses países, com consulta mútua de arquivos, de que têm resultado publicações e encontros científicos que vêm reforçando a cooperação neste domínio.

Por fim, o 7º bloco geopolítico, aquele em que Portugal se integra, é representado pela União Europeia, ao qual acrescem os restantes países europeus, candidatos ou não a membros da UE.

Neste continente, temos em conta três ordens de factores no sentido da planificação linguística: (i) primeiro, os países em que, há décadas, se estabeleceram comunidades portuguesas; (ii) depois, os países que mais recentemente integraram a União Europeia; (iii) e, por fim, outros países europeus na orla da UE.

Relativamente ao primeiro grupo, tal como no bloco EUA/Canadá, a nossa acção desenvolve-se em função de públicos pré-determinados: (i) o público escolar europeu com particular atenção às comunidades luso-descendentes e da CPLP (ii) o público universitário; (iii) cidadãos europeus e estrangeiros.

No que se refere ao segundo grupo, prosseguimos a negociação para a integração do português nos sistemas educativos como operação curricular; apostamos ainda na criação de licenciaturas com graduação em estudos portugueses e, nos países onde já existem graduações nesta área, a promoção de projectos-piloto de inclusão do português no sistema do ensino secundário, tal como estamos a fazer em países PECO que integram a União Europeia.

Para terminar, gostaria de referir o que deverá também ser uma acção global – e, neste caso, uma estratégia ao nível da CPLP. O português não conseguirá o objectivo de internacionalização se não puder afirmar-se como língua de ciência e não alcançar dimensão no espaço virtual. Estas e outras medidas constam do Plano de Acção de Brasília, cujos eixos de actuação traduzem os desafios da Língua Portuguesa para o século XXI, cabendo ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) papel essencial na condução do processo em articulação com as comissões nacionais.

## A maneira portuguesa de estar no mundo

### Adriano Moreira

Este tema da língua portuguesa no mundo ganhou um interesse e uma conflitualidade excepcionais, em consequência do novo Acordo Ortográfico, que assenta em motivos aos quais tem de prestar-se atenção e que são concretamente os seguintes: evitar a deriva ortográfica de uma língua que é falada em quatro continentes, por milhões de pessoas, embora de etnias e culturas diferenciadas; não obstante estas diferenças, é um instrumento a salvaguardar na intervenção em várias organizações internacionais, com evidente vocação para ser uma das línguas oficiais da ONU; um projecto Erasmo das redes de ensino dos países cuja língua oficial é a portuguesa, seria fortalecido por uma ortografia comum.

Não é difícil, com concordância ou sem ela, reconhecer oportunidade a estes argumentos que orientaram a tomada de decisão dos governantes dos países unidos pela língua portuguesa. Não pode todavia ignorar-se que o tema da *identidade* da comunidade de origem da língua tem de equacionar-se com o tema da *identidade dos países que a adoptaram*, e reconhecer que não há diploma legislativo que domine a *liberdade* da língua, a qual nunca é neutra, transporta valores das comunidades que a falam, e a diversidade dos valores culturais dos povos que a adoptaram é inevitável que se insinue num conjunto forçosamente híbrido, que neste ganhe facetas dominantes apenas em cada um dos povos, o que leva a considerar plausível o conceito de que, emigrante por natureza histórica, *a língua portuguesa não é nossa, também é nossa*.

Não se trata de uma condição específica e única da língua portuguesa, porque todos os países que participaram no Império Euromundista,

liquidado pela guerra de 1939-1945, levaram a sua língua imperial para as áreas que dominaram, e o hibridismo é por isso geral.

Para todos eles, e também especialmente para Portugal que era o mais forçado a medir a relação entre as suas capacidades e a extensão da sua parcela do Império Euromundista, que deteve até 1974, a língua e os valores que transporta, inevitavelmente um conjunto de valores híbridos em vista da variedade de áreas culturais em que exerceu o poder imperial, é um *património imaterial*, que por sua vez se inscreve no *património imaterial da humanidade* com o qual a UNESCO se preocupa com razão e autoridade.

É por esta circunstância que, admitindo o conceito de que *a língua não é nossa, também é nossa*, e que esta definição tem apoio na hibridação originada pela multiplicação de culturas diferenciadas por onde passou no exercício do poder ou, mesmo, da evangelização, talvez haja vantagem em destacar a parcela que nos pertence no património imaterial partilhado por todos os países de língua oficial portuguesa, e que poderia designar-se como – *a maneira portuguesa de estar no mundo*, uma expressão que usei nos Congressos de 1964 e 1966 das *Comunidades de Cultura Portuguesa*, e que foi depois utilizada em intervenções de outra origem.

Ao fazer referência a este conceito, facilmente vítima de comentários correntes, e por isso tentando evitar esses desvios, insisto em que nenhum povo, nenhuma instituição, nenhuma cultura, pode receber o passado a benefício de inventário, e que por isso nenhum dos excessos da colonização, da evangelização, dos ideologismos, pode ser ignorado, pelo que se afirma a legitimidade de considerar as *emergências* como facto fundamental.

Esta observação parece ganhar actualidade numa data em que a imputação dos excessos coloniais é frequentemente, com fundamento, remetida para os poderes centrais distantes, mas não também para os europeus imigrantes que ali tomaram o poder e a independência, como aconteceu por regra no continente americano, ou, menos vezes, uma *atitude penitencial* acompanha a reformulação das relações com os povos de onde, por exemplo, foram importados os escravos, ou com povos que foram severamente submetidos na própria terra de origem.

Recentemente, a propósito da celebração do centenário de Gilberto Freyre, esses dois pontos de vista pareceram cruzar-se, não apenas em relação à África, mas também no que respeita à evolução interna do Brasil.

Fazendo uma avaliação das inúmeras visitas que o Presidente Lula da Silva, agora em fim de mandato, fez ao Continente Africano, o influente jornal *Globo* (22 de Agosto de 2010), anunciava “a dívida que o Presidente Lula começou a pagar”. Nesta dívida ficaram incluídas duas visitas a Cabo Verde, uma visita à Guiné-Bissau, duas visitas a São Tomé e Príncipe, duas visitas a Angola, duas visitas a Moçambique, acrescentando numerosas a outros países africanos. A dívida, segundo o Director do Instituto Brasil do Centro Woodrow Wilson, era definida nestes termos: “temos uma dívida histórica de 350 anos de escravidão e opressão”, lembrando ser “uma dívida que nunca poderá ser paga em dinheiro”.

A propósito da mesma celebração, o ilustre Fernando Henrique Cardoso, que como Presidente da República declarou o ano 2000 como o ano de Gilberto Freyre, falando sobre este à *Folha de S. Paulo* (24 de Julho de 2010), concluiu que “é um exagero afirmar que Gilberto foi o primeiro a ter uma visão positiva do Brasil”, acrescentando que “terá sido o primeiro, na década de 1930 (e mesmo antes, com seus estudos académicos) a romper com o evolucionismo cientificista, com o comparativismo e com ideias de determinismo geográfico e biológico, que começaram a preponderar nos anos 1920 e chegaram ao auge nos anos 30 em diante, com Oliveira Vianna. As razões de primazia apontada já o são de sobra para homenageá-lo”.

Todas as reservas postas ao escritor, designadamente pelo historiador Peter Bruke, muito evidenciadas em *O Estado de S. Paulo* (9 de Agosto de 2010) parecem afastadas do conceito de que nenhum povo recebe o passado a benefício de inventário, imaginarem que Gilberto ou não conhecia ou conhecia e aprovava, mas embelezava, o processo em que participava como brasileiro, negando-lhe a preocupação de responder aos *Tristes Tropiques* do estruturalismo, com a emergência positiva do Brasil, mesmo que não tenha sido o primeiro, mas tendo sido um dos mais escutados. É tal *emergência* do Brasil como um dos países mais portadores de esperança para a reorganização da or-

dem mundial, posta em causa e perigo pela crise da globalização que aconteceu mais por efeitos colaterais do que por projecto eticamente condicionado, que tem um dos alicerces na intervenção de Gilberto, e pode inspirar a meditação sobre a valia que também terá, como parcela no património herdado e acrescentado pelo Brasil, a *maneira portuguesa de estar no mundo*.

No caso de prestarmos alguma atenção a contribuições como a de Noam Chomsky (*Hopes and prospects*, Hamish Hamilton, Londres, 2010), que, referindo-se à NATO, agora em processo de revisão de conceito, conclui que “it is also to serve as a U. S. intervention force, while keeping Europe in its place, a fact that may or may not be manageable as the global system becomes more diverse”, (pg. 280), ou à audácia de George Friedman (*The next 100 years*, 2010) que imagina que “se há uma coisa em relação à qual insisto, neste livro, é que os Estados Unidos, longe de estarem à beira do declínio, na verdade começaram, agora mesmo, a sua trajectória ascendente”, talvez possamos meditar com esperança em que a *emergência* dessa realidade nova, carregada de futuro, que é o Brasil, não aponte para atitudes penitenciais, mas para intervenções imaginativas de construção de um novo futuro em que os *valores participados*, que a língua transporta, devem ajudar a definir o novo *paradigma mundial* sem o qual o reordenamento da governança mundial não parece possível: temos em vista os valores da harmonia entre as diferentes etnias e culturas, marcado não pela tolerância mas pelo respeito, o direito internacional, o amor à ciência guiada pela ética nas suas aplicações, o desenvolvimento sustentado que é o outro nome da paz, a segurança humana como base de uma ordem social forte, a dignidade humana como referência geral.

Recentemente, Bertrand Bodie, lembrado, escrevia sobre a *Crise dans la mondialisation (L'Etat du Monde*, 2010) que “num sistema internacional caótico, que nem sequer já intentamos compreender, ou dar-lhe nome, o ano da crise anunciada ficará como o ano de um ‘new deal international’ falhado e de uma miopia conformada em face das causas sociais desta destabilização”.

É em face desta situação que o problema mais instantâneo da *língua portuguesa*, que não é nossa, também é nossa, não parece ser transformar em querela fracturante, entre o patriotismo extremo e o desâ-

nimo das desistências, a questão da mudança ortográfica, e sobretudo não imaginar, neste reino da origem, que a língua precisa de mais uma Academia para se debruçar sobre a ortografia.

O que parece mais insistente, sabendo que contra a liberdade múltipla da língua não há tratado que valha, nem desatenção admissível, é avaliar as necessidades diferenciadas da relação da língua com cada povo que a fala, e com cada governo que a adopta como língua oficial. Com a razão principal evidente de que os *valores que transporta*, de concepção resultante de múltiplas origens e contextos culturais, ao longo dos séculos, em função da soberania imperial, da evangelização, ou de diálogo em liberdade, é uma contribuição para a consolidação dos novos pluralismos, das novas identidades, de uma maneira de estar no mundo, com denominador comum, que contribua para a reorganização do mundo plural, a caminho para a desejável unidade das interdependências consentidas.

Esta língua tem exigências no Brasil que estão longe, em agudeza e urgência, das exigências de Timor que a procura para suprir anos de falta de escolaridade, e ataques à identidade que deseja promover. A língua tem exigências diferentes em Cabo Verde e Guiné-Bissau, países ambicionados pelas solidariedades da francofonia; exigências específicas de Moçambique obrigado pela circunstância geográfica a integrar a Comunidade Britânica. Quando o governo da China delega no governo regional de Macau lidar com os países da CPLP, para aproveitar a herança portuguesa, ou quando o Japão introduz no ensino universitário o ensino do português, têm em vista uma diplomacia económica e de migrações, a África de língua portuguesa e o Brasil, um objectivo que requer intervenções diferentes das que requerem os objectivos de outras soberanias. Por seu lado, as comunidades de cultura portuguesa, ou pela emigração como desde muitos anos nos EUA, na Malásia, mais recentemente em Goa, integrada na União Indiana, e nas comunidades que se vão formando na Europa da livre circulação, as exigências da língua são diversas, os valores em circulação diferenciam-se na enumeração e na hierarquia.

Os meios indispensáveis são recursos humanos e financeiros, de qualidade e suficiência que apenas a dedicação dos Estados agrupados na CPLP pode tentar angariar, unidos no Instituto Internacional da

Língua Portuguesa, cujas razões de fundação pelo Presidente Sarney parecem ter sido esquecidas, e todos se resumem na garantia da igualdade dos Estados participantes com os seus patrimónios imateriais diferenciados, mas com a lusofonia a servir de trave mestra, com a maneira portuguesa de estar no mundo a iluminar as origens.

Aqui está o desafio, a exigir uma resposta útil para o património comum da humanidade, para a racionalização do novo pluralismo mundial, para o respeito das especificidades estruturantes de um globalismo até agora mais composto de efeitos colaterais do que de um conceito estratégico orientador. Não podemos ignorar que o Brasil terá, querendo, um papel fundamental em toda esta problemática, na qual não é a atitude penitencial que se espera, e sim a alegria de contribuir para se definir o futuro em relação ao qual funcionaremos como dinamizadores. Dinamizadores do consenso, das solidariedades consentidas, e não das interdependências impostas. A língua em liberdade que não pode ser restringida, ao serviço de uma maneira de estar no mundo e na vida participada, consentida, e com diferenças respeitadas.

*Fundação Calouste Gulbenkian*

*25/10/2010*

## A Língua Portuguesa no Mundo

### Graça M. Gomes

No âmbito do tema deste painel, será especificamente referida a questão da presença do português nas instâncias e organismos internacionais, as iniciativas recentemente já desenvolvidas neste sentido, bem como perspectivas que se apresentam para reforçar o estatuto da Língua Portuguesa a nível internacional e aumentar a sua projecção.

Importa ter aqui presente que cada Organismo Internacional possui o seu enquadramento jurídico e as suas características, incluindo no que toca às questões operacionais e financeiras. Cada Organismo Internacional possui também os seus mecanismos e os seus ritmos próprios, que condicionam o desenvolvimento das opções políticas dos respectivos países membros.

Durante a Presidência Portuguesa da CPLP – que decorreu de Julho de 2008 a Julho de 2010 – “A Língua, um Património Comum, um Futuro Global” constituiu o tema central. Pretendeu-se assim sublinhar o valor da Língua Portuguesa enquanto elemento unificador da Comunidade e como factor da sua projecção no mundo.

Logo na Cimeira de Lisboa, os Chefes de Estado e de Governo marcaram o seu apoio à introdução do português nas Organizações Internacionais. Dois meses mais tarde, em Nova Iorque, à margem da Assembleia Geral, assumiram o compromisso de desenvolver uma estratégia para tornar o português língua de trabalho e língua oficial da ONU. Cabe realçar a importância política deste compromisso, que – embora envolvendo custos de alguma dimensão – merece ser desenvolvido ao nível da concertação diplomática entre os oito Estados-membros da CPLP, incluindo no que respeita à partilha dos referidos custos. A promoção da Língua Portuguesa continua a ser um dos vectores da acção

internacional da diplomacia portuguesa, mas a responsabilidade neste campo não repousa exclusivamente em Portugal.

Proseguindo os objectivos traçados pelos Chefes de Estado e de Governo e por forma a procurar acelerar a sua execução, na reunião realizada em Cabo Verde em Julho de 2009, os Ministros dos oito adoptaram a "Declaração da Praia". Nela foi decidido organizar, durante a Presidência Portuguesa, uma Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial. O Brasil ofereceu-se para acolher esse importante evento, que viria a ter lugar em Brasília, em Março último.

Esta atitude do Brasil corresponde à projecção crescente que o país vem assumindo e às aspirações que possui no plano internacional, nomeadamente no sistema das Nações Unidas.

Foi igualmente decidido na Cidade da Praia (i) realizar à margem da Conferência Internacional uma reunião Ministerial da CPLP dedicada ao tema da Língua; (ii) solicitar a elaboração de um relatório por peritos dos Estados-membros, contendo propostas sobre as estratégias de promoção e difusão da Língua Portuguesa, nas áreas do ensino e das Organizações Internacionais. Acordou-se incluir ainda no Relatório dos peritos o estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico. Como é prática, foi a Presidência em exercício incumbida de apresentar este Relatório, com o apoio do Secretariado Executivo e do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

A Conferência de Brasília constituiu de facto um evento marcante: nos quatro dias de trabalhos (de 25 a 30 de Março), cerca de 350 representantes da sociedade civil, delegações oficiais dos Estados-membros e dos Países Observadores, o Secretariado Executivo da CPLP e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa debateram as questões acima referidas e outros temas como a situação do português nas diásporas e o papel dos meios de comunicação social. O Relatório foi entretanto aprovado formalmente e transformado no Plano de Acção de Brasília para a Promoção, Difusão e Projecção da Língua Portuguesa e amplamente divulgado. Caberá agora em primeira-mão à Presidência Angolana e ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa darem execução às diversas medidas previstas no Plano, agregando sinergias para a realização de projectos em comum.

Espera-se que também o presente Colóquio – cuja iniciativa agradecemos à União Latina – contribua oportunamente para o desenvolvimento dos debates efectuados em Brasília e para aprofundar a reflexão sobre estas matérias.

Estamos todos cientes de que o português é uma das línguas mais faladas no mundo e que se encontra em plena expansão. A nível político-diplomático a sua influência é crescente, como língua de facilitação e de concertação entre os Estados-membros da CPLP que deste modo lhes permite reforçar a sua penetração em grupos políticos regionais diversos. Tendo em conta a potencialidade da Língua Portuguesa, deveremos continuar a actuar em consonância com os nossos Parceiros da CPLP, privilegiar medidas de efeito multiplicador e com particular atenção para as novas tecnologias de informação e de comunicação, também no quadro dos Organismos Internacionais.

Foram definidas no Plano de Acção de Brasília as Organizações prioritárias onde a acção da CPLP se deverá concentrar a curto / médio prazo, tendo em conta (a) o relevo das mesmas para os Estados-membros e (b) a sua importância no contexto global e mundial. Foi também tida em conta a urgência de adoptar medidas para assegurar a utilização efectiva do português nos Organismos Internacionais cujos estatutos já assim o prevêem, bem como para alargar o seu uso a outras instâncias de especial interesse.

Avançando com estas medidas, mantém-se contudo o objectivo final de alcançar o reconhecimento da projecção internacional do português tornando-o língua de trabalho e língua oficial das Nações Unidas. Tendo em conta anteriores experiências de introdução de uma nova língua de trabalho no sistema das Nações Unidas e as sensibilidades que suscitam junto de outros países, a complexidade e morosidade de um processo desta natureza não podem ser escamoteadas.

Também não deve ser escamoteado o esforço financeiro significativo que representa tal objectivo pois a elevação do português a língua de trabalho da ONU não será suportada pelo orçamento da organização. Assim sendo, os esforços a curto e a médio prazo deverão dirigir-se para a introdução de forma tão sistemática quanto possível da dimensão da Língua nas Conferências Internacionais de alto nível, em que participem Estados-membros da CPLP, proferindo as alocuções

em português e assegurando a sua interpretação, à semelhança do que já se verifica na Assembleia Geral das Nações Unidas; por outro lado, dever-se-ão utilizar os mecanismos actualmente já existentes no âmbito da ONU, como o centro de informação sediado em Bruxelas (UNRIC), que dispõe de um núcleo de português, e os correspondentes centros no Rio de Janeiro e em Luanda (os trabalhos deste último – ainda em fase de instalação – poderão tornar-se particularmente úteis para os países africanos lusófonos).

No Plano de Acção de Brasília é mencionada a possibilidade de se pugnar pela transformação do português em Língua de Documentação das Nações Unidas, à semelhança do que se verifica com outras línguas. As vantagens na concretização deste estatuto seriam a dois níveis: a primeira, a nível político, pela tradução por peritos qualificados dos textos mais importantes da ONU, designadamente da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, e a sua disseminação em português; a segunda, a nível técnico-científico, por contribuir para a sistematização da linguagem e para a constituição de bases de dados terminológicos.

A recente eleição de Portugal como membro não permanente do Conselho de Segurança fará com que em 2011 estejam dois parceiros CPLP neste órgão, o que poderia ser maximizado em termos de produção e/ou tradução de textos em Língua Portuguesa, com particular impacto junto de destinatários ou em áreas escolhidas pela sua relevância política.

Para além do sistema das Nações Unidas, o português é língua oficial ou de trabalho em outros organismos de âmbito mundial e ainda de carácter regional. Entre eles, a União Europeia (UE), a Conferência Ibero Americana (CIB), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), e o Grupo do Rio. Em alguns, a situação não é na prática a mais favorável e não corresponde ao previsto nos estatutos da Organização, devendo por isso continuar a insistir-se na sua adequada utilização, o que, por vezes, passa não apenas por diligências político-diplomáticas mas pela resolução de

problemas financeiros e de falta de recursos humanos, designadamente a nível da tradução e da interpretação.

No seio da União Europeia, onde o português é, a par das outras vinte e duas, uma língua oficial, a situação actual poderá ser descrita como a de um bom equilíbrio entre o princípio estatutário do multilinguismo e o recurso ao pragmatismo. É preciso assinalar que o tratamento dado ao português não é discriminatório em relação à larga maioria das outras línguas, e que o número de tradutores e de intérpretes de português se mantém nas instâncias comunitárias ao nível adequado. Mas é preciso continuar a promover também neste quadro a aprendizagem do português e a utilização de materiais de qualidade, para tornar cada vez mais o português como língua de referência.

A projecção internacional da Língua Portuguesa constitui um desafio para todos – para Portugal e para os nossos parceiros da CPLP – e sabemos que podemos contar com organismos especializados e empenhados como a União Latina, para apoiar na prossecução dos nossos objectivos. Outras Organizações, como a União Africana e a CEDEAO, contam com a nossa experiência e as nossas parcerias para desenvolverem as suas capacidades nestas áreas e assim o uso do português se tornar mais efectivo.

A concluir, cabe referir três pontos:

A relevância que o Acordo Ortográfico poderá assumir na criação de oportunidades para a Língua Portuguesa no âmbito de Organismos Internacionais, enquanto instrumento de unificação da grafia.

A cooperação científica e tecnológica enquanto factor de disseminação de conhecimentos linguísticos nas organizações e na comunidade de especialistas, o que reforçará a capacidade de intervenção global da Língua.

O papel que universidades e institutos de Língua Portuguesa vocacionados para a área internacional poderiam assumir aproveitando a posição de crescente importância do português no mundo – bem como outras entidades e associações privadas, designadamente no sector económico (vd. no plano dos negócios).



## **Painel 2**

### **Diáspora e emigração**



## Eduardo Lourenço\*

Muito boa-tarde a todos. Senhor Presidente da União Latina, Senhores membros do Conselho Científico desta sessão consagrada à “Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado”: quero em particular saudar a presença da Senhora Doutora Maria Barroso, cumprimentar os senhores Embaixadores aqui presentes, particularmente aqueles que pertencem a países de língua oficial portuguesa e, claro está, o senhor Embaixador do Brasil.

Eu pensava participar no que se chama uma mesa-redonda, mas como vêem a mesa não é redonda. A mesa-redonda supõe uma espécie de exercício lúdico em que nós fazemos “pingue-pongue”, com aqueles que conosco vão abordar uma questão determinada.

Como ouviram, pela manhã nós assistimos aqui a uma série de conferências excelentes. Eu não vim preparado para fazer mais uma conferência, das muitas que tenho feito desde que ando por este mundo. Não sou historiador, não sou também especialista de nenhuma destas questões que são aqui tratadas. Acontece simplesmente que tenho, por mero acaso, no meu percurso pessoal, e como alguém que vive lá fora há muito tempo, uma certa convivência com o título deste nosso Colóquio em volta da diáspora e emigração.

Começo por lembrar que, há muito tempo, eu pus em causa esta designação de “diáspora”, como qualquer coisa que tenha uma pertinência histórica, cultural, no que diz respeito à história ou às vicissitudes dos portugueses no palco no mundo. Diáspora, no sentido próprio. O conceito aplica-se, àquele acontecimento de ordem dramática que foi para o povo judaico o fim do seu primeiro estado no mundo e a sua dispersão depois da queda do Templo através do mundo. Que eu saiba, os portugueses, o Templo Portugal, não foi destruído, não foi arruina-

---

\* *Recolha da intervenção oral.*

do e nós portugueses não fomos dispersos realmente de uma maneira dramática, dolorosa, através do mundo. Nós é que nos dispersámos a partir de um certo momento, por aposta histórica, política ou pessoal, no resto do mundo, mas não somos gente da diáspora, de alguma diáspora. A não ser que se entenda isso num sentido ético e subjectivo, de alguém que foi obrigado a título individual ou a título colectivo a exilar-se, a afastar-se da sua terra, a ir para outro sítio e ter que inventar aí uma outra pátria no lugar daquela que deixou.

Ora isso só nos aconteceu, enquanto portugueses, verdadeiramente e como grupo humano e cultural, perfeitamente caracterizado nessa época, quando os judeus portugueses que tanta importância tiveram na nossa história cultural como todos sabem, em certo momento, por causa de convergências políticas entre Portugal e Espanha, foram expulsos do nosso país. Salvo os que se converteram, digamos, à força ou para escapar aos rigores desse exílio ou às suas consequências. Portanto, em relação ao destino dos judeus portugueses, sim, pode-se falar de diáspora. Diáspora de resto extraordinária porque os nossos judeus foram em parte instalar-se em Amesterdão e aí desempenharam um papel extraordinário do ponto de vista da cultura, mas sobretudo de influência, no mundo. Curiosamente, apesar desse destino atroz, esses nossos judeus, de Amesterdão, conservaram sempre uma relação extraordinariamente saudosa e afectuosa em relação à pátria que os tinha tratado tão mal. Lembre-se a famosa carta que dirigiram a Voltaire reivindicando os seus laços com Portugal.

Eu, a única experiência que tenho, é unicamente a de uma dispersão, ou por outra, de uma perda, de relação directa com o país de origem, o nosso Portugal, que nem é sequer a mais característica de todas, pois começou praticamente quando os portugueses começaram a navegar ao longo da África, mas sobretudo quando se descobriu a América e nela o Brasil. Esse Brasil, que seria a terra para onde os portugueses ao longo de vários séculos se instalariam como se “emigrassem”. Mas não era emigração. Na óptica dos brasileiros, futuros herdeiros desta “instalação” que é uma pura e simples “colonização”. Num caso e noutro não é realmente emigração.

Uma emigração é a ida, a partida para espaços onde se pensa que está assegurado um futuro mais interessante e de sobrevivência a

quem na pátria não tem essas possibilidades, quem sofre nela, quem não é capaz de assegurar nela um futuro minimamente digno e humano e que vai para outros sítios e aí vai reinventar um outro presente e sobretudo um outro futuro.

Pessoalmente, só assisti ao último fenómeno de emigração portuguesa que foi aquele que teve lugar nos anos 60, para a Europa. Que até ali não tinha sido realmente o espaço do fenómeno emigrante com grande significado. Eram só as elites que se deslocavam para esse espaço, mas não eram emigrantes. Foram em tempos emigrados dolorosos como nas nossas guerras civis, mas mesmo esses emigrados eram emigrados de pouco luxo. A nossa emigração dos anos 60 não foi uma emigração de luxo. A emigração em sentido próprio, é sempre um fenómeno de desenraizamento forçado, de aventura, custosa, dolorosa, para se inventar um novo destino.

Os nossos emigrantes desses anos 60 não partiram de Portugal, como se diz, apenas por causa das condições do país, sobretudo as condições de ordem política favoráveis nada teriam e seriam de motivação ideológica. Não creio que fosse essa a motivação principal. A motivação foi de ordem social.

Nos anos 60, Portugal era um país pobre, em relação aos outros países da Europa, mas não era o único. O fenómeno da nossa emigração dos anos 60, situa-se num contexto de reorganização do mercado do trabalho, na Europa depois da grave crise, quase mortal para essa Europa, que foi a II Guerra Mundial. Os países que precisavam de se reconstruir depois da guerra, inclusive aqueles que não a tinham feito ou tinham feito pouco tempo, e a tinham perdido mesmo sem a ter feito, como era o caso da França para onde foi a nossa emigração.

Antes dos portugueses, foram para essa Europa, pós-guerra, os italianos, os espanhóis. Depois nós, ou ao mesmo tempo connosco e com eles todos, uma parte dessa emigração vinha do Magrebe. Emigração um pouco particular, pois saía de um espaço que de algum modo era familiar àqueles que emigravam para França. Quer dizer, a gente da Argélia, gente da Tunísia, e mesmo no caso da Itália, gente da Líbia. Toda essa gente foi trabalhar para a Europa, foram ganhar a sua vida para a Europa, foram sobreviver para a Europa, e exemplificar esse desterro voluntário mas doloroso que se chama **emigração**.

Só conheci um pouco essa emigração. Conheci-a porque tive inclusive de servir de intérprete a alguns dos nossos emigrantes, nas primeiras vagas que apareceram na cidade onde eu estava. Os portugueses emigraram sempre numa aventura colectiva à força, mas sempre muito pessoalizada. As primeiras imagens que os receptores, nesse caso os franceses, me deram da emigração portuguesa, nunca foi negativa, mas nessa época era muito paternalista. Os portugueses, eram muito apreciados porque não faziam greves e comiam pouco. Isto me disse um capataz, tranquilamente, e eu respondi, "*O Senhor não nos conhece, se o Senhor estivesse em Portugal por ocasião de um casamento numa aldeia pobre, veria como é que eles comem, e comem bem e gostam de comer como toda a gente.*" Essa foi a emigração que eu conheci nos anos 60 mas pouco a pouco nós começámos, enquanto emigrantes, a fazer parte da paisagem francesa. Aí se manifestou uma coisa que nós já conhecemos, do passado, das nossas aventuras fora de Portugal, aquilo que é característico deste povo, característico de quem é capaz de saber como sobreviver e como desaparecer na paisagem para ficar ao abrigo, das reacções ou que a sua presença pode suscitar, o que não foi o caso dos portugueses.

Com o tempo, essa primeira imagem paternalista da nossa emigração vai sofrer, mesmo aos olhos dos franceses, uma modificação profunda. Um famoso artigo do *Monde* de que me lembro, falava a propósito dessa grande vaga de emigração portuguesa dos anos 60 dos "soutiers de l'Europe", quer dizer, os homens do porão da Europa. Assim, aquele povo que tinha ido à Índia, aquele povo que se gabava de ter tido um Império, que ainda tinha um império, estava então na Europa não com o sentimento de altivez e do orgulho os portugueses, por vezes excessivo mas humilhados. De repente, nós nos encontrávamos um país tão modesto mas tão altivo na situação de servir os outros. Como imigrantes não estávamos nos patamares mais altos, como em África, mas nos patamares inferiores de uma sociedade organizada, mais brilhante, que era nessa altura, a sociedade francesa e continua sendo para muitos de nós.

Felizmente aconteceu uma coisa fantástica. Pouco a pouco, os portugueses encontram um lugar e nova sociedade. Nessa metamorfose o papel mais extraordinário foi o da mulher. Foi a mulher portuguesa que

mais facilmente se adaptou e foi capaz de compreender como se devia conquistar de algum modo essa nova sociedade onde estavam a servir, no sentido próprio do termo. Durante algum tempo, as nossas mulheres portuguesas foram, nesse país de *Lumière*, as “concierges”, como toda a gente sabe, mas pouco a pouco, essas mulheres perceberam como é que a sociedade francesa vivia, como ela procedia, rapidamente perceberam que a verdadeira saída para esse mau passo, para essa dificuldade de coincidir com uma sociedade diferente e, nessa altura, bem mais avançada do que a nossa, era de passar pela escola. Imediatamente e na segunda geração, os filhos dos portugueses, os filhos das portuguesas, começam a tornar-se franceses, pela educação, pelo ensino que recebem e a fundir-se um pouco na paisagem portuguesa e de algum modo a serem já meio franceses, coisa que acontecerá praticamente na terceira geração.

Os homens menos, porque os homens ficaram no seu espaço de trabalho, eram, sobretudo no princípio, gente que trabalhava na construção civil, gente que não tinha tido qualquer espécie de preparação para esse ofício, que vinham directamente da terra, a maioria deles para fazer trabalhos de que até então não tinham realmente nenhuma experiência. Apenas uma grande capacidade de adaptação e de sacrifício, sempre dispostos a que os próprios patrões dispusessem do seu tempo, porque vinham de um país onde a condição do trabalhador, era uma condição sem regras, alheios às exigências dos trabalhadores franceses, felizmente isso não despertou nenhuma grande animosidade contra os portugueses.

Pouco a pouco, a emigração desses anos 60 foi-se transformando. Na terceira geração já podemos considerar que essa emigração foi tão importante para Portugal, que modificou de algum modo a imagem que os outros tinham em relação a Portugal. Mas também a nossa imagem de portugueses em relação a esse fenómeno da emigração, “visto numa primeira fase, como uma espécie de deserção, acompanhada de uma certa inveja”, daqueles que tinham partido, não direi do pé-descalço, não muito longe disso, e que voltavam, primeiro com bicicletas, depois com motos, depois com automóveis. A famosa invasão dos “franceses”, mas desta vez os franceses são portugueses e não são bem recebidos, mesmo pelos próprios familiares, até então humi-

lhados por essa espécie de “revanche”, de triunfo, que essa emigração representou ao fim de uma ou duas gerações.

Em suma, a nossa emigração e que nem sempre acontece (não conheço bem, nem o caso da espanhola nem da italiana), transformou-se numa emigração de sucesso, e mais, com efeitos paradoxais, “salvou” Portugal de Salazar que ia entrar num período complexo, obscuro, em termos económicos e contribuindo mesmo para financiar uma parte dessa guerra de África com o dinheiro enviado pelos emigrantes para Portugal.

Quem viveu em França nos anos 60 ou nos princípios dos anos 70, sabe que “os pobres emigrantes” de vinte anos antes, se converteram nos paradoxais “mecenas” da nossa cruzada africana. Naquela altura, isto parece uma coisa do outro mundo, o dinheiro depositado em Portugal cobrava juros de 20% . Não sei quando é que voltará uma época tão propícia às pessoas que ganham a sua vida lá fora ou cá.

Esta é a minha experiência de uma emigração de que não fui emigrante. Essa emigração foi como que ocultada culturalmente aos olhos dos portugueses que ficaram aqui, no ninho paterno como dizia Camões. Não há grande literatura em relação a esse grande fenómeno, há um filme que foi famoso, chamado *O Salto* de autor francês onde a imagem do português não é uma imagem degradada nem degradante, mas muito compreensiva. Há alguns livros que foram publicados, mas não muitos. Raros os que retratavam a situação dessa emigração, particularmente aquela de Paris, o famoso “Champigny”, que foi uma espécie de descida aos infernos de alguns e uma justa punição de quem abandona o pátrio ninho.

É verdade que as coisas realmente mudaram, não só porque os portugueses foram capazes de superar pouco a pouco esse desafio, esse encontro, com um país diferente, com uma cultura diferente, com exigências diferentes em todas as ordens, mas porque de algum modo, na sua ordem, eles se impuseram nesse confronto com um país que, embora conhecido na ordem intelectual há muito por nós todos, era desconhecido na sua prática realmente quotidiana. E hoje, quem for ao famoso “Champigny” que se transformou num parque como se fosse um sonho à portuguesa, verá que há lá uma estátua erigida em honra dos portugueses emigrantes. Não feita por nós, como é costume,

mas feita pelos franceses. Tenho que dizer que esses portugueses que viveram essa espécie de pequeno purgatório, ou grande purgatório para eles, que é sempre na essência, o destino dos emigrantes, da emigração, tiveram a sorte de conviver e ser acolhidos por uma população com uma grande consciência política, muito à esquerda. Para ser claro, as autoridades políticas e responsáveis sociais dessa área pertenciam, a maioria delas creio eu, ao partido comunista. A verdade é que os portugueses conheceram e foram acolhidos como cidadãos daquele país que há alguns séculos inventou uma revolução para isso, para que os homens realmente conhecessem um futuro mais igualitário e mais digno da humanidade.



## **Diáspora e emigração – sobre as comunidades portuguesas dos EUA e Canadá**

### **Onésimo Teotónio Almeida**

Como não disponho de muito tempo e a problemática é vastíssima, farei apenas uma série de considerações avulsas, limitando-me à parte do mundo lusófono que melhor conheço – a América do Norte. E digo 'América do Norte' e não 'Estados Unidos' porque incluo o Canadá. O que aqui farei será, na verdade, mais ou menos um pequeno resumo de alguns capítulos do livro que acabo de publicar na Imprensa das Ciências Sociais: *O Peso do Hifen. Ensaio sobre a Experiência Luso-Americana*.

1. No primeiro caso (EUA) a nossa presença é antiga, remontando pelo menos aos finais do século XVIII. No segundo, o Canadá, somos uma comunidade recente, com pouco mais de cinquenta anos, já que a nossa presença na Terra Nova para a pesca do bacalhau, que teve início há quinhentos anos, não conta para o caso. Nos EUA, bem contados, não chegaremos a um milhão. E nunca se pode contar bem porque as primeiras gerações de imigrantes perderam-se no território imenso do tecido americano, americanizando até os apelidos, o último vestígio da sua origem. No Canadá, rondamos pelos 360 mil. É óbvio que são as comunidades portuguesas dos Estados Unidos que mais peso podem exercer no todo do mundo lusófono neste continente, sem que isso signifique qualquer desconsideração para o Canadá. O que adiante direi servirá para me explicar melhor.

2. Nos anos 70, uma antropóloga luso-americana, Estellie Smith, chamou-nos "*invisible minority*", nome que colou, pois o termo é repetido com pleno assentimento. A nossa presença na América do Norte tem imensas semelhanças com a presença portuguesa em França, na

Alemanha, na Austrália ou África do Sul. E, no entanto, nos EUA estou em crer que há uma penetração da comunidade portuguesa no tecido cultural e sócio-político americano mais do que acontece noutros lugares, e isso por suas razões: uma bem antiga presença permitiu uma assimilação bem mais cedo e que, no processo, criou ligações com o mundo americano de origem lusa, mesmo se apenas de carácter simbólico, como no caso da ligação a figuras emblemáticas como o Abade Correia da Serra, o escritor John Dos Passos, ou o músico John Phillip Sousa. Por mais que nos custe aceitar, esses símbolos contam e a sua ausência conta também. O outro factor que permite esse avanço das comunidades luso-norte-americanas no processo de penetração do tecido cultural e sócio-político é a atitude da sociedade americana, auto-definida como de origem imigrante e, portanto, mais aberta à integração dos emigrantes que recebe.

3. A política estadunidense de multiculturalismo, fomentada a partir dos anos 60, graças à influência dos refugiados cubanos, teve um papel decisivo na retenção da cultura portuguesa por parte da vaga emigratória entre 1965 e 1980, a maior de sempre, que trouxe aos EUA cerca de 180.000 luso-falantes. Isso tem permitido, por um lado, uma mais fácil penetração no sistema americano, mas também tem fomentado a manutenção de laços com Portugal por parte das comunidades portuguesas.

4. A nossa invisibilidade tem igualmente algumas explicações possíveis:

a. Estamos demasiado espalhados. Concentramo-nos em três regiões: o Sudeste da Nova Inglaterra, onde predomina uma comunidade açoriana, principalmente oriunda de São Miguel; New Jersey, com emigrantes de origem sobretudo continental, em particular aveirense; na Califórnia, de açorianos sobretudo dos grupos central e ocidental, mas muito disseminados pelo interior do Estado (alguns desses núcleos distam oito horas de carro uns dos outros: San Diego e São Francisco, por exemplo). A origem geográfica desses grupos dificulta as ligações, por ausência de grandes laços familiares entre elas. Por exemplo, há mais ligações entre as comunidades do Sudeste da Nova Inglaterra com as comunidades de Toronto e Montreal, no Canadá, do

que com a Califórnia, porque naquelas, de um e de outro lado da fronteira americano-canadiana, predomina o emigrante de São Miguel.

b. Nos EUA as comunidades portuguesas não habitam grandes centros urbanos, em muitos casos residem em lugares periféricos. Isso retira-lhes visibilidade. Muitos dos filhos de emigrantes bem sucedidos tiveram que sair dessas áreas para estudar e conseguir postos de trabalho condicentes com a sua preparação. Isso isolou-os ainda mais dos meios portugueses.

c. A mais recente vaga de emigração portuguesa, a de cérebros, consiste em alunos de pós-graduação que optam por ficar a trabalhar nos EUA. Fixam-se estes em áreas de tecnologia de ponta, todas fora das áreas onde vivem comunidades portuguesas, excepto no caso de Boston. Por consequência, a sua ligação às ditas comunidades é praticamente nula. Os números não são nada comparados por exemplo com os da Grécia, mas mesmo assim vão crescendo. A PAPS – Post-Graduate American Portuguese Society – tem hoje cerca de cinco centenas de membros. Para muitos deles ainda é cedo para ocuparem posições de visibilidade.

d. A situação nas universidades não é famosa, se bem que actualmente esteja melhor do que nunca. Há dois Departamentos de Estudos Portugueses e Brasileiros nos EUA (nenhum no Canadá), ambos criados nas últimas duas décadas – na Brown University em 1991, e na University of Massachusetts Dartmouth em 2000; nas últimas duas décadas fundou-se também a APSA (American Portuguese Studies Association, com um congresso bi-anual); existem três pequenas editoras exclusivamente dedicadas a livros de temática portuguesa em inglês; publicam-se cinco revistas académicas lusófonas com forte presença portuguesa, quase todas de origem relativamente recente. O número de lugares de professor de Português nas universidades americanas tem aumentado (há estudos que o demonstram, particularmente os realizados por António Vicente, da FLAD\*, e pela Professora Margo

---

\* *Incluído no volume de Rui Chancerelle de Machete e António Luís Vicente, Língua na Política Externa Portuguesa. O caso dos Estados Unidos da América (Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2010).*

Milleret, da Universidade de New Mexico)\*, significando isso um aumento de alunos de Português. Mesmo a nível de ensino secundário esse crescimento é real.

e. O incremento do ensino do português nas universidades deve-se sobretudo ao crescente interesse americano pelo Brasil. Apesar de ser ainda considerável o número de portugueses ou luso-descendentes a ocuparem lugares-chave nos departamentos universitários onde o português é ensinado, a tendência é para a aglutinação com o Brasil. As excepções principais ocorrem nas regiões onde há forte presença portuguesa: Massachusetts, Rhode Island, New Jersey, Califórnia. O apoio de Portugal (através sobretudo da FLAD, do Instituto Camões e, até há pouco tempo, da Gulbenkian) tem permitido segurar e fortalecer os pólos portugueses desse xadrez. O avanço nesta área depende muito da intervenção de Portugal, tem de ser praticada com conhecimento do terreno, precisamente como quem joga xadrez. Políticas genéricas não conseguirão levar-nos longe. Poderia dar aqui exemplos de como eu próprio ajudei a criar postos de português servindo-me das regras americanas para intervir eficientemente.

5. A nível político, ainda é frágil a nossa presença nacional, mas vem subindo bastante nas últimas duas décadas em Estados como Massachusetts, Rhode Island e Califórnia. Curiosamente a Califórnia leva-nos a todos um bom avanço em termos de presença no Congresso em Washington DC, por razões que merecem uma análise atenta. Como nos EUA a política tem de ter uma forte base local, são as comunidades portuguesas que podem conseguir eleger representantes no sistema governativo capazes de criarem uma massa crítica significativa a ponto de constituir peso político nacional. Infelizmente isso não é sempre compreendido por parte dos representantes institucionais de Portugal, o que não inclui figuras como o actual embaixador João de Vallera que, por sinal, tem uma noção bem clara deste tipo de realidades.

---

\* *Margo Milleret, "A map of Portuguese study in the USA", comunicação apresentada ao congresso da APSA – American Portuguese Studies Association, realizado na Brown University a 8 de Outubro de 2010 e ainda inédita.*

Organizações como a PALCUS – Portuguese American Leadership Council of the United States – têm lutado para criar uma consciência nacional de ligação entre as diversas comunidades, mas sobre as dificuldades encontradas nesse domínio eu poderia escrever um livro. Para não deixarmos por completo as nossas tradições lusas, surgiu agora uma organização rival formada por elementos que pertenceram à própria PALCUS. A nossa capacidade de nos dividirmos vem de longe e tem futuro.

6. A situação das comunidades portuguesas nos EUA no seu todo é hoje, a nível nacional, melhor do que nunca. Cada vez mais surgem novas figuras luso-americanas nos mais diversos sectores e algumas, até aqui invisíveis (ou mesmo escondidas), aos poucos vão dando rosto. As circunstâncias pioraram, entretanto, num sector importante. Um número considerável de emigrantes trabalhava em fábricas que aos poucos foram desaparecendo em busca de mão de obra barata, mudando-se primeiro para a América Latina e depois para o Oriente. A situação económica de algumas comunidades, que era folgada, tornou-se hoje complicada, ou mesmo má. Felizmente uma boa percentagem de emigrantes foi já apanhada na fase da quase reforma, diminuindo assim o impacto da crise sobre ela.

7. Para concluir: o caso das comunidades portuguesas norte-americanas tipifica quase na perfeição a sina do império português que, na asserção do historiador George Winius, *spread too thin* – espalhou-se demasiado e tenuamente. Atinge quase o globo inteiro, mas como se fosse um desenho de crianças em que é preciso ligar com traços os espaços vazios entre pontos distantes uns dos outros. A intuitiva observação desse historiador americano lusófono ajuda a compreender a nossa fraqueza como colonialistas e pós-colonialistas e, agora, como membros da rede lusófona.

Acrescentarei um reparo: o fortalecimento dessa rede, pelo menos no caso norte-americano, não é de modo nenhum negligenciável; mas nem sempre tem sido um processo devidamente conduzido. Isso por razões de diversa ordem. em nada diferentes das que existem no país, embora essa pecha não seja um exclusivo português. A verdade, porém, é que, nesse capítulo, decididamente sabemos dar cartas.

Nos Estados Unidos o Brasil está a deixar de ser o país do futuro. Quase todas as semanas o *New York Times* traz um artigo sobre o Brasil e já não apenas sobre música, carnaval ou futebol. Até Obama presta atenção a Lula. E a Reitora da minha universidade declarou há semanas que o Brasil é um dos países com que importa estabelecer mais intensas ligações. Os outros dois são a China e a Índia. Como se já existissem poucas. Há três décadas que a universidade tem admitido anualmente centenas de estudantes chineses que depois levam consigo o *know how* para a China e para a Ásia em geral. (O meu próprio Departamento admitiu um aluno chinês com bolsa completa – inteiramente paga pela Brown – que, depois de uma tese comparando o Estado Novo de Salazar com o de Getúlio Vargas regressou à China, onde dirige o primeiro Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros daquele país e viaja frequentemente para Angola ao serviço de empresas chinesas.) O Brasil não tem tido necessidade de investir no domínio da expansão da sua cultura nem da língua portuguesa. Faz pouco ou nada mesmo e isso é algo exasperante. São os estudantes e as universidades que por si se movem nessa direcção. (Abro um parêntese para referir que nos últimos cinco anos os estudantes têm vindo a alargar bastante os seus interesses pela África lusófona e algumas universidades vão correspondendo, a ajuizar pelos anúncios de vagas de professores que explicitamente designam essa área de estudos.) Lamentavelmente, neste avanço, grande parte dos brasileiros ignora Portugal ou faz aquilo que, até há duas décadas, era apanágio dos espanhóis na AATSP – American Association of Teachers of Spanish and Portuguese – quando os portugueses e brasileiros eram o parente pobre da associação, até se emanciparem, como estão hoje. Daí que continue a caber a Portugal e aos portugueses residentes nos EUA o incremento das redes que ajudarão a dar mais visibilidade às comunidades portuguesas, a criar entre elas mais coesão nacional, e a manter os seus laços com o país de origem sem que isso prejudique o natural processo de integração em todos os sectores da vida dos EUA e Canadá.

Tinha eu já terminado este texto quando, ainda anteontem, participei, como membro da direcção da PALCUS, no jantar de gala anual da organização, que este ano teve lugar na Universidade de Massachusetts Dartmouth. O orador convidado foi o Embaixador João de Valle-

ra, que fez uma espécie de balanço da sua actividade de cerca de cinco anos em Washington.

Com a vantagem de ter como referência e termo de comparação uma larga experiência de vida noutros países – França, Irlanda e Alemanha, entre outros – traçou, sem rodeios, uma imagem da pujança das comunidades luso-norte-americanas, da sua integração na sociedade americana a todos os níveis, e da sua imensa actividade social, política e cultural, dando relevo ao papel que as universidades desempenham nesse processo. Não hesitou em afirmar que se trata de um caso verdadeiramente único no conjunto do mundo lusófono. Se, em vez deste meu texto, tivesse eu lido o do Senhor Embaixador, este meu balanço teria sido bem mais eloquente e, naturalmente, acarretaria consigo bastante mais autoridade.



## Francisco Seixas da Costa\*

Antes do mais, quero agradecer este convite da União Latina e felicitar a organização desta iniciativa. Ao saudar o presidente desta sessão, queria saudar também todos os presentes e, se me permitem uma palavra especial, dirijo-a à senhora doutora Dra. Maria Barroso.

Esta temática do papel da língua portuguesa no quadro global interessa-me bastante, porque faz parte do quadro de afirmação diplomática do nosso país, em que me empenho.

Penso que há um grande e nunca acabado caminho a fazer em torno deste tema e considero que este colóquio é um momento importante para tal. Como sou a única pessoa sem uma atividade de natureza académica nesta mesa, posso dar-me ao luxo de algum impressionismo, ditado apenas por aquilo que fui colhendo, em função da minha experiência pessoal. Achei irónico que o professor Eduardo Lourenço tivesse dito que ele próprio não era um especialista nesta temática. Ora o professor Eduardo Lourenço é talvez o maior especialista vivo na abordagem da questão da nossa identidade como país e ajuda-nos, todos os dias, a olhar para nós próprios de uma forma mais profunda.

A experiência que tenho como funcionário diplomático, com mais de 35 anos de ação profissional, foi particularmente reforçada pelos meus dois últimos postos: o Brasil, onde estive cerca de quatro anos, e a França, onde agora estou colocado, há menos de dois anos. São dois dos países do mundo onde existem grandes comunidades portuguesas, embora com uma génese e uma tipologia muito diversas, nomeadamente em matéria de integração, o que me proporcionou objetos de trabalho e estudo também diferentes, se bem que muito complementares e ambos bastante enriquecedores.

---

\* *Recolha da intervenção oral.*

No nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros, as questões ligadas às comunidades portuguesas fazem parte – e perdoem-me a brutalidade, mas já tenho a idade profissional para poder dizer isto – de uma espécie de subsistema diplomático muito específico, às vezes pouco valorizado.

Nesse subsistema há um elemento que não depende de uma visão criada autonomamente no Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas que sobredetermina todo o seu funcionamento. Trata-se de uma espécie de “chantagem política” que se gerou, nas últimas décadas, e que acaba por tornar esse setor refém de uma certa ideologia comportamental da natureza funcional e até política.

Na democracia portuguesa, com a chegada do 25 de Abril, estabeleceu-se um generalizado e legítimo sentimento de culpa relativamente ao modo como o Estado olhava as comunidades expatriadas, que o anterior regime obrigara a emigrar e face às quais só se preocupava com as respetivas transferências financeiras. Essa “tragédia” que foi a nossa emigração – como o professor Eduardo Lourenço bem a qualificou – foi um processo que foi imposto a uma geração, que não emigrou por vontade própria. É-se emigrante porque o país no qual fomos criados não nos deu as condições para aí vivermos a nossa vida. Um país que obriga a emigrar é um país que, perante os outros, não se prestigia, porque é visto como incapaz de tratar dos seus. É importante ter isto sempre presente quando se aborda a questão da imagem de Portugal no mundo.

Os emigrantes portugueses são a expressão humana de uma grande aventura, mas de uma aventura trágica. É fundamental que nos lembremos disso na análise que fazemos a este conjunto vasto que é Portugal e o Portugal que vive no exterior.

A “chantagem” a que eu me referia tem a ver com o facto de, perante este complexo de culpa legitimamente criado face aos nossos emigrantes, eles terem sido colocados no seio de uma espécie de “apropriação” político-partidária, ligada à nossa luta política interna. A partir do momento em que os emigrantes votam, põe-se a questão sobre quem os representa melhor, quais as formas de repercutir internamente os interesses que as comunidades migrantes residentes no exterior projetam como sendo os seus, no seu compreensível desejo

de maximizar a sua influência. Os partidos competem entre si, às vezes de forma demagógica, pelo potencial desses direitos dos emigrantes. Tudo começou com a discussão constitucional sobre a representação dos emigrantes na Assembleia da República, depois foi a vez do voto para as eleições presidenciais, para além de outros processos subsequentes de representação institucional – alguns dos quais ainda em curso de discussão. E isso, com naturalidade, projetou-se também em certas políticas públicas que dizem respeito às comunidades.

Para o que nos importa neste colóquio, eu gostaria de lembrar o problema, que diariamente se coloca, sobre o tipo de ensino da língua portuguesa a ministrar às crianças das comunidades no estrangeiro. Não vale a pena esconder que existe aqui uma verdadeira questão a resolver, que não deixa de estar ligada ao modo como lemos as virtualidades da integração dessas comunidades nos países onde estão instaladas.

No olhar político sobre este tema, prevalece uma forte timidez em querer abrir o debate. Não vale a pena esconder que prevalece hoje, nas comunidades portuguesas, uma perspetiva predominantemente conservadora e estática quanto ao modo como o ensino do português deve ser ministrado. Eu não sei – porque não sou um especialista – se essa perspetiva tem razão de ser. O que sinto é que o mundo oficial português – na administração como na política – parece temeroso de abrir uma discussão, por exemplo, sobre se se deve privilegiar o português como língua materna ou se se deve avançar para a consideração preferencial do português como língua estrangeira. Esta é a razão pela qual entendo que uma questão, que é essencial para a definição definitiva de uma linha estratégica para a afirmação da língua portuguesa no mundo, está atualmente refém do receio de estimular um debate, que se sabe que pode ser politicamente polarizado no seio das comunidades. Com toda a franqueza, quero dizer que acho que não tem havido coragem, em qualquer dos lados do espectro político, para forçar este debate, com frontalidade, com argumentação técnica, séria e elaborada.

Só através desse confronto aberto de perspetivas será possível ter uma ideia mais clara sobre se o esforço que estamos a fazer para o ensino do português em países estrangeiros, particularmente no en-

sino primário, tem algum sentido de utilidade e de sustentação, se os meios que estamos a utilizar e a forma como os utilizamos são aqueles que melhor ajudam ao futuro e à progressão da língua portuguesa nesses países.

Desde que cheguei a França pressenti, de imediato, que esta é uma discussão muito complexa, porque atravessa perspectivas e interesses dentro do movimento associativo e da comunicação social das comunidades. É uma questão que senti que não é cómoda para ser abordada pelos diplomatas portugueses, como aliás o não foi quando a senhora presidente do Instituto Camões suscitou o tema, no início do seu mandato: caiu logo “o Carmo e a Trindade”! Ora esta é uma das questões que, a meu ver, tem um carácter essencial para a nossa estratégia da língua. Temos de perceber, de uma vez por todas, o que queremos fazer com o ensino da língua portuguesa, com a importante contribuição dada pelo Estado português para o ensino da língua portuguesa no estrangeiro, em especial ao nível do ensino primário. Porque isto, convém que se saiba, tem depois consequências nos níveis superiores de ensino. Em França, há hoje cerca de 130 professores de português, através de todo o país, coordenados por um serviço em Paris, dependente da Embaixada. Confesso que sinto essa rede de ensino um pouco “solta”, com modelos de avaliação de desempenho que me suscitam algumas dúvidas, as mesmas dúvidas que alimento quanto à capacidade de controlo pedagógico, nomeadamente em matéria de formação e atualização, de muitos desses professores, que atuam em lugares distantes, com escasso contacto personalizado com o serviço coordenador. Esse trabalho de coordenação, que era feito pelo Ministério da Educação e que agora compete ao Instituto Camões, merece, a meu ver, ser profundamente revisitado e avaliado – e eu presumo no que me estou a meter, ao falar de avaliação de professores...

Exemplos muito interessantes a nível do ensino do português em França são as “secções internacionais” existentes em alguns liceus franceses. Infelizmente são poucas e o universo de alunos é limitado, o que condiciona, por extensão, a progressão suficiente de alunos de português para o nível seguinte, o nível universitário.

No âmbito das universidades francesas, eu diria que o panorama não é muito brilhante, para além de alguns casos pontuais de sucesso. Temos hoje situações muito variadas, às vezes dependentes da capacidade e prestígio das pessoas que estão a titular os estudos, outras vezes relevando da abertura concedida pelas próprias universidades. Seria muito importante se fosse possível mobilizar os eleitos locais de origem portuguesa, em ligação aos pais, ao movimento associativo e aos "lóbis" que eles conseguissem gerar localmente, forçando o apoio dos maires, dos deputados e dos senadores. Mas, para isso, era importante que a comunidade portuguesa funcionasse de forma conjugada, que os portugueses e luso-descendentes se inscrevessem nos cadernos eleitorais, por forma a poderem ter um peso político que conseguisse forçar a abertura de maior espaço para a língua portuguesa, junto de instituições que hoje têm muita autonomia local e regional, pelo que não são suscetíveis de pressão política governo-a-governo. Até no plano "semântico" seria necessário fazer mudanças, por forma a autonomizar os estudos portugueses e do português das dimensões organizacionais marcadas, por exemplo, pela matriz hispânica. Reconheço que é um processo muito complicado, pelo que não consigo estar muito otimista relativamente ao futuro daquilo que é o ensino do português nas universidades de França.

No entanto, e a outro nível mais comercial, tenho visto uma interessante progressão do interesse pelo ensino do português para adultos franceses, nomeadamente no quadro do Instituto Camões, em Paris. Isso tem menos a ver com Portugal e mais com os interesses de formação linguística com vista aos laços com o Brasil e até com Angola. Este é igualmente um dos caminhos para a afirmação da língua portuguesa no exterior.

Uma das ideias que criei quando estive no Brasil e que se reforçou em mim agora em França é de que temos, cada vez mais, de tratar a questão da língua portuguesa como a questão das expressões linguísticas em português. E, em particular, temos de saber tratar em conjunto a questão das literaturas que se expressam em português. É preciso colocar a trabalhar em conjunto as Embaixadas da CPLP, temos de assumir que essa é uma tarefa coletiva, que só a sinergia do trabalho

articulado dos países que se expressam em português conseguirá dar expressão à língua à escala global. Só dessa forma conjugada será possível garantir que a língua portuguesa virá a ocupar um espaço de natureza cultural, que lhe garanta um suporte institucional sustentado, nomeadamente a nível das universidades e dos centros de estudos.

Sem esse trabalho oficial conjugado, tudo se perde. Vale a pena dizer que, em França, vemos um esforço magnífico que é desenvolvido por algumas editoras, no apoio e na promoção das literaturas de expressão portuguesa, muitas vezes com o apoio do Instituto Camões ou da Fundação Calouste Gulbenkian. Esta Fundação, numa excelente cooperação e articulação conosco, que quero aqui sublinhar, tem feito um notável trabalho em prol da cultura portuguesa e de língua portuguesa, que a todos nos prestigia. Quero dizer isto de forma clara porque sendo nós um país que parece que faz gala em dividir-se e conflitar, ao menos que, quando, por uma vez, as coisas correm bem, deve congratular-se por isso. Para que sirva de exemplo.

Mas eu diria, e para terminar, que tenho a sensação de que falta a tudo isto um grande “empurrão”. E esse grande empurrão tem de se chamar Brasil. O embaixador Alberto Costa e Silva, que está ali na primeira fila, tal como o “embaixador” José Carlos de Vasconcelos – a quem eu teimo em chamar embaixador pelo extraordinário trabalho que tem feito pela lusofonia – sabem bem que, sem o Brasil, sem um forte empenhamento do Brasil no quadro internacional, a promoção da língua portuguesa não dará passos concretos e fortes. Durante anos, e pela minha experiência, o Brasil não teve em grande atenção a expressão internacional do português, como um elemento prioritário para a sua afirmação externa. O facto de o Brasil ter agora nascido para uma visibilidade exterior completamente diferente daquela que tinha no passado começa a dar-lhe uma nova consciência quanto ao modo como deve utilizar a língua.

E como, como eu costumo dizer, não há nenhuma afirmação externa no Brasil, nomeadamente no aspecto estratégico como potência, que seja contraditória com a afirmação externa de qualquer dos outros países de expressão portuguesa, nomeadamente Portugal, parecem reunidas as condições ideais para trabalharmos em conjunto. E não

nos podemos atrasar mais: a luta de afirmação cultural e linguística a nível global está aí, por exemplo, na ocupação do espaço da Internet. Isso implica que devemos juntar todos os esforços no sentido de garantir que as expressões culturais em língua portuguesa possam trabalhar de uma forma mais organizada. Às vezes, nem sequer é preciso gastar muito mais dinheiro, é preciso é ter vontade política para actuar conjugadamente nos fóruns multilaterais, é preciso ter vontade para não sublinharmos excessivamente aquilo que nos pode dividir, em especial as “bizantinas” questões em torno do acordo ortográfico. Esta parafernália de discussão sobre as maneiras diferentes de escrever a língua portuguesa é um debate inútil.

E, repito, seria muito importante que as embaixadas dos países de língua portuguesa recebessem instruções concretas para trabalharem em conjunto, para estabelecerem programas de promoção cultural conjugados, que pudessem pôr em evidência os seus romancistas e os seus poetas, que se exprimem nas diversas formas que pelo mundo a nossa língua toma.

Era isto que pretendia dizer-lhes, em função da minha prática como embaixador. Em síntese, que devemos, cada vez mais, jogar com verdade nas questões da promoção e ensino da língua e não nos deixarmos aprisionar por lógicas de natureza política, por comodismo e por falta de frontalidade.

Muito obrigado pela vossa atenção.

\* A solicitação do autor, este texto segue as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



## Helder Macedo

Julgo ser um facto incontroverso que o poder político e económico de uma nação influencia, ou mesmo determina, a percepção da sua cultura. Portugal iniciou no século XV o que veio a tornar-se na expansão imperial europeia. Muitos consideram que esse foi o início da época áurea do país. Para outros – como Sá de Miranda ainda no século XVI e Antero de Quental já no século XIX – foi um factor de decadência por ter levado ao esvaziamento do reino e permitido a criação de uma oligarquia nacional que não precisava de desenvolver o país para assegurar privilégios derivados da produção de riqueza noutros lugares. Actualmente Portugal é parte da União Europeia, essa comunidade ainda hoje dominada por nações de recente passado imperial. Mas a União Europeia continua a expandir-se, integrando países cada vez mais periféricos em relação ao seu núcleo fundador. A principal função dos novos aderentes – dizem os cínicos – é contribuir, de modos não totalmente dissimilares aos das antigas colónias, para os grandes centros onde reside o poder. Os mais optimistas dirão que é parte de um salutar processo de globalização, produto de uma concepção pós-moderna da sociedade em que os estados-nação deixaram de fazer sentido e onde os próprios mercados internacionais, ao serem unificados, por interesse próprio, terão de abolir os desníveis económicos, sociais e culturais que até agora desfiguraram o mundo. Portugal nunca mais poderá ser dominado por uma oligarquia parasitária e a maioria dos portugueses vive melhor no seu país do que vivia no tempo do império. Quando as antigas colónias portuguesas se tornaram independentes, Portugal pôde finalmente tornar-se independente das colónias. Teríamos assim chegado ao fim da História, para usar essa prematura e falaciosa metáfora triunfalista que celebrou o colapso do império soviético.

No século XVI, João de Barros, o cronista dos então recentes “feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista das terras do Oriente”, decidiu compilar também uma gramática da língua portuguesa. E justificou o seu propósito declarando que as armas e os padrões que Portugal estava a disseminar por todos os continentes eram coisas materiais, que o tempo podia destruir, mas que a língua portuguesa não seria tão facilmente destruída pelo tempo. A língua portuguesa hoje é falada por cerca de duzentos milhões de pessoas em oito países dos cinco continentes e já não é apenas, nem sequer predominantemente, uma língua europeia. Disto se pode concluir, quero crer, que a consequência mais positiva de ter havido impérios é deixar de haver impérios. As outras nações de língua portuguesa não são menos parceiros culturais dos portugueses do que os outros membros da União Europeia são seus parceiros políticos e económicos.

No entanto Portugal pode ser e tem sido caracterizado como uma nação periférica – quando muito semiperiférica – na linguagem sociológica actualmente em voga. Tal caracterização pressupõe, é claro, que há um centro exterior do qual se possa ser a periferia, o que por sua vez também sugere que o problema não é apenas cultural ou que só por arrastamento o passa a ser. De facto, é fundamentalmente um problema político e económico. O centro é onde o poder se situa, e a periferia é tudo quanto depende desse centro sem ter a possibilidade de influenciá-lo directamente. Desta perspectiva a própria União Europeia pode ser entendida como periférica – quando muito semi-periférica – em relação ao poder político e económico que actualmente controla os mecanismos da globalização, os Estados Unidos da América, onde é sempre difícil distinguir entre política nacional e hegemonia internacional, entre interesse público e interesses privados.

As culturas consideradas periféricas, olhando-se com olhos empenhados do que aceitam ser o centro, tendem a criar uma imagem negativa de si próprias, e essa percepção é a imagem que projectam e que o centro, não sem razão, se vê justificado em aceitar como verdadeira. Para as culturas do globalizante centro, no entanto, há uma atitude complementar a esta, que resulta em só se verem a si próprias mesmo quando parecem que estão a olhar para as outras, desse modo redu-

zindo os horizontes da sua percepção num gradual empobrecimento que transforma toda a diferença em semelhança.

A imagem que os portugueses têm de si próprios tem sofrido, paradoxalmente, do seu próprio internacionalismo. Ao longo dos séculos habituaram-se a ver-se com olhos estrangeiros mesmo dentro do seu país, como viajantes que regressavam ou estavam prestes a partir. Criaram e perderam três impérios: no Oriente, nas Américas e em África. Mas sobretudo emigraram e, como imigrantes, contribuíram para o desenvolvimento económico e cultural de outras nações. Actualmente Portugal não é apenas um país de emigração mas também de imigração. No entanto, apesar de finalmente libertados dos dúbios benefícios do império, cerca de um terço dos portugueses continua a viver fora do seu país.

Mas todos nós somos cidadãos de um país que já confrontou o fim da História várias vezes e que até perdeu o lugar nos mapas quando julgava que ainda estava no auge do seu poder. E que continuou a sobreviver, como continua a sobreviver nos mundos alheios da sua actual dispersão. Os portugueses são um povo que já viu tudo: grandeza, miséria, e agora até uma respeitável mediania. Já foram o opressor e o oprimido, o inquisidor e o libertário, cristão, judeu, mouro, negro, índio. Absorveram todas as raças e culturas e integraram-se em todas elas. A sabedoria cultural dos portugueses é a sua única riqueza, sempre foi a sua principal riqueza. E só seria maior se, no processo da sua longa História, não tivessem perseguido, ou expulsado, ou destruído muitos daqueles que não pensavam como o poder vigente exigia que pensassem, considerando-os como periféricos dentro do que afinal era também a sua cultura, do mesmo modo como os próprios portugueses são considerados periféricos dentro de uma cultura universal que também é sua.

Quando falo com escritores e professores estrangeiros – colegas em Londres, Paris, Nova Iorque – gosto de lhes perguntar quantos livros portugueses – ou brasileiros, ou angolanos, ou moçambicanos, ou cabo-verdianos – se lembram de ter lido. Os mais aventureiros mencionam Fernando Pessoa e José Saramago. Muito poucos Eça de Queirós e Machado de Assis. Menos ainda Luís de Camões. Guimarães Rosa quase nenhum deles. E estão contentes, é tudo gente satisfeita de ser

culta, nem sequer suspeitam que podem estar a perder alguma coisa que para eles seria tão necessária quanto é para nós. O que me fez pensar no que me disse uma psicoterapeuta americana falando da dificuldade de tratar clientes menos cultos: “Quem não conhece a palavra que descreve uma experiência não consegue entender a experiência que essa palavra descreve”.

Mencionei Camões, que foi um cidadão do nosso primeiro império e o primeiro poeta europeu com conhecimento directo de culturas que a sua própria cultura até então desconhecia. Não foi na Europa que escreveu a maior parte do supremo poema épico do Renascimento europeu. A sua poesia lírica fala-nos de um mundo onde há coisas que acontecem mas em que não se acredita e onde há coisas em que se acredita mas que não acontecem. N’*Os Lusíadas*, propõe uma nova imagem da humanidade para um mundo novo, subvertendo o ostensivo discurso nacionalista, que também lá está, com a visão culminante da reconciliação e coexistência de todos as diferenças através do amor. Tal como outro grande perene da cultura europeia, Shakespeare, ao falar do seu tempo e para o seu tempo, Camões está também a falar do nosso tempo e para o nosso tempo. Mas todo o mundo sabe que Shakespeare é nosso contemporâneo, enquanto que a sempre renovada actualidade de Camões deixou de ser reconhecida por ele ter escrito numa língua tornada periférica pelos deslocamentos do poder político e económico. Um escritor periférico não pode ser confortavelmente aceite como paradigmático de uma cultura universal. Seria como se os xicanos de chapéus sonolentos, ou os ameríndios emplumados, ou os negros descendentes de escravos quisessem ser heróis de filmes de cobóis e se atrevessem a mudar todas as regras do género.

Mas é isso que tem vindo a acontecer com os filmes de cobóis, que por sua vez são um desenvolvimento actual da velha tradição épica que inclui as epopeias de Homero, Virgílio e Camões entre os seus mais notáveis antecessores literários. E que é a mesma tradição que iria ser redimensionada em duas obras-primas da modernidade em língua inglesa e em língua portuguesa, o *Ulysses* de James Joyce e o *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa. No entanto nada teria podido parecer menos provável que essas histórias eminentemente periféricas sobre rebanhos e vaqueiros, xerifes e escroques, tabernas e meretri-

zes nos vastos espaços da jovem nação americana viessem a adquirir a relevância universal que lhes permitiu tornarem-se no equivalente cinematográfico da poesia épica tradicional, com prostitutas de coração de ouro no lugar das ninfas pagãs, decotadas patroas de bordéis no lugar da Vénus camoniana, pioneiras vias férreas no lugar das naus, aventureiros de cabeça a prêmio no lugar dos marinheiros em demanda de novas fronteiras. A velha fórmula foi sendo acrescentada com novos conteúdos mas continuou a manter os mesmos conflitos fundamentais e os mesmos valores perenes: o bem contra o mal, a generosidade contra a ganância, o herói carismático, a comunidade ameaçada, a confrontação entre o amor e o ódio, o triunfo do amor, os heróis finalmente cavalgando em direcção ao pôr do sol como os marinheiros d'*Os Lusíadas* navegaram de regresso ao Ocidente. A nova expressão do antigo arquétipo no mitificado Far West tornou-se universal por razões que largamente excedem a qualidade estética que também possa ter. É ainda um processo de troca. Mas deixa de o ser quando o trânsito se processa numa só direcção, diluindo toda a diferença no mesmo mar cinzento da semelhança, impondo à magnífica polifonia do nosso vasto mundo uma linguagem de surdos sem interlocutores.

Tempo houve em que o latim era a língua cultural da Europa. Mas como o império romano já havia cessado de existir, o latim não estava especificamente identificado com qualquer poder imperial. O inglês tem agora uma função equivalente à que o latim teve como língua internacional. Mas o inglês não é apenas a magnífica língua que, na sua expressão simultaneamente nacional e universal, pode ser usada em diálogo com as outras culturas, é também a língua do poder político e económico que tende a obliterar as outras culturas, é a língua da *pax* multinacional da globalização. A própria velha Europa faz parte do mesmo processo, é mais um seu instrumento do que uma alternativa.

Seria no entanto errado ver na globalização apenas a expressão de um neo-imperialismo adaptado dos anteriores imperialismos nacionais. Em contraste com os antigos impérios, o novo império da globalização não tem um centro de poder unificado. Os Estados Unidos ocupam nele actualmente uma posição dominante mas, ao contrário das potências imperiais do passado, o seu poder só pode ser exercido através da obliteração de fronteiras. O centro deixou de ser um lugar

e passou a ser um processo que agora até pode ser implementado a partir do que haviam sido as periferias. Mas se as regras mudaram, também – e por isso – os modos de sobrevivência cultural tiveram de mudar, com a paradoxal consequência de que no mundo pós-nacional da globalização começa a haver um revitalizado lugar para alternativas não centralizadas. Línguas e culturas que durante séculos foram reprimidas pelos Estados-nação começam a emergir com renovada pujança: por exemplo, o catalão em Espanha, a languedoc em França, o gaélico no Reino Unido. Mas, se assim é, por maioria de razão os portugueses não deverão esquecer que, nesta nossa sociedade pós-moderna, não constituem apenas uma cultura regional dentro da Europa, que são também parte de um multifacetado internacionalismo que partilha a mesma língua noutras nações e noutros continentes. Julgo que será esse o único modo de os portugueses permanecerem culturalmente portugueses, sobrevivendo ao crescente mesmismo da globalização através do seu próprio internacionalismo.

Falo-vos, é claro, como um cidadão da diáspora, nesta língua sem donos nacionais. Como tantos outros portugueses, não vivo em terras onde se fala a minha língua e nem sequer foi em Portugal que a aprendi. Foi em África, onde comecei a ler autores portugueses e brasileiros que ficavam à mesma distância geográfica de onde eu estava sem me importar muito em distinguir quais eram o quê. Moro e trabalho em Londres, rodeado de inglês por todos os lados, e sou um escritor português. Mas isto também significa que, como português, posso dialogar com outras línguas e culturas a partir das plurais culturas da minha língua. Será isso aceitar irremediavelmente o meu lugar nas periferias das culturas dominantes? Talvez não, talvez seja apenas assumir o lugar que nos compete – a todos nós, os de língua portuguesa – num mundo sem fronteiras que também possa ser nosso.

**XVIII Prémio  
de Tradução Científica e Técnica  
em Língua Portuguesa  
FCT/UL 2010**



## Premiados

### Prémio

#### **A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS,**

Relógio d'Água

(DIE TRAUMDEUTUNG, Sigmund Freud)

**TRADUTOR: Manuel Resende**

### Menções Honrosas

#### **A ORIGEM DO HOMEM E A SELECÇÃO SEXUAL,**

Relógio d'Água

(THE DESCENT OF MAN, AND SELECTION IN RELATION TO SEX,  
Charles Darwin)

**TRADUTORA: Susana A. M. Varela**

#### **VEGÍCIO – COMPÊNDIO DE ARTE MILITAR,**

Imprensa da Universidade de Coimbra

(VEGETIUS – EPITOMA REI MILITARIS, M.D. Reeve)

**TRADUTORES: João Gouveia Monteiro – José Eduardo Braga**

#### **DO DIREITO LUSITANO DIVIDIDO EM TRÊS TRATADOS –**

**AGRAVOS/CARTAS DE SEGURO/INQUIRIÇÕES,**

Fundação Calouste Gulbenkian

(DO DIREITO LUSITANO DIVIDIDO EM TRÊS TRATADOS

– AGRAVOS/CARTAS DE SEGURO/INQUIRIÇÕES, Mateus Homem Leitão)

**TRADUTOR: Fernando Ligório Vaz**



## Bernardo Herold\*

Boa-tarde! Queria em primeiro lugar felicitar os laureados. De facto, eu não tive a mínima reserva íntima em relação à decisão do Júri e é com grande satisfação que eu vi, aqui, aqueles que puderam vir receber os seus diplomas.

Cumprimento as personalidades presentes e agradeço mais uma vez terem-me dado a honra de me convidarem a presidir a este Júri. Quando isso me foi proposto eu disse imediatamente que sim, que aceitava, mas depois tive um rebate de consciência e disse assim: — Mas eu devia ter aceite ou não? Porque acontece que eu não costumo ler traduções, porque mais de 90% daquilo que leio, seja por gosto, seja por obrigação, consigo ler na língua original. Além disso, ou por isso, sou muito crítico em relação à qualidade das traduções. Devia ter-me interrogado se poderia ser considerado como alguém que por ter um preconceito contra traduções está ferido de parcialidade. No entanto, não tive nenhum problema de consciência, como já disse, em suportar inteiramente as decisões do Júri, nas quais eu praticamente não tive sequer de intervir. Assim, aproveito para agradecer a excelente colaboração de todos os membros do Júri, competentíssimos, cada um na sua área e também aos autores dos pareceres sobre os quais nos baseámos. Esses pareceres em parte são obras em si notáveis, que não se publicam, mas que me impressionaram muito positivamente. Por isso quero deixar aqui também as minhas felicitações a essas pessoas que ficam anónimas perante o público.

Aproveito para confirmar que, tal como aqui foi dito pelo senhor Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, este Prémio é um incentivo muito importante para os editores. Utilizando aquela metáfora muito conhecida da cenoura e do chicote, diria que de facto é uma

---

\* *Recolha da intervenção oral.*

cenoura, mas só que falta o chicote. E há, e continua a haver, infelizmente, muitas traduções más. Embora, como já disse, seja raríssimo ler traduções, logo por azar li no ano passado duas traduções que me escandalizaram pela sua falta de qualidade. A propósito disso, queria fazer primeiro uma observação: as obras melhores que o Júri apreciou, quer tenham sido premiadas ou sido objecto de menções honrosas ou não, quase todas tiveram uma revisão técnica. Muitas vezes a revisão técnica foi feita pelo coordenador do centro de investigação a que o tradutor pertence. Portanto, há aqui da parte do tradutor a humildade de se sujeitar a uma revisão técnica. De facto, as piores traduções técnicas que tenho visto não tiveram revisão técnica nenhuma.

Sem mencionar nem os títulos dos livros, nem os nomes dos seus autores e tradutores, quero descrever os citados dois exemplos porque talvez sirvam para tirar algumas conclusões importantes. Embora seja muito fácil formular considerações gerais, as histórias de casos concretos às vezes permitem-nos uma compreensão mais profunda dos problemas. Uma das traduções foi a de uma obra francesa. Ora, traduzir uma obra francesa para português não se espera que seja uma tarefa muito difícil. No entanto a tradução foi para mim uma leitura extremamente árida e difícil. Por isso mandei vir o original francês, que é um texto escorreito; lê-se bem, nem tudo se percebe à primeira leitura porque se trata de um assunto que toca a filosofia e vários outros aspectos que não são fáceis e são exigentes para o leitor. No entanto a diferença entre o original e a tradução era muito grande. Onde eu notei as maiores falhas foi no seguinte: no original francês citam-se textos traduzidos para francês de muitos autores alemães, desde Thomas Mann a filósofos como Kant, Nietzsche, etc... Dado que o alemão é a minha língua materna, tentei imaginar o que é que teria sido escrito por esses autores alemães em alemão. Na maior parte dos casos não consegui! Cada vez que conseguia localizar os mesmos textos nas obras originais alemãs tinha porém um daqueles momentos de exclaimar "eureka, era isso que queria dizer!".

Não se julgue que não tenha todo o respeito pelos tradutores profissionais. Muitas vezes são mal pagos, têm prazos extremamente curtos e os editores não estão dispostos a pagar a tradutores melhores. Portanto, eu nunca citaria aqui o nome do tradutor ou do autor em causa,

porque compreendo que traduzir uma obra francesa sobre um assunto filosófico, citando muitos autores alemães e ingleses, é uma tarefa extremamente difícil de que deveria ser encarregado um tradutor que não soubesse só francês e português mas que também conhecesse outras línguas e tivesse alguma cultura geral. Além de eu perceber que o tradutor não conhecia a língua alemã, a certa altura também me apercebi que, de facto, o defeito não era só esse. Porque, a certa altura, apareceu uma referência a um santo que eu não conhecia. Embora eu conheça o elevador de Santa Justa, não conheço nenhum “Santo Justo”. Só passados alguns segundos é que percebi que o autor se referia a Saint-Just\*. Portanto, é um caso em que o tradutor deveria ter tido mais cuidado. Ou se devia ter escolhido uma pessoa com uma maior cultura geral ou então mandado fazer uma revisão técnica.

Um segundo caso triste resultante da falta de uma boa revisão técnica, foi uma tese que foi apresentada em inglês numa Universidade muito prestigiada e que mereceu de um júri exigente uma boa classificação. Foi publicada por uma das mais prestigiadas editoras uma tradução portuguesa feita pelo próprio autor da tese. Essa publicação recebeu comentários muito negativos, apenas em parte justificados, que podiam ter sido publicados como uma recensão (o que teria dado ao autor/tradutor a possibilidade de se defender em público). Em lugar disso foi elaborado um parecer vitriólico em que críticas pertinentes apareciam misturadas com comentários injustos e ofensivos. Esse parecer foi distribuído, sem o dar a conhecer ao autor/tradutor, a pessoas que o usaram para o prejudicar profissionalmente. Tudo isso podia ter sido evitado através de uma boa revisão técnica. Esta teria revelado que, como consequência do carácter transdisciplinar da tese, o autor/tradutor não conhecia muitos dos termos portugueses utilizados por autores especializados em cada uma das áreas do vasto leque abrangido, desde a arte à filosofia e a um domínio muito especializado das ciências exactas. Enquanto no original inglês a citação literal duma passagem dum outro texto igualmente escrito em inglês não apresenta nenhum problema para um autor não especializado nessa área científica, a tradução portuguesa só pode ser feita correctamente por

---

\* *Louis Antoine Léon de Saint-Just (1767-1794), político revolucionário francês.*

um cientista português especializado nessa área. Se a tradução tivesse tido uma revisão técnica por especialistas de cada área, a tradução não teria merecido a maior parte das críticas (que aliás o original inglês não recebeu). É um apelo que eu faço a todas as editoras: devam providenciar sistematicamente uma revisão técnica de todas as traduções científicas por especialistas das áreas abrangidas.

Para voltar finalmente à metáfora da cenoura e do chicote, o que eu proponho é o seguinte: já que nós temos esta cenoura do Prémio, sugiro que também se crie um chicote. Naturalmente, nenhuma instituição reputada quererá desempenhar esse papel. Mas há a possibilidade de se criarem blogues. Por isso convido alguém, um *free-lancer*, a fazer um blogue em que as pessoas possam registar “calinadas” de traduções científicas publicadas. Aposto que vai ser divertidíssimo ler essas calinadas e com certeza que se arranjava um júri para seleccionar as piores e atribuir um prémio, um análogo ao Prémio “Ignobel” à maior calinada. Acho que isso acrescentava à cenoura um chicote.

Peço desculpa aqui à Renée Gomes e à União Latina, mas quando me dão tempo de antena é o que acontece, digo estas coisas insólitas. Peço desculpa de as ter dito e renovo as minhas felicitações aos laureados.

## João Sentieiro\*

Caros Organizadores

Caros Colegas

Caros Estudantes

Minhas Senhoras e meus Senhores

Começo por agradecer o convite que me foi dirigido para estar presente nesta parte do “Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado”, e felicitar a União Latina e a Fundação Calouste Gulbenkian pela organização deste Encontro. Não posso deixar de realçar também a oportunidade criada de entregar o Prémio de Tradução Científica no decurso do próprio Encontro.

Dirijo uma palavra de agradecimento especial ao Presidente e aos membros do júri responsável por seleccionar o premiado.

O tema do encontro e os debates que suscitou levam-me a reflectir que embora a Fundação para a Ciência e a Tecnologia se tenha associado ao Prémio de Tradução Científica desde o início, não há dúvida que este Prémio tem hoje uma relevância acrescida resultante de uma nova conjuntura que emerge das excelentes relações que neste momento Portugal tem com os países de língua oficial portuguesa e que num contexto de paz tem tido como consequência um interesse crescente nesses países pela cultura, pelo desenvolvimento, pela educação e pelo desenvolvimento científico.

Neste novo ambiente, e no contexto deste Prémio, torna-se ainda muito mais importante poder disponibilizar em língua portuguesa trabalhos científicos. De facto, países como Angola e Moçambique estão

---

\* *Recolha da intervenção oral.*

neste momento num processo dinâmico e com grande apoio social de criação de Universidades e de centros de investigação. Há pela parte das populações destes países uma enorme apetência pela formação, pela educação e pelo desenvolvimento da investigação científica. A Portugal cabe naturalmente, como aliás ao Brasil, um papel muito importante no apoio ao desenvolvimento científico desses países. Portanto, o Prémio de Tradução Científica que já tinha uma grande importância no passado, ganha hoje uma relevância enorme e tem concerteza a apoiá-lo um mais vasto conjunto de cidadãos do mundo lusófono.

Termino deixando aqui uma palavra de estímulo para que continuemos a trabalhar no sentido de valorizar a língua portuguesa, em particular no contexto científico, dando curso e resposta as solicitações crescentes que nos chegamos dos países irmãos de língua oficial portuguesa.

Aos que irão continuar a participar no Encontro, desejo que os trabalhos continuem com o dinamismo e a riqueza intelectual que sei que tiveram até este momento. Voltarei a estar convosco amanhã na sessão de encerramento, certamente para recolher e reflectir sobre as conclusões deste Encontro que espero nos entusiasmem e motivem, em particular aos mais novos, para continuar este trabalho de defesa da língua, que no fundo é um dos nossos mais importantes patrimónios.

Muito obrigado.

## **Painel 3**

### **Valor económico da língua portuguesa**



## David Ferreira\*

Bom-dia.

Vou falar de Música Popular. Porque é a sua realidade que conheço. E porque sei que a realidade da Música Erudita é muito diferente. E seria mau para as duas pô-las no mesmo saco.

Eu posso falar da importância cultural da Música Popular: de Cole Porter, dos Beatles, de Bob Dylan, de Amália Rodrigues.

E posso falar da importância económica da Música Popular. Das políticas agressivas de americanos, ingleses e mais recentemente franceses para promover o que sabem que é uma grande fonte de rendimento. Da Ordem do Império Britânico dada aos Beatles em 1965 por uma rainha que não era insensível ao impacto (também comercial) do grupo. Dos milhões de discos vendidos lá fora da Amália e dos Madredeus: Amália cantando quase sempre em português; os Madredeus sempre, escolhendo cuidadosamente para os títulos dos seus álbuns palavras com evidente raiz latina e portanto mais inteligíveis para todos os públicos. Ou até do eléctrico 28, sempre cheio de turistas depois do filme que Wim Wenders dedicou a Lisboa; e aos Madredeus.

E posso falar da importância política de a nossa língua, com o seu sotaque europeu, ser cantada no Brasil e nos PALOP.

Acerca de tudo isto poderia falar muito. Já em relação ao interesse que os poderes económico, cultural e político têm manifestado pela Música Popular poderia falar... pouco.

E paradoxalmente é desse "pouco" que quero falar. Perante uma tão ilustre mesa e uma tão ilustre assembleia não resisto a fazê-lo. Correndo o risco de ser desagradável ou de defender causas aparentemente perdidas.

---

\* *Recolha da intervenção oral.*

Muito obrigado pelo convite. Só posso interpretar o desafio para estar aqui como um reconhecimento da importância da Música Popular e, no meu caso, da Gravação de Música Popular na afirmação das línguas e das culturas lusófonas.

Isso é muito positivo. Sobretudo porque a minha actividade de editor de música gravada há muito não tem aquilo a que se costuma chamar um *ministro da tutela*. Pagamos IVA e até IRC – quem ainda tem lucros... apesar de ser editor. Mas o Ministério da Economia não nos reconhece relevância económica. O Ministro da Cultura, por via de regra, não recebe a associação que representa o sector; a pedidos de reunião ou não responde ou responde tarde e a más horas; de vez em quando lá temos direito a um assessor ou a um chefe de gabinete. Não podia ser pior? Pode; o Governo de Portugal tem ainda um ministro, Gago mas eloquente nestas matérias, que, falando dos *downloads* ilegais de conteúdos, afirma que *a pirataria é uma fonte de progresso* – apesar de haver leis, apesar de teoricamente o Governo reconhecer a Propriedade Intelectual, apesar de os contribuintes ainda acreditarem que o Estado deve fazer cumprir a Lei.

Por falar em Lei e em *downloads* ilegais: quando eu era Presidente da Associação Fonográfica Portuguesa, escrevi ao Procurador-Geral da República, alertando-o para uma situação de calamidade, para a impunidade dos infractores, para a inoperância de polícias e juízes e solicitando-lhe uma audiência. S. Exa. não respondeu e eu insisti. S. Exa. voltou a não responder. Tudo isto se passou entre o final de 2006 e o início de 2007. S. Exa. nunca respondeu; até hoje, quase 4 anos depois.

Já sei o que poderão dizer: que não há nada a fazer contra os *downloads* ilegais. E, no entanto, a referida Associação conduziu pelos seus meios uma investigação de *sites* e servidores dedicados a práticas ilegais e, com base nessa investigação (a Net pode ser anónima mas também pode deixar rasto), em 2006 denunciou (...) 38 endereços IP que estavam a partilhar ilegalmente ficheiros musicais. De (...) 30 denúncias continuamos sem saber nada. Não temos conhecimento de outro país onde as queixas ou acções cíveis apresentadas em relação aos serviços

*de p2p tenham estes atrasos e muito menos a ausência de qualquer resposta ao fim de 4 anos e meio\**

Será que não vale a pena fazer nada?! Na Alemanha, *já foram apresentados cerca de 20.000 processos relativos à partilha ilegal de músicas nos serviços de p2p (\*)*. Provavelmente porque naquele país vale a pena lutar contra a ilegalidade. Decerto porque das primeiras 38 queixas não ficaram 30 sem resposta... Talvez isto nos ajude a perceber por que razão a queda de mercado em Portugal em relação ao ano 2000 é superior a 60%, enquanto na Alemanha essa queda é inferior a 40%.

Pode-se discutir se a lei deve castigar quem faz *downloads* ilegais, como sucede em vários países. Ou se deve privilegiar o combate a quem facilita o acesso gratuito a ficheiros musicais sem autorização dos titulares. Ou até se deve actuar com mão pesada sobre quem ganha dinheiro com os *downloads* ilegais através das receitas de publicidade que assim consegue; ou sobre quem anuncia os seus produtos ou serviços em *sites* que são visitados apenas por causa do roubo e da ilegalidade. Ou se devemos caminhar para um regime em que os servidores e as telecomunicações transfram para Artistas, Autores e Produtores as receitas efectivas que conseguem, directa ou indirectamente, com a disponibilização gratuita de conteúdos.

Pode-se discutir... mas com quem?! Se contactarmos o Ministério da Cultura, *6 meses é o tempo médio de resposta - quando recebemos algum tipo de resposta\*\**.

Nesta altura, já deve haver quem pense em abandonar a sala. Hoje é inglório e quixotesco criticar o Admirável Mundo Novo da Cultura Grátis. Para mais, isso não tem importância nenhuma: afecta apenas a Música Gravada, cujos Editores, ao que leio, ou eram malandros ou drogados; ou as duas coisas.

E, no entanto... parece que a Comunicação Social tão-pouco se dá bem com uma realidade que começou por elogiar: mais e mais jornais são feitos por estagiários; porque as tiragens caem a pique. O Cinema prometeu que ia ser muito mais inteligente do que a Música Gravada

---

\* *Informação fornecida pela Associação Fonográfica Portuguesa em Outubro de 2010.*

\*\* *Idem.*

mas o aluguer de DVD entrou em colapso; e o próximo filme do James Bond foi cancelado – por falta de financiamento.

Ficamos por aqui? Talvez não. O Kindle e o iPad começam a mostrar que podem ser o futuro mp3 e o futuro iPod dos livros. Já sei: vão dizer-me que ninguém dispensa o objecto, o livro; mas já ouvi dizer o mesmo acerca dos discos e contudo a sua facturação em Espanha e em Portugal caiu em 9 anos para um terço do que era.

Seja qual for a sorte dos livros, vamos ser alguns a bater à porta do Estado a pedir subsídios. Logo agora, que não há dinheiro! E, se houver, será mesmo bom voltar a uma época em que o comércio da Cultura não existia e os criadores dependiam da boa vontade dos poderosos para poderem trabalhar e divulgar a sua obra?

Velhos preconceitos impedem muitos de ver o óbvio. Nunca como nos últimos três séculos a humanidade produziu e fruiu tantos bens culturais; além disso, reparem, a Edição e as Liberdades Cívicas têm praticamente a mesma idade – e não é por acaso.

Finalmente, não são os grandes produtores ou os grandes mercados quem mais depressa se vê em risco de sobrevivência. São precisamente os outros, os pequenos – quem já nadava com dificuldade para se manter à tona de água afoga-se mais depressa com o agravamento das condições.

Apocalípticas as minhas palavras? Tanto como a de um ou dois loucos que se assustaram perante a euforia do *subprime* em 2007; ou perante a ilusão da imunidade de Portugal à crise económica em 2008 e em boa parte de 2009...

O peso económico da Música Popular é, desde há muito, significativamente superior à atenção que lhe prestam os poderes públicos. Por alguma razão, um mau livro paga um **IVA** muito mais baixo do que um bom disco; em toda a Europa, eu sei. Mas há países, como a França, que fazem campanhas muito activas para pôr cobro a esta injustiça; enquanto Portugal, a maior parte das vezes, assobia para o lado.

Na verdade, o peso das culturas populares – e em particular da Música Popular e do Cinema – explica muito da viragem a que assistimos em meados do século passado a favor dos anglo-saxónicos. Os franceses, habituados a serem o centro do Mundo, acabaram por reagir. Desde

há algumas décadas, defendem o seu cinema mas também a música popular que é lá gravada. Têm políticas que apoiam: a passagem de música francesa na rádio; a sobrevivência da produção e da distribuição independentes; e a exportação da música gravada em França. Estas políticas têm normalmente continuidade, independentemente de haver um governo de esquerda ou de direita. De Malraux aos nossos dias passando por Jack Lang, há uma visão francesa do papel da Cultura e da Música Popular. E tive ocasião de discutir estes assuntos com dois ministros da Cultura franceses... numa altura em que era mais fácil falar com eles do que com o ministro da Cultura de Portugal.

Chamava-se Augusto Santos Silva o último ministro da Cultura português a que a Música Gravada poderia chamar *ministro da tutela*: a ele e ao seu secretário de Estado Arons de Carvalho se deve o pagamento de direitos conexos a Artistas e a Produtores musicais por parte da RTP; e sem o seu empenho a lei que garante mínimos para a passagem de música portuguesa na rádio nunca teria sido aprovada. Em pouco mais de um ano, Santos Silva fez mais pelo sector do que os cinco ministros que vieram depois. Não por ter gasto rios de dinheiro. Mas por se ter interessado e ouvido a voz de quem estava no terreno.

Antes dele, lembro-me da intuição certa que Pedro Santana Lopes, numa altura em que a pasta estava entregue a um Secretário de Estado, teve em relação à exportação dos Madredeus; ou da importante recuperação de Teatros e Cine-Teatros por Manuel Maria Carrilho. E de pouco mais, de 1990 para cá.

Será incompetência dos últimos 5 ministros? Ou não terão eles sido lançados para missões impossíveis, com orçamentos que quase se esgotam nos custos correntes, e mandatos demasiado curtos para chegarem a perceber os dossiês, brevidade agravada pelo gosto bem português de não dar continuidade a coisa nenhuma? E poderá haver nos nossos dias políticas culturais, quando a verdadeira Cultura precisa da independência como de pão para a boca e o poder político se compraz em gerar redes de dependentes? Ou quando da Cultura seria lícito esperar a capacidade para ver mais longe numa era em que tudo se esgota no *soundbyte*, na sondagem e no curto prazo?

Valerá a pena ter um Ministério da Cultura em Portugal?

Esperemos que sim. Mas a pergunta não é descabida.

Com isto, já gastei 2/3 do meu tempo. Guardei para o fim algumas sugestões que podem ser úteis. Para isso basta que o Poder recorde que a matriz boa das políticas culturais remonta a André Malraux e não a Joseph Goebbels: ao primado da Cultura sobre a Propaganda.

Sugiro cinco áreas de actuação:

Até ver, a única forma de defender a Música Portuguesa na **Rádio** é através de quotas. Claro que os grandes grupos de Media as não querem. Não porque elas lhes tirem audiência, já se provou o contrário. Mas porque gostam de ver reconhecidos os seus direitos absolutos de propriedade privada sobre o que, à luz da Lei, deveria ser apenas uma concessão, com regras, submetida ao interesse público e passível de ser revogada. Precisamos de mais quotas, defendendo não apenas a música que se produz cá mas também, e talvez sobretudo, a novidade, fixando-se limites à passagem de gravações com mais de 18 meses.

A **pirataria digital** merece no mínimo reflexão. E se o Estado quer que os conteúdos sejam gratuitos que os pague ele. Ou então que arranje maneira de fazer cumprir a lei.

Portugal tem de juntar a sua voz aos países que querem que a Música Gravada tenha o **IVA** adequado a um bem cultural. Afinal, não somos cidadãos europeus para nos limitarmos a esperar que outros decidam por nós.

Penúltimo ponto: hoje em dia as **receitas pela execução pública** começam a ser vitais para a sobrevivência de Artistas e Produtores. Ora uma fatia muito importante dessas receitas provém das rádios. E a generalidade das rádios privadas em Portugal não paga um tostão a Artistas e a Produtores pelas músicas que toca. Esta situação é um escândalo que envergonha o Estado e em particular a administração da Justiça.

Guardei para o fim a grande oportunidade que a **Exportação** pode representar.

De acordo com um recente estudo conjunto da SPA e da GDA, a Música Portuguesa

- produziu no ano de 2007 (antes da actual crise internacional) mais de 600 concertos fora de portas (80% na Europa)
- gerou um volume de facturação assinalável

- é uma das indústrias criativas portuguesas que maior valor de exportação geram
- e temos géneros musicais únicos
  - \* Fado (quase 50% do total de concertos realizados no Estrangeiro)
  - \* uma forte ligação à Música Africana de expressão portuguesa (mais de 20% dos concertos realizados no Estrangeiro por artistas ou bandas sediados em Portugal)

Há artistas com história fora de portas

- \* Amália sobretudo
- \* Sheiks
- \* Duo Ouro Negro
- \* Madreus, o grande caso das duas últimas décadas
- \* Mísia
- \* Rodrigo Leão
- \* Maria João e Mário Laginha
- \* Moonspell
- \* Mariza
- \* Cristina Branco
- \* Tito Paris
- \* Katia Guerreiro
- \* Buraka Som Sistema
- \* Ana Moura
- \* Wray Gunn

Mas a sua internacionalização não é apoiada pelo Estado e concorre com projectos que encontram noutros países políticas já estabilizadas de apoio à exportação

Em muitos países da Europa, os chamados Music Export Offices

- reúnem
  - \* Autores
  - \* Artistas

- \* Editoras
- \* Empresários e promotores de espetáculos
- \* Estado através dos Ministérios da Cultura, Economia ou Negócios Estrangeiros
- viabilizam
  - \* a participação em eventos internacionais
  - \* apoio a custos de *tournées*
  - \* a promoção internacional
  - \* a captação de investimentos e financiamentos comunitários
  - \* a coordenação de investimentos e acções
  - \* a difusão e o tratamento de informação muito útil aos principais agentes
  - \* a promoção da Língua e da Cultura de cada país através da Música

o que, no nosso caso, representaria também o estreitamento de laços com os cerca de 200 milhões de lusófonos

- ♦ Lisboa deveria ser a grande plataforma da Lusofonia na Europa – em vez de deixar esse papel, no que respeita à Música Popular, a Paris ou mesmo a Amesterdão
- ♦ somos os primeiros a não conhecer o que se faz na nossa língua – entre nós, uma rádio de escolhas quase tão norte-americanas como a dos Estados Unidos ignora Paulo Flores e mesmo Caetano Veloso
- \* a difusão de histórias de sucesso por sua vez estimulantes para novas iniciativas e uma atitude mais vencedora dos operadores
- \* a concentração de apoios
  - ♦ que em Portugal são não apenas escassos mas igualmente dispersos por vários organismos isolados e incapazes de integrar uma estratégia conjunta e mobilizadora
- \* a optimização de recursos existentes, como embaixadas, consulados, adidos culturais, etc.

- existem em países de pequena ou média dimensão económica
  - \* Bélgica
  - \* Suécia
  - \* Suíça
  - \* Dinamarca
  - \* Noruega
  - \* Finlândia
  - \* Áustria
  - \* Estónia
  - \* Hungria
  - \* Polónia
- ou de maior dimensão
  - \* Inglaterra
  - \* Alemanha
  - \* França
  - \* Itália
- e, no entanto, muitos destes países
  - \* não têm géneros musicais reconhecíveis internacionalmente
  - \* nem se exprimem em línguas com a difusão mundial do português
  - \* e mesmo assim as actividades de exportação são financiadas pelos respectivos Estados em percentagens que chegam a oscilar entre os 50% e os 100% das despesas incorridas

Não basta propor a criação sustentada dum Gabinete de Exportação da Música. Há questões – muitas delas delicadas – para resolver e superar:

- \* Deve-se dar o peixe ou a cana de pesca?
- \* Até onde se pode levar o apoio estatal sem eliminar um elemento fundamental de risco dos operadores?
- \* Como apoiar para libertar em vez de gerar novas subsídio-dependências?

\* Devemos definir géneros e mercados prioritários ou otimizar as oportunidades que possam surgir?

\* É mais correcto concentrar ou dispersar o investimento?

Devemos pensar. Saber ultrapassar o habitual debate esquizofrénico entre, dum lado, quem acredita nas virtudes dum Mercado que tudo resolve e, do outro, quem pede ao Estado que faça o que afinal deveria competir a cada operador. Não se pode invocar a globalização para atar as mãos aos Estados, sobretudo quando os outros Estados não as têm atadas.

A Música – e a Cultura em geral – deve exigir o que por direito lhe devia pertencer. Não para vir dizer *obrigadinho* nas listas tantas vezes obscenas de apoio a candidaturas políticas, na ecompenses de ecompenses pelintras. Mas para ser mais livre.

Para sermos mais livres.

David Ferreira – editor de música gravada.

## Renato Borges de Sousa

Senhoras e Senhores,

Agradeço o convite da Dr<sup>a</sup> Renée Gomes, representante em Portugal da União Latina, para participar neste “Encontro Internacional de Língua Portuguesa”, tema a que, na sua vertente de “Português Língua Estrangeira”, tenho dedicado toda a minha actividade nos últimos mais de 35 anos como Director do CIAL – Centro de Línguas, responsável pelo Departamento de Português Língua Estrangeira, criado em 1972.

Recordo que, nesse âmbito, tive o privilégio de participar em projectos conjuntos com a União Latina, sendo então seu Secretário-Geral o Sr. Philippe Rossillon e Director do programa de divulgação das línguas latinas o Sr. Ernesto Bertolaja.

As considerações sobre o valor económico da Língua Portuguesa que irei produzir resultam de uma actividade e vivência a nível internacional, numa área em que se organizam e divulgam os grandes fluxos de aprendentes de línguas estrangeiras, que o fazem por interesse e necessidade profissional, procurando, numa relevante percentagem, fazer uma estadia no país da língua que querem aprender, em regime de imersão.

Se bem que haja uma notável evolução no interesse e procura pela Língua Portuguesa, bem como na forma como Portugal tem respondido a esse interesse e procura, não está ainda totalmente ultrapassado o défice que sempre senti da presença portuguesa nos diversos âmbitos de trabalho com os parceiros que promoviam a sua língua como elemento essencial para o desenrolar da vida económica a nível internacional.

Permito-me, como ponto de partida, integrar algo que ao longo dos longos anos de esforço de divulgação do Português Língua Estrangeira tive ocasião de dizer e fazer sentir a responsáveis nacionais pela in-

ternacionalização da Língua e Cultura Portuguesas, por esta ordem, Língua e Cultura.

Aliás, na introdução do Programa do presente “Encontro Internacional”, onde se referem os desafios que temos que vencer, se pode ler “*não ocupa o lugar que lhe é devido*” e, mais adiante, “*a Língua Portuguesa foi relegada para segundo plano nas bases científicas mundiais e na sua representação nas grandes instituições de governação internacional*”.

Assim, eis o que disse e senti ao longos dos anos e que, em grande parte, ainda se mantém:

– A Língua Portuguesa é, porventura, a maior herança recebida dos nossos quase nove séculos de história.

– “O Português é (talvez) a 5ª ou 6ª língua mais falada no mundo”

– “O Português é, sem dúvida, a 3ª língua europeia mais falada no mundo”.

Estas verdades são ditas e escritas repetidamente, mais num sentido de alimentar a auto-estima nacional do que exprimir a determinação de uma política da língua com objectivos concretos, servidos por uma estratégia que tenha em conta o facto de estarmos claramente numa guerra sem quartel pela fixação ou expansão de áreas de influência ou, dando-lhe outro nome, de blocos linguísticos.

Parece não haver uma crença forte por parte de muitos responsáveis de que a Língua Portuguesa se possa afirmar como língua internacional e ser um dos principais, poucos, veículos da comunicação global do século XXI.

Afirma-se com um misto de orgulho ferido e de sentimento nostálgico do que fomos no mundo e as marcas que deixámos, mas não parecemos capazes de assumir e gerir uma herança valiosa – a Língua Portuguesa – que pode e deve inserir-se no mundo actual da globalização que se vai implantando, apoiada em algumas, poucas, línguas veiculares.

Qual então, neste novo século, a capacidade da Língua Portuguesa se tornar uma verdadeira língua internacional?

São dois os argumentos-força que permitem admitir essa capacidade e estabelecer uma estratégia de afirmação em confronto com os

outros blocos linguísticos: a dimensão humana e a dispersão geográfica.

O Português é a língua de mais de 200.000.000 de pessoas, dispersas por 8 países em 4 continentes. Conta, além disso, com pequenas bolsas histórico-culturais na Ásia, que poderão integrar uma política de penetração nesse continente. De referir ainda a diáspora portuguesa, com implantação relevante em diversos países do continente americano e em África.

O que aqui é referido como perspectivas e realidades da Língua Portuguesa salienta de modo incontornável a necessidade de uma política da Língua que, verdadeiramente, ainda não existe, e que assente no pressuposto de que só no contexto lusófono esta pode aspirar ao estatuto de língua internacional.

Há que obter a expressão concreta e actuante da vontade política dos 8 países.

Esperemos que ela venha a existir e que seja reconhecido por todos que o interesse de cada um dos 8 países tem muito a ganhar em integrar um grande grupo linguístico cujas afinidades culturais lhe dão uma identidade própria. A ser assim, essa identidade e a dimensão valorizada do grupo dos 8 países oferecem uma muito maior capacidade de defender a nível internacional, interesses económicos, culturais, científicos ou de qualquer outra ordem. Para apresentar o exemplo mais flagrante dessa ideia, basta referir a “cumplicidade” que a todos os níveis se verifica entre Reino Unido, Estados Unidos e também com os outros países que têm como elo comum exactamente uma língua, a língua inglesa.

Uma vez articulados os interesses comuns dentro do espaço lusófono, segue-se a fase de, com a força e a dimensão adquiridas pelo grupo, exportar a mensagem de que é essencial aprender a Língua Portuguesa a quem estabelece relações de qualquer tipo com países lusófonos.

Tendo tal em mente, podemos “repescar” uma ideia-chave posta em prática pelo Japão na sua fase de reconstrução e expansão económica:

“Eu compro na minha língua” .

“Eu vendo na língua do meu cliente” .

Há pois, também, um problema de atitude que convém cultivar no relacionamento com os falantes de outras línguas que se propõem vender-nos os seus produtos e serviços.

O inglês língua franca, decerto.

Tal não é discutível no mundo actual, mas também no mundo actual se percebe que já não é suficiente.

Em tempo recente, particularmente a partir de 1989, talvez por influência também do novo espírito que desabrochou na actual Alemanha Federal, tanto governos como empresas multinacionais e organizações de âmbito mundial mostram uma particular atenção em dar aos seus agentes no terreno formação na língua dos países para onde vão actuar, por acreditarem que tal cria uma empatia de relacionamento que facilita bons resultados nos objectivos a atingir.

Para a definição de uma estratégia para a Língua Portuguesa, que lhe permita enfrentar com sucesso o desafio da globalização, há que ter em conta algumas realidades:

– A Língua Portuguesa não atingiu ainda o patamar de “Língua Internacional”. Conforme já foi referido, tal só acontecerá no contexto lusófono e, neste momento, o país que tem capacidade para funcionar como motor para tal é o Brasil.

– A concretização de todo este processo destacará no futuro outros países lusófonos de relevo internacional, como Angola. Seguir-se-ão os outros países da CPLP, dependendo do seu grau de desenvolvimento económico.

Não nos esqueçamos, o mundo concreto e real é um mundo prioritariamente guiado por interesses e não por afectividade ou simpatias.

Esta realidade tem já uma concretização efectiva com o nascimento do Mercosul, criado para fazer face à hegemonia dos Estados Unidos, tirando partido da proximidade linguística e cultural latina de um grupo de países.

Temos aqui um exemplo a seguir e aprofundar, à escala europeia, com o Português e o Espanhol (Castelhano na América do Sul).

No caso de Portugal, e reconhecendo o muito que tem sido feito pela divulgação da Língua e Cultura Portuguesas, não pode, no entanto, deixar de considerar-se que há ainda um défice e grandes lacunas.

A grande motivação para a aprendizagem de uma língua estrangeira é prioritariamente de carácter profissional. Para tal, deve haver uma oferta de serviços correspondente à procura, quer nos países de origem dos aprendentes, quer nos países onde a língua é falada.

A resposta a este tipo de procura é dada, nos países de origem, em escolas e institutos que ensinam a ritmo normalmente não-intensivo e de acordo com as disponibilidades de tempo e horários dos candidatos. Tal já se verifica em muitos países onde o português faz parte dos cursos de línguas oferecidos por escolas privadas.

No entanto, a necessidade de obter operacionalidade rápida na língua aprendida, explica o crescimento de cursos de imersão linguística para estrangeiros nos diferentes países onde as línguas são faladas. Em estudo feito pela revista *Language Travel Magazine*, no ainda espaço da Europa dos 21, a oferta de cursos da língua do país para estrangeiros mostrava as seguintes percentagens:

17% Universidades

83% Institutos privados

Um outro tipo de procura de programas linguísticos, em franca expansão em todo o Mundo, é a combinação da formação na língua com um período de férias ou de lazer, à semelhança dos programas que combinam férias com golfe.

É aqui que as escolas privadas encontram um nicho com grande potencial de crescimento. Portugal é um destino turístico muito apelativo, que tem ganho variados prémios internacionais. Mas, nesta vertente, seria fundamental a actividade das escolas privadas ser enquadrada num esquema nacional de promoção da língua e do destino Portugal.

Neste âmbito, o grande e relevante esforço feito por Portugal tem-se centrado no mundo académico, não havendo até aos nossos dias, apesar de diversas solicitações, uma entidade tutelar que apoie e divulgue, com critérios e controlo de qualidade, o ensino de Português Língua Estrangeira nas escolas privadas, em Portugal.

Os critérios a definir para tal actividade são, em princípio, três:

– Cursos organizados para avaliação de acordo com os princípios do QECR.

– Organização de actividades sócio-culturais como elemento essencial de um ensino eficaz e abrangente

– Apoio no alojamento dos estudantes estrangeiros, com prioridade para o alojamento em família portuguesa.

Para fazer uma comparação, tantas vezes utilizada, posso referir que, em Espanha, para além do apoio na divulgação internacional, foi criada uma entidade, o ERE – Espanhol Recurso Económico, que articula a acção dos agentes de ensino com a oferta global que Espanha divulga. Ou ainda dar o exemplo de países como Malta, Austrália ou Nova Zelândia, onde a percentagem do PIB que resulta directamente da actividade das escolas privadas e universidades que se dedicam ao ensino da língua do país é conhecida até à terceira casa decimal, e é fomentada e apoiada pela divulgação em feiras de turismo ou da especialidade.

Também para se ter uma visão mais clara deste défice, de referir que, na Europa, dos países com línguas de vocação internacional, Portugal é o único que não tem exames de Português Comercial organizados por ou em colaboração com a sua Câmara de Comércio Internacional.

Tudo aponta para que no futuro, dada a diversidade linguística na Europa e no mundo, a comunicação, a todos os níveis, se faça através do que chamaremos as “grandes auto-estradas da comunicação”, que não serão muitas, e que as línguas não internacionais comunicarão entre si através de uma ou outra dessas auto-estradas linguísticas”.

O Português tem potencialidades para ser uma delas.

Não foi negligenciada ou relegada para 2º plano a vertente cultural de todo este processo. Só que sem a capacidade de comunicar numa língua não é possível ter acesso à cultura em que esta se exprime.

O acesso a qualquer cultura pela via passiva da leitura ou apenas da tradução é o passado. O presente e o futuro são a aprendizagem activa e participativa, com o apoio das novas tecnologias que permitem oferecer ao aprendente a realidade vivida da língua que estuda e da cultura do “dia-a-dia” do “outro”, que se pretende entender, compreender e, eventualmente, convencer.

Obrigado pela vossa presença e atenção.

## Pedro Norton

1 – Confesso que foi provavelmente **uma leviandade da minha parte aceitar falar sobre o valor económico da língua portuguesa**. Digo-o por duas ordens de razões. Desde logo porque, **no plano teórico**, me parece um exercício relativamente temerário traduzir, em termos meramente economicistas, o valor de uma língua. Outros oradores existirão que podem fazer, melhor do que eu, a defesa desta evidência. Mas confesso que não é sem alguma reserva mental que me proponho levar a cabo a tarefa de centrar esta discussão na sua vertente económica. Não tanto porque esse debate me pareça menos digno mas porque sinto que é, apesar de tudo, enorme, a desproporção entre o valor cultural, afetivo e identitário de uma língua e aquele que pode ser traduzido em termos meramente económicos. Dito por outras palavras, parece-me que a defesa da língua portuguesa, por ser tão óbvia nos planos cultural e diplomático, dispensaria sempre quaisquer considerações de carácter económico.

Depois, devo ainda confessar que, num **plano muito mais terreno e prático**, não é tarefa fácil reduzir a números a dimensão, muito menos o potencial, da língua portuguesa. Em quase todos os setores de atividade faltam indicadores fiáveis e, mesmo quando estes existem, é praticamente impossível estabelecer com exatidão um nexos absoluto de causalidade entre a língua e a criação de valor em termos económicos. Posso, como é óbvio, sustentar, por exemplo, que uma obra de José Saramago tem uma expressão económica que pode ser contabilizada a crédito da língua portuguesa. Mas também posso defender que o carácter universalista da sua obra, comprovado pelo seu sucesso global, é – perdoem-me a heresia – a prova cabal da irrelevância da língua original em que é escrita.

É com todas estas dificuldades em mente, umas de carácter mais teórico, outra do domínio da pura razão prática, que opto por limitar a mi-

nha exposição a um âmbito muito circunscrito. **Proponho-me, tão-só, caracterizar o potencial e quantificar a efetiva expressão económica global do negócio dos *media* em língua portuguesa, produzidos em Portugal ou dirigidos ao mercado português.** E de entre estes centrar-me-ei nas realidades que melhor conheço, dispensando-me, por haver neste painel quem possa fazê-lo com muito mais legitimidade do que eu, de opinar sobre as especificidades do mercado livreiro.

2 – Começemos então por **caracterizar brevemente o potencial do “*negócio global dos media em português*”**. Estamos, como todos bem sabem, a falar de um mercado alvo potencial de 280 milhões de falantes de língua portuguesa distribuídos por 4 continentes. Paradoxalmente, e apesar desta impressionante dimensão, estamos a falar de um potencial relativamente concentrado em termos geográficos (nomeadamente no Brasil e dentro do Brasil nalgumas grandes cidades), fator que obviamente aumenta a sua atratividade económica teórica. A isto acresce que, muitos destes lusófonos vivem atualmente em países com demografias crescentes mas sobretudo com um comprovado potencial de crescimento económico. Os casos de Angola e sobretudo do Brasil são, a esse título, e uma vez mais, paradigmáticos.

Ora como é óbvio, olhar este imenso Mundo lusófono a partir de uma geografia periférica no contexto da União Europeia que representa menos de 2% da sua população e cerca de 1% do seu produto, olhar este Mundo a partir de um país de 10 milhões de habitantes e em estagnação demográfica, olhar este Mundo a partir de uma economia com as dificuldades estruturais que tem a nossa e sobretudo num momento tão crítico como aquele que atravessamos, não pode deixar de traduzir-se, mais do que numa vontade, num imperativo de agarrar as oportunidades que se nos abrem. Como profissional dos *media*, é-me impossível não estabelecer paralelos com emblemáticos casos de sucesso que, noutras latitudes e noutras línguas, têm permitido que projetos editoriais de base nacional ganhem uma expressão global muito considerável. Para não ser fastidioso, e porque poderia citar muitos mais, limito-me a lembrar o caso extraordinário do *The Economist* que, em apenas 10 anos, precisamente nos 10 anos em que a imprensa mais sofreu no Mundo Ocidental, duplicou a sua circulação,

graças a um espetacular crescimento no mundo de língua inglesa em geral e nos EUA em particular.

**3 – Feito este estimulante retrato do potencial económico para o setor do mercado em língua portuguesa, manda o pragmatismo que desçamos das musas ao teatro para fazer o diagnóstico de uma realidade que, infelizmente, fica ainda muito aquém do sonho.**

**4 – Começemos por olhar para a área da televisão,** apesar de tudo o setor onde o intercâmbio, desequilibrado como veremos, mais existe entre países lusófonos. Em Portugal somos seguramente importadores líquidos de conteúdos televisivos em língua portuguesa (para não dizer importadores líquidos de conteúdos em geral). Neste campo o grande ator a nível global é a TV Globo que, para além de uma presença do seu canal Globo Portugal na ZON e no MEO, exporta anualmente para o nosso país (e maioritariamente para a SIC) mais de 20 milhões de dólares por ano em produtos de ficção televisiva. Se a este valor somarmos as compras que a RTP, de forma menos expressiva, também faz no mercado brasileiro chegaremos a um montante que representa, seguramente, o fluxo económico mais relevante entre quaisquer países de expressão oficial portuguesa no domínio da televisão. A este propósito vale a pena referir que, a nível societário, foi também a Globo a responsável pelo maior investimento feito por um operador televisivo de língua portuguesa numa estação do nosso país. Estou a referir-me à quota de 15% que aquele operador deteve na SIC até 2003.

No sentido exportador, os fluxos económicos, em matéria de televisão são menos significativos e, embora sem acesso a números exatos da RTP, julgo poder afirmar que, em termos financeiros, é a SIC o maior exportador português para o mercado internacional em geral e para o mercado lusófono em particular. De facto, a SIC – que é também no mercado nacional o mais relevante produtor de canais temáticos – está presente nos quatro cantos do Mundo através da distribuição dos seus vários canais e da venda dos seus conteúdos. Em concreto, a SIC Internacional, a SIC Notícias, a SIC Mulher e a SIC K têm hoje uma presença regular em França, na Suíça, no Luxemburgo, em Andorra, nos EUA, no Canadá, no Brasil, em Angola, em Moçambique, em Cabo Verde e na Austrália. Os canais são distribuídos, quer através do cabo e ou de satélite, quer através de plataformas de distribuição em IP-TV.

De uma forma geral estes canais são vendidos em pacotes de língua portuguesa pagos e, no seu conjunto chegam a 1,2 milhões de assinantes a que correspondem cerca de 5 milhões de espetadores em todos o Mundo. O volume de negócios global desta atividade ultrapassa, no caso da SIC, os 5,5 milhões de euros por ano.

É importante referir que, não tendo uma expressão financeira porventura tão relevante, a distribuição de canais e de conteúdos da RTP não deixa de ter uma dimensão significativa. De facto, a RTP iniciou a sua internacionalização em 1992 com o lançamento da RTP Internacional tendo-se-lhe juntado, mais tarde, a RTP África e a própria RTP N. Tradicionalmente estes canais eram distribuídos nas ofertas básicas dos operadores locais registando-se todavia hoje uma tendência para que sejam integrados nos pacotes de língua portuguesa, concorrendo assim diretamente com a SIC Internacional. Não sendo este o local para questionar a racionalidade de tal estratégia por parte de um operador público, limito-me a registar o facto.

Dos três operadores generalistas portugueses, a TVI é aquele que tem uma presença simultaneamente mais recente e menos significativa no mercado internacional no que toca à distribuição de canais. De facto, a TVI Internacional só muito recentemente iniciou as suas emissões e é distribuída em Angola através da plataforma ZAP em que a portuguesa ZON detém uma participação de 30%. Mais uma vez, sem acesso a números concretos, arrisco dizer que os fluxos financeiros envolvidos na operação não serão de montante relevante.

Falta fazer uma última referência à SPORTV que iniciou a sua aposta internacional em 2008 com o arranque do canal SPORTV África distribuído na África Subsariana através do operador sul-africano Multichoice e no território angolano através da referida ZAP. Em agosto deste ano a empresa lançou ainda o canal SPORTV América para distribuição do canal nos EUA e Canadá.

Já em matéria de exportação de conteúdos televisivos o panorama é, malgrado alguns anúncios grandiloquentes, francamente desolador. É verdade que a SIC endereça os mercados angolano, moçambicano e, em menor escala, cabo-verdiano. É verdade que a TVI vendeu recentemente uma novela no mercado brasileiro (que julgo saber não ter tido grande aceitação pelo facto – pasme-se – de não ter sido dobrada). A

própria RTP não deixará de fazer negócios ocasionais. Mas é relativamente seguro afirmar que, em matéria de conteúdos televisivos para o mercado lusófono, as exportações portuguesas são negligenciáveis para qualquer um destes operadores. Nesta frente, o valor económico da língua tem sido, infelizmente, nenhum.

5 – Mas se na televisão o mercado lusófono está largamente por explorar (pelo menos no que toca a exportações portuguesas), **na imprensa o panorama consegue ser ainda mais deprimente**. De acordo com os dados da Associação Portuguesa para o Controlo das Tiragens, em 2009, o conjunto de todas as publicações editadas em Portugal terá exportado o equivalente a 0,4% das suas vendas totais (a título de curiosidade, refira-se que o campeão português no que toca a este indicador é o internacionalíssimo *Jornal do Fundão* que vende fora do território nacional 15% da sua tiragem). Convenhamos que os números não são muito exaltantes sobretudo se pensarmos que estou a incluir neste número as vendas feitas em todos os territórios sejam eles ou não de língua portuguesa.

Feliz ou infelizmente, em sentido inverso a realidade não é muito diferente e não será por esta via que se explicará um grave desequilíbrio das contas externas portuguesas. Segundo as melhores estimativas, das vendas de publicações feitas em território português, apenas 1,7% dizem respeito a títulos editados fora do território nacional. E arrisco-me a dizer que, de entre estas, o peso das publicações de países lusófonos é pouco mais do que insignificante.

No que toca a investimentos diretos em empresas editoras de jornais e revistas, a expressão económica das relações (apesar de infelizmente nem sempre claras) dentro do Mundo de língua portuguesa é, apesar de reduzida, aparentemente mais significativa. Em Portugal registre-se a presença do semanário *Sol* controlado por grupo económico de origem angolana. Já o grupo Ongoing tem, no Brasil, uma participação de 30% na Ejesa que edita o *Brasil Económico*. Seja como for, desde que a editora Abril saiu do nosso país em 2002 julgo não haver registo de mais investimentos com impacto minimamente significativo.

6 – Mas se na televisão a expressão do valor económico da língua portuguesa parece não alcançar o seu pleno potencial e se na imprensa a realidade fica ainda mais distante deste, **no mercado do cinema a**

**insignificância das relações é então absoluta.** Devo abrir aqui um parêntesis e fazer justiça ao ICA: se há setor em que me foi fácil encontrar estatísticas organizadas e em tempo útil foi no setor do cinema. Mas vamos então à crueza dos números: em 2010 estrearam, em Portugal, quatro (quatro!) filmes com origem em países lusófonos, sendo que, de entre estes, dois são coproduções portuguesas. No total estamos a falar de um impressionante número de 15.000 espetadores no ano que representarão, salvo melhor estimativa, cerca de 0,1% do mercado total. Só para pôr este número em perspetiva vale a pena dizer que, no nosso país, o filme *Avatar* de James Cameron teve mais de 1,2M espetadores desde a sua estreia no último Natal. E que, só na semana passada, o filme *A Cidade*, de Ben Affleck, que liderou o *top* em Portugal, teve mais do triplo dos espetadores do que todos os filmes de origem lusófona durante todo o corrente ano. Se vos disser que último filme angolano (em bom rigor uma coprodução luso-franco-angolana) que estreou em Portugal passou nas nossas salas há cerca de seis anos, julgo que ficará completo o quadro de absoluta irrelevância do valor económico da língua portuguesa nesta matéria.

Infelizmente o quadro não melhora quando olhamos para a realidade pelo prisma das exportações de filmes portugueses para os mercados lusófonos. Ainda de acordo com os dados do Instituto do Cinema e do Audiovisual, em 2010, não estreou um único filme português naqueles mercados. Zero. Nada de nada. E não se pense que, olhando com mais recuo temporal, o quadro fica necessariamente mais cor-de-rosa. Em 2009 estrearam três filmes em dois mercados, em 2008 estrearam três filmes em três mercados e em 2007 regressamos ao zero absoluto. No cinema, se em matéria de importações a língua portuguesa quase nada vale em termos económicos, em matéria de exportações o panorama consegue ser, portanto, ainda pior. E acreditem que não cito estas estatísticas sem mágoa. Mas foi-me pedido, repito, que olhasse os números com a frieza de um gestor e é infelizmente deste deserto que os números falam.

**7 – Feito este retrato, importaria debater com mais profundidade as razões que explicam uma tão grande discrepância entre o potencial da língua portuguesa e o seu real aproveitamento económico no campo dos *media*.** Não temos tempo para o fazer aqui, nem eu tenho

a pretensão de ter todas as respostas. Não deixo todavia de apontar algumas que me parecem ser mais relevantes:

a) Sou um liberal e, em coerência com os princípios em que acredito, devo aceitar que **os primeiros responsáveis por esta falta de aproveitamento do potencial da língua somos nós próprios, empresários, gestores e profissionais dos *media***. Por razões diferentes em países diferentes, e com algumas honrosas exceções, pensamos demasiado pequeno e estamos ainda muito reféns de um espartilho conceptual que nos impede de olhar para além das paroquiais fronteiras que só culturalmente nos limitam. Tem faltado ousadia, visão, cosmopolitismo, capacidade de arriscar. Se não começarmos por reconhecê-lo, dificilmente mudaremos este estado de coisas.

b) É justo todavia reconhecer que **trabalhamos “produtos” (e a expressão é muito infeliz) que não viajam com facilidade**. Na imprensa mais do que na televisão, na informação mais do que na ficção, a competitividade está muito diretamente relacionada com o carácter local ou até regional dos conteúdos que concebemos. No campo dos *media*, a globalização dentro do espaço lusófono far-se-á sempre mais por via do investimento direto do que por via da importação ou exportação de produtos acabados.

c) É ainda razoável reconhecer **que a questão da escala não é alheia a esta discussão**. Se vos disser que um episódio de uma novela da Globo custa, porque o mercado brasileiro torna essa opção racional, cerca de 10 vezes mais do que um episódio de uma novela produzida em Portugal, facilmente percebem que dificilmente estas podem competir com as primeiras em termos de valores de produção.

d) Finalmente, temos ainda que reconhecer que existem, em Portugal como nos demais países lusófonos, **inúmeras barreiras legislativas, regulamentares e – porque não assumi-lo – políticas** que, na prática, se traduzem em medidas protecionistas que em nada contribuem para fazer do espaço da lusofonia um espaço integrado em matéria de *media*.

**8 – Termino, apesar de tudo, numa nota de otimismo.** Acredito, sinceramente, que nenhuma destas dificuldades é inultrapassável. E que muito menos o será no contexto da revolução tecnológica que os *media* estão a conhecer e que, por si só, se encarregará de derrubar

muitas das barreiras técnicas, culturais, económicas e até políticas identificadas. E menos o será ainda num contexto em que Portugal, se quer sair do pântano em que está mergulhado, precisa imperativamente de deixar de olhar para o seu umbigo. Lá diz o provérbio: "*a necessidade aguça o engenho*". Se por outra razão não for, por essa razão será.

## Valor económico da Língua Portuguesa\*

### Paulo Teixeira Pinto\*\*

I. Eu poderia não estar aqui. Ou poderia estar apenas por dever de ofício, pela cortesia de corresponder a um convite. Mas não, eu estou aqui também e sobretudo pela obrigação de explicar a minha convicção sobre qual seja o valor económico da Língua Portuguesa.

É minha convicção de que a língua portuguesa não tem valor económico algum.

Quanto pode valer a palavra intraduzível?

Por exemplo: estou a ver aqui o Professor Eduardo Lourenço e logo me ocorre questionar se a palavra “Saudade” também terá qualquer valor próprio.

Qual é o valor da voz que anima os sonhos?

Qual é o valor do fermento que serve de alimento para o pensamento?

Qual é o valor do poema imortal?

Ou da palavra que comove?

E qual poderia ser o valor da palavra que muda a vida do outro?

Eu penso com palavras e com números.

Eu penso em Português.

---

\* *A presente comunicação foi originalmente feita de improviso, sem qualquer suporte documental, sendo este texto a forma escrita, depurada de coloquialismos e revista pelo autor, resultante da respectiva desgravação.*

\*\* *Apesar de apresentado como Presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros e da editora Babel, o autor não falou nessas qualidades mas a título exclusivamente individual.*

II. Os economistas são umas pessoas muito criativas. Não parecendo, porque toda a gente lhes associa um traço tecnocrático, às vezes digo que têm uma veia poética, como por exemplo quando falam em “crescimento negativo”, que é uma coisa que para o mais comum dos mortais não passa de uma expressão desprovida de qualquer sentido. E, todavia, para os economistas há sempre crescimento, substantivamente, seja ele verdadeiro ou não, e daí a necessidade de o adjectivar como positivo ou negativo. Serve isto para tentar dizer que duas coisas que se devem distinguir são o valor e o preço, pois assim como há preços para coisas que não têm valor nenhum também há coisas de valor insusceptível de ter preço algum. Alguém já disse uma vez que o negócio ideal da vida, se fosse possível, era comprar os homens pelo que eles rigorosamente valem para de seguida voltar a vendê-los pelo que eles julgam que valem. Mas se não é de todo possível a realização de tal mais-valia brutal, já a vida real, em contrapartida, está repleta de coisas assim, perdidas ou achadas na diferença entre o seu valor e um preço.

III. Os mercados, hoje tão em voga, além de voláteis são também volúveis e caprichosos, e por isso atribuem todos os dias, a todo o momento, valores diferentes às mesmas coisas. É precisamente por essa circunstância de ser e modo de estar que se pode comprovar nos gráficos das cotações, a qualquer instante, que as mesmas coisas nas mesmas condições estão sempre a valer preços diferentes, porque há quem ache que um determinado preço já é consideravelmente alto para vender um certo valor, enquanto outra parte entende, em tempo idêntico mas em sentido contrário, que o mesmo valor ainda está a ser transaccionável por um preço razoavelmente baixo – e é dessa simetria de raciocínios inversos que nasce a vontade comum resultante de juízos opostos que coincidem na fixação de um preço.

IV. Há uma indústria associada à língua, e essa indústria certamente que goza de um valor. Mas esse valor não é, não pode ser, o valor da língua. Por exemplo, na Europa a indústria da edição de livros vale 20 mil milhões de euros. Em Portugal vale 400 milhões – o que é, de resto, mais do que todo o orçamento do Ministério da Cultura.

Quando me envolvi nesta vida dos livros, um professor catedrático de Economia, que aliás é membro do Conselho Editorial da Babel,

perguntava-me se a actividade editorial era um negócio ou um “perdócio”. (Bem vistas as coisas, para muitos de nós, os que fazemos livros, talvez seja principalmente um ócio). Ora, os valores dessa indústria dizem que em Portugal se publicam 15.000 livros por ano, ou seja, que há cerca de 40 livros novos por dia. Porém, talvez que estes indicadores não sejam verdadeiramente uma forma de aferir o valor de uma coisa. Desta coisa. E tal como o preço é uma métrica para uma transacção, se estivermos a falar de valor economicamente apreensível, já a língua portuguesa não tem, nem pode ter, um valor económico próprio porque é, ela própria, um valor maior do que a economia.

V. Se a língua tivesse um valor económico determinável haveria também, em conformidade, que proceder à consequente avaliação do valor da história de um país, ou do valor da sua cultura. Ou, no limite, porque não, já agora, o valor de mercado de uma virtude? (Se se aceitar então que tudo tem um preço, como parece ser uma verdade adquirida por cada vez mais cabeças, embora eu até acredite no seu absoluto contrário.)

VI. Seja-me agora permitida uma recordação pessoal. O primeiro dinheiro que ganhei foi como jovem docente da Faculdade de Direito de Lisboa. Por essa altura, tinha eu 22 ou 23 anos, decidi promover uma sessão de homenagem a Fernando Pessoa por ocasião do aniversário da sua morte, bem como, logo no dia seguinte, da publicação da *Mensagem* – 30 de Novembro e 1º de Dezembro, respectivamente. Foi com esse dinheiro que primeiro ganhei que aluguei o Teatro da Trindade e pedi a umas quantas pessoas – como a Maria Germana Tânger, o Victor de Sousa, o Goulart Nogueira ou o Luís Pavão, já nem me recordo de todos – que durante uma noite inteira concebessem um sarau de poesia pessoana. Como acreditava que aquilo era tão bom, tão bom, resolvi então oferecer os bilhetes todos sob o argumento de que ouvir aquela poesia era uma coisa de um valor tal que não cabia em preço algum.

VII. As estatísticas, como bem se sabe, não raramente andam de par com as omissões e as mentiras. É que qualquer uma das três releva como uma forma possível de faltar à verdade. Ainda assim valerá a pena ter presente que pelos caminhos de tais estatísticas podemos nós derivar para e por aquilo a que se chama hoje a geopolítica da língua.

E esta mostra que há mais de 6.800 línguas vivas no mundo. Que, de entre estas, 240 são faladas por 96% da população mundial enquanto 1.500 línguas são faladas por menos de 1.000 pessoas. E que, finalmente, o português é a sexta língua mais falada no mundo, sendo que mais se calcula haver hoje cerca de 1.000 palavras vivas no Brasil que não são pronunciadas em Portugal.

Uma pessoa de cultura razoável usa normalmente 5.000 vocábulos e um erudito 10.000.

O primeiro dicionário português do século XVIII, de Bluteau, tinha 70.000 vocábulos.

Pode ser que, na verdade, as estatísticas sirvam realmente para nos auxiliar, que mais não seja através da ilusão de uma bem conseguida mensurabilidade nalguma coisa que é adjectiva, ou seja, a indústria, a actividade, o produto que se faz com a língua. Mas a língua, enquanto ferramenta do espírito, é muito mais do que isso: é o verdadeiro processador da nossa capacidade de pensar. Ninguém conseguiria pensar bem se dispusesse tão-somente de uma língua rudimentar. Porque uma língua pobre não pode traduzir um pensamento rico.

VIII. Talvez que o valor económico da língua possa ser substituído pelo valor não económico de perceber algo de mais valioso ainda – o poder dizer: eu sou eu, eu sou tu, eu sou os outros, eu sou todos.

## Estêvão de Moura



### **ENCONTRO INTERNACIONAL**

*LÍNGUA PORTUGUESA E CULTURAS LUSÓFONAS*

*NUM AMBIENTE GLOBALIZADO*

**Estêvão de Moura**

**FCG - 26 de Outubro de 2010**

1



### **ESTRUTURA DA INTERVENÇÃO**

**. INTRODUÇÃO**

**. O QUE FAZEMOS**

*NO PLANO EDITORIAL*

*EDITORES DO JORNAL OFICIAL*

**. CONSTRANGIMENTOS**

**. CONCLUSÃO**

2



⇒ **QUALIDADE: Primeiro responsável da INCM – executor das políticas definidas pelo accionista Estado para a Empresa**

⇒ **OS PONTOS DE PARTIDA:**

- (1) A língua (portuguesa) tem valor económico
- (2) As opiniões divergem entre a adesão entusiástica (abordagens de base económica e sociológica) e crítica (abordagem de base cultural)

3



(3) O assunto interessa de forma não homogénea tanto os investigadores como os decisores:

- .Estudo do Instituto Camões (muito positivo)
- . Estudo sobre o sector cultural e criativo em Portugal (a língua é marginal e é vista como um obstáculo à expansão do sector)
- . Pressupostos da realização deste encontro (são cépticos...=

4



↳ **UM DUPLO SENTIDO DA INTERVENÇÃO:**

**Editora pública**



**Editora do Jornal Oficial**

5



### **O QUE FAZEMOS?**

- **Editamos livros: + de 100 (a rever, não só devido ao contexto de crise, mas por razões de racionalidade económica)**

*(Uma política editorial em transição: grande público com a manutenção da edição de obras de referência (sobretudo edições críticas) de autores portugueses e de ensaio tendo como alvo as populações universitárias, cidadania, livros mais baratos e mais apelativos, parcerias públicas e privadas, ...*

*Estamos a tornar os contratos com os autores mais transparentes,*

6



## **O QUE FAZEMOS EM DEFESA DA LÍNGUA**

### ***NO PLANO EDITORIAL***

**Editamos obras de cariz específico sobre as questões da língua:**

**.Colecção Filologia Portuguesa (carácter muito especializado – dedicada a um público universitário – 14 títulos publicados, mais um a sair brevemente)**

7



**.Edições críticas de Fernando Pessoa, Eça de Queiroz e Almeida Garrett**

**.Acordo ortográfico (versão grande público) em parceria com a Associação de professores de português**

**.Essencial sobre a “Política de Língua” – Paulo Feitor Pinto**

**.Uma obra (a sair): Génese do Português de Moçambique Prof. Maria Perpétua Morgado Gonçalves**

**.As edições críticas de alguns dos autores portugueses mais relevantes, naquilo que é um trabalho (das equipas) de fixação dos cânones literários, que são base para estudos literários e de língua.**

8



**.Respeito pela diversidade dos autores (Vitorino Magalhães Godinho)**

**.Reeditar autores esquecidos (exemplos: voltar em força ao Leite de Vasconcelos, Alexandre Herculano)**

**.Criação de uma biblioteca fundamental de língua Portuguesa (grande público) com 100 títulos – coordenação Prof. Carlos Reis.**

**.Criámos um Prémio (Ruy Cinati) para os autores timorenses**

**.Pensamos alargar aos países da CPLP**

**.Disponibilização ao Instituto Camões de Títulos do acervo da INCM para divulgação no site do I.C.**

.....

9



**.Oferecemos livros (não é solução! Mas...) às autarquias em Portugal, às bibliotecas escolares, às Universidades e aos Centros Portugueses em África, Ajudámos a criar a Biblioteca Nacional de Timor, A enviar livros para a diáspora (protocolo MNE-SEComunidades),**

**.Continuamos a fazer um esforço para editar o que mais ninguém edita ou aquilo que nos é proposto e tem qualidade**

..... **LIVRARIA BRASIL** .....



10



**.A INCM mantém, desde os anos 60 uma livraria no Brasil (a Livraria Camões) com um esforço financeiro considerável.**

**.Mantém uma política editorial cronicamente deficitária**

.....

**EDITORES DO JORNAL OFICIAL**



11



## ***EDITORES DO JORNAL OFICIAL***

**Participação no Fórum dos Jornais Oficiais de Língua Portuguesa**

**VII Encontros (o último em Tomar – Carta de Tomar**

- ⇒ **Apoio à qualificação das Imprensas Oficiais (onde a situação é crítica e que merecia uma atenção mais profunda)**
- ⇒ **Mas a questão é: essa é uma responsabilidade de uma empresa pública?**

12



### **CONSTRANGIMENTOS**

- ⇒ **Demasiados editores públicos – esbanjamento de recursos, sem impacte devido à deficiente cobertura de públicos**
- ⇒ **Falta de coordenação dos diferentes actores públicos (diálogo difícil e/ou inexistentes)**
- ⇒ **Necessidade de um referencial para as parcerias com as editoras privadas (nomeadamente para abordagem dos mercados de língua portuguesa no domínio da edição)**

13



- ⇒ **Necessidade de uma política pública no domínio da edição para os mercados externos**
- ⇒ **Fim do modelo da edição do livro em papel (e do modelo de exportação de livros?- como actuar nos pequenos mercados – custo financeiro significativo...)**
- ⇒ **Maior operacionalidade do Fundo de Defesa da Língua Portuguesa (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS - Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2008) (para que serve? Como aceder ao fundo? Com que estratégia?)**

14



## **CONCLUSÃO**

**A INCM continuará o seu trabalho de promoção da língua nos dois níveis referidos, privilegiando as relações com os países da CPLP e o desenvolvimento de redes como a do Fórum dos Jornais de Língua Portuguesa.**

**Na nossa perspectiva seria desejável mais coordenação pública, no sentido da racionalização dos recursos, mas também da focalização em alvos específicos, com objectivos claros a alcançar.**

15



**OBRIGADO !**

**LISBOA 26 DE OUTUBRO DE 2010**

16

## **Painel 4**

**Ciberespaço lusófono como forma de  
difusão e divulgação da língua  
– Internet e novas tecnologias**



## Gilvan Müller

Muito boa-tarde a todos. Em primeiro lugar gostaria de agradecer à União Latina pela possibilidade de estarmos aqui hoje, nesta mesa, e dizer que na minha fala vou apresentar alguns pontos referentes ao meu plano de trabalho no Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ainda que o assunto não se situe exatamente no campo da relação entre a língua e a Internet. O IILP é um instrumento interessante de promoção da Língua Portuguesa e o início da nova gestão merece algumas considerações.

Em primeiro lugar é preciso dizer que o IILP foi citado por diversas vezes no dia de ontem e foi citado dez vezes ao longo do ***Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa***, o que interpreto positivamente, como uma manifestação evidente da necessidade de um órgão para a elaboração e execução de políticas linguísticas partilhadas e cooperativas para a Língua Portuguesa, envolvendo todos os países da Comunidade.

Interpreto estas citações também como um relançamento do IILP, na medida em que lhe foi dado um papel bastante central e que neste momento se refere sobretudo ao levantamento do quadro linguístico dentro do qual futuras ações executivas serão efetivadas. Diz o Plano de Ação de Brasília: Ciente de que a promoção ou difusão da língua portuguesa constitui um dos três objetivos gerais estabelecidos nos estatutos da comunidade, reafirma-se a assunção de políticas partilhadas para a projeção da língua portuguesa como língua global, reitera-se que a ação conjunta nessa matéria deva guiar-se pelos supostos do realismo na fixação de objetivos, no pragmatismo em sua execução e na persistência da concertação política necessária.

A criação de um modelo cooperativo de promoção da língua, base e ao mesmo tempo objetivo do IILP, conforme citado em vários do-

cumentos desde a fundação do Instituto em 1989, é uma tarefa a ser realizada.

Se observamos os modelos de gestão e promoção de línguas próximas ao português, não só geneticamente falando mas sobretudo em termos históricos e institucionais, isto é, que são também *línguas de Estado* e mais do que isso, *línguas de fónias*, isto é, de conjuntos de Estados, como é o caso do espanhol e do francês, não encontraremos um modelo funcional de cooperação internacional na área de língua, mas antes uma tensão, para não dizer um conflito, entre tentativas de cooperar e tentativas de centralizar decisões.

O modelo do espanhol, neste sentido, é emblemático como tentativa de articular a centralização de tomadas de decisão na Espanha e a legitimação destas mesmas decisões através de instituições situadas em todos os países que a adotam como língua oficial, ou até mesmo em países em que a língua não é oficial, mas onde existem muitos falantes, como é o caso dos Estados Unidos da América.

A forma como o IILP foi estruturado pode ser vista como uma maneira muito inteligente de lançar as bases para a tal política cooperativa e arriscaria dizer que nisto consiste a sua maior originalidade, aliás, tendo servido de alguma maneira de inspiração para a própria criação da CPLP, entidade Mãe nascida depois do Filho, mas que o acolheu na devida hora.

A própria localização da sede do IILP em Cabo Verde, entre o continente Africano, a Europa e a América, nem no país em que a língua surgiu, Portugal, nem no país com maior número de falantes, o Brasil, indica esse deslocamento necessário para a criação de um modelo político cooperativo para modelação da língua portuguesa.

Além disso, há que citar o fato de ter o IILP um modelo de financiamento que conta com a participação dos Estados-membros da CPLP que reúnem os recursos do orçamento anual. Ainda no mesmo espírito de cooperação, o Instituto dispõe, em cada país, de uma Comissão Nacional, cujos representantes formam um Conselho Científico, dirigido por uma Presidente, atualmente a Dra. Helena Sousa Lobo, de Cabo Verde, cargo que circula pelos países, enquanto que a Direção Executiva permanece na sede do IILP, na cidade da Praia, mas o Diretor Exe-

cutivo é que vem ocupar o cargo pelo princípio da rotatividade, típico das instituições de funcionamento horizontal.

Há duas novidades importantes no arranque desta nova gestão: por um lado é a primeira vez que temos todas as Comissões Nacionais constituídas, o que permitirá, esperamos, a sua mobilização para a consecução dos objectivos do Instituto. Essa condição benéfica é complementada pelo fato de que a Direcção Executiva e a Presidência do Conselho Científico estão desta vez na mesma cidade, a cidade da Praia, o que facilita a comunicação e o trabalho conjunto.

As Comissões Nacionais são o canal de contato do IILP com o governo, as universidades e a sociedade civil de cada país, permitindo que os recursos nacionais, técnico-operacionais e financeiros dos diversos Estados possam ser mobilizados para as atividades-fim. A segunda novidade foi a própria ***Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial***, que veio a cumprir uma função muito importante: a de atribuir responsabilidades e destinar tarefas concretas ao IILP, o que, na ausência, até ao momento, de um plano estratégico da Instituição, estabeleceu prioridades e diretrizes de ação, eliminando qualquer espontaneísmo na geração dos projetos e oferecendo um horizonte de chegada para o trabalho de gestão em curso, fato que só podemos saudar.

Complementando ainda este quadro positivo, teremos a II Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial, a ser realizada em Portugal em 2012, onde os produtos do trabalho da gestão poderão ser apresentados, gerando desdobramentos positivos.

Estas duas Conferências Internacionais, uma passada e outra futura, e o quadro de demandas estabelecido, dão à Direcção Executiva a tranquilidade de proposição de um plano de atividades condizente com as demandas explícitas e facilmente consensuável.

Por isso, evidentemente, o IILP precisa de participar da organização da próxima Conferência, onde os resultados dos trabalhos serão dados a conhecer. Incluímos neste plano, para que o Instituto possa dar a sua contribuição à Conferência, a realização de quatro Colóquios Internacionais que aprofundarão os quatro temas recorrentes do Plano de Ação de Brasília, com impacto importante nas nossas Sociedades, e

com interfaces evidentes de articulação entre as instituições nacionais que atuam em políticas linguísticas, bem como com as Universidades que geram os insumos de pesquisa necessários para os avanços dos processos de planificação linguística. Os Colóquios terão por desfecho então a Conferência de Lisboa e devem ser entendidos como passos preparatórios para esta Conferência, sendo negociados com as Comissões Nacionais dos países que os receberão.

O primeiro, que trata da questão mais citada do documento, o Português nas Organizações Internacionais, ocorrerá em Angola, país que neste momento ocupa a presidência da CPLP. Nesta ocasião, tentaremos reunir especialistas e gestores de organizações internacionais de dois tipos: as organizações diplomáticas e os blocos económicos regionais como a SADC, o MERCOSUL, a União Europeia, a Comunidade Económica da África Central, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, e a ASEAN, entidade na qual Timor Leste tem estatuto de observador.

Há muitas tarefas concretas para o aprofundamento da integração económica dos blocos regionais que passam por aspectos linguísticos, muitas delas já expressas em documentação autorizativa, mas ainda não realizadas. Para exemplificar o alcance que podem ter essas iniciativas, gostaria de lembrar a realização, há duas semanas, do primeiro CIPLOM, Congresso Internacional dos Professores das línguas oficiais do MERCOSUL, realizado em Foz do Iguaçu, Brasil, para tirar já conclusões primeiras sobre a organização do campo de promoção do português, do espanhol e em menor monta, do guarani neste bloco económico.

Lembro também que a Argentina, com 40 milhões de habitantes, tornou-se o primeiro país do mundo a ter o português como língua estrangeira de oferta obrigatória em todo o sistema

secundário nacional e no ensino primários das províncias fronteiriças com o Brasil. Com a Reforma do Ensino, em 2006, o ensino secundário foi incluído no segmento obrigatório da educação, o que significa que todo o jovem argentino passará pela oferta de português.

Claro que isto só foi possível porque o Mercosul e suas negociações prévias possibilitaram a distensão das relações entre o Brasil e a Argentina e conduziram a uma parceria estratégica de longo prazo com

amplas repercussões societárias. É importante frisar que esta é uma das mais massivas ações de promoção de Português no mundo e que é financiada com recursos argentinos, não sobrecarregando portanto os orçamentos nacionais dos nossos países. Mas é importante lembrar também que esse passo só foi possível por causa do regime de reciprocidade negociado pelo Brasil quando da implantação da oferta obrigatória do espanhol em todo o seu sistema de ensino secundário, através de lei de 2005. Em Luanda, poderemos partilhar experiências deste tipo, em curso nas diversas organizações internacionais e blocos econômicos em construção nas diversas partes do mundo.

O segundo colóquio será realizado na Praia, e tratará da importante questão da Língua Portuguesa na diáspora, trazendo pesquisa sobre a situação da língua nos diferentes países, seu grau de reprodução intergeracional, o quadro institucional dentro do qual as organizações dos cidadãos dos países da CPLP se encontram, a interação deste conhecimento linguístico instalado e a oferta do Português no sistema educacional, bem como a circulação de bens culturais em Língua Portuguesa visando a consecução e cooperação dos seus países em relação aos seus emigrados.

O terceiro colóquio abordará um ponto de grande interesse, expresso também no Plano de Ação de Brasília, e que trata da diversidade linguística interna aos países da CPLP. Basicamente, o Colóquio teria como interesse definir linhas para uma política frente às quase 300 línguas faladas nos países da CPLP. O Colóquio tomará centralmente a orientação de como partilhar experiências já existentes em educação bilingue ou plurilíngue, a escrituralização de línguas ágrafas, o desenvolvimento curricular nestas línguas, a elaboração de material didático, propondo vias de acesso mais eficientes ao português, mas que ao mesmo tempo não contribuam para o desaparecimento das outras línguas que enriquecem nossos países, nossas identidades e nossas vidas.

Lembro que se desenvolveram duas tradições de educação bilingue no espaço da CPLP, uma tradição na África, outra no Brasil onde essa educação se chama ora "educação escolar indígena", ora "educação bilingue de fronteira" e agora também desenvolve-se uma tradição nova em Timor. Essas experiências não tiveram oportunidade de se

conhecerem e e os gestores não tiveram a oportunidade de estabelecerem elos de cooperação entre si. Colocar em contato essas experiências, portanto, pode ter por efeito uma cooperação sistemática e disponibilização de capacidades técnicas para os países que as demandem, capacidades estas importantes para construir proficiência do português, por exemplo em Timor Leste, como expresso no Plano de Ação de Brasília.

O último Colóquio trataria do tema desta mesa, a Língua Portuguesa na Internet e será realizado em Brasília. Foi ressaltada aqui, em mais de uma ocasião, a importância que tem a elaboração de gramáticas e dicionários na política das línguas. Igualmente, o tempo nos está mostrando a relevância do que Sylvain Auroux chamou de “3ª Revolução Linguística”, a da informatização das línguas. Se a primeira foi invenção da escrita, e a segunda foi invenção da gramática, que possibilitou por exemplo, inventar, manter, expandir e gerir as normas escritas e até faladas, a digitalização das línguas faz com que as línguas se tornem também elementos de organização geral do conhecimento, geridos por buscadores eletrônicos, por base de dados, a ponto de as línguas passarem a ser consideradas como verdadeiros fatores de produção.

Este Colóquio organizará o conhecimento instalado sobre o Português e suas possibilidades na Internet, suas formas de gestão e o letramento ou literacia digital dos cidadãos dos países membros, atraindo então os projectos na área para um diálogo e como forma de aportar conhecimento para a grande conferência de 2012 a ser realizada em Portugal.

Cada Colóquio produzirá uma pauta de pesquisas necessárias, naquele campo, que será então negociada com as organizações de pesquisa dos nossos países, por exemplo, a Associação Portuguesa de Linguística, a Associação Brasileira de Linguística, o Instituto Nacional Linguístico de Timor Leste, etc., para citar uns poucos exemplos. O mesmo ocorrerá também com os órgãos financiadores de pesquisa, no sentido da mobilização de recursos para pesquisas fundamentais para as políticas da língua.

Não vou-me estender por outras esferas do plano de trabalho devido ao tempo, mas gostaria de citar só brevemente duas questões ainda.

Uma delas diz respeito à necessidade de chamarmos uma Reunião Internacional de Especialistas para dar encaminhamento à determinação e criação do VOC – o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa e cito do documento: “em formato eletrônico, sob a coordenação do IILP, e com a participação de uma comissão de especialistas designados pelos Estados Membros, que consolide tanto o léxico comum quanto as especificidades de cada país”. Para realizarmos esta atividade precisamos de uma equipe de trabalho condizente e uma excelente ferramenta de Internet, com recursos à interatividade e informação avançados.

Negociámos com o Brasil o envio de dois doutores em linguística do Programa de Leitores do Itamaraty, selecionados em nível nacional e que chegarão para trabalhar no IILP, em Cabo Verde, em fevereiro próximo. Gostaríamos de negociar com os demais países igualmente a cessão de leitores de seus programas nacionais, de modo a podermos constituir uma equipe em que todos estivessem representados. Iniciámos também a construção do Portal Comum da Língua Portuguesa, indicado no Plano de Ação, com apoio do NOSI, o órgão de informática do Governo de Cabo Verde.

Em novembro próximo enviamos à CPLP o orçamento do IILP para 2011 e é muito importante que este orçamento contemple a estrutura de trabalho necessária para a realização das metas propostas.

Para concluir, gostaria de dizer que acredito estarmos num momento muito privilegiado para desencadear ações comuns em relação à promoção da Língua Portuguesa e nesse sentido, para dar os passos fundamentais para o desenvolvimento do nosso modelo cooperativo de gestão da língua, que sem dúvida, se bem construído, poderá servir de exemplo para outras línguas e para outras fónias.

Obrigado.



Afonso Camões

Ciberspaço lusófono, onde o mercado é a Língua Portuguesa

## A ambição de uma agência global



29-12-2010

Afonso Camões, jornalista  
presidente da Agência Lusa, Notícias de Portugal

1

A Língua Portuguesa é um condomínio



Os meios de comunicação social têm  
um papel crucial na difusão da Língua



29-12-2010

2

- O meu problema
- O nosso problema
- Uma ambição
- Três propostas



## O meu problema

A Agência Lusa é um grossista de informação, que produz e distribui diariamente mais de um milhar de conteúdos noticiosos, nacionais e internacionais



29-12-2010

**Lusa**

Agência de Notícias de Portugal, S.A.

Pioneira em Portugal na adoção do acordo ortográfico



## Missão e objetivos

- Assegurar a circulação democrática e plural dos serviços noticiosos
- Ajustar qualitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço geográfico da lusofonia.
- Promover a difusão da Cultura e da Língua portuguesas através do seu noticiário nacional e internacional



29-12-2010

5



A Lusa é **uma fábrica de notícias**: produz conteúdos em forma de texto, fotografia, audio, vídeo e infografia

Distribui prioritariamente para muitas centenas de meios de comunicação, mas também para instituições públicas e privadas



29-12-2010

6

e fornece diferentes plataformas:  
jornais, revistas, rádios, televisões,  
sítios na internet e, agora também,  
para telemóveis



29-11-2010



## Serviço para TV Corporativa (por medida)



### notícias

FC Barcelona vence La Galaxy  
perante 93.000 espectadores

O FC Barcelona derrotou sábado os  
Los Angeles Galaxy, de David  
Beckham, por 2-1, no primeiro  
encontro da digressão do campeão  
espanhol e europeu de futebol aos  
Estados Unidos.



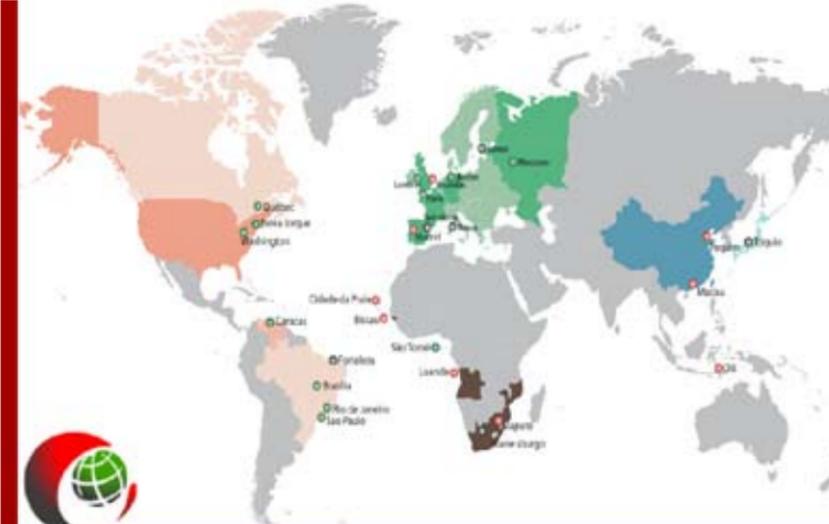
## Serviço para telemóveis (por medida)







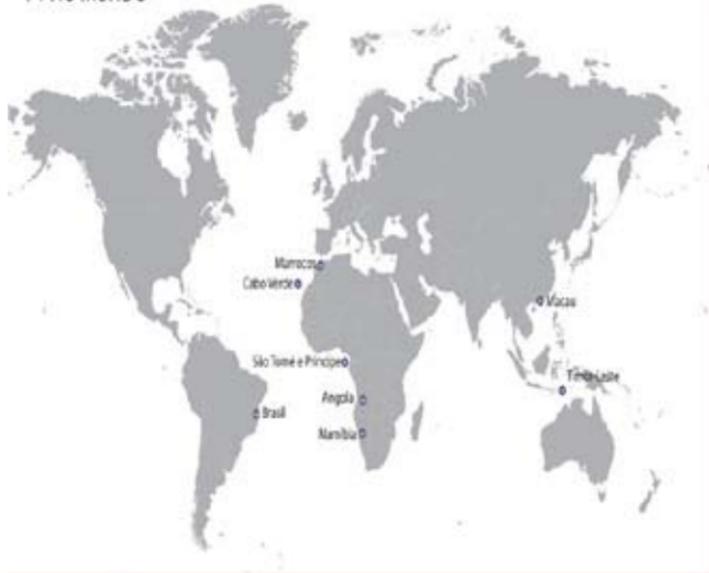
Lusa assegura a distribuição de 900 fotos/dia, em exclusivo de 13 agências europeias para todo o espaço da lusofonia (excepto o Brasil)

Rede global com 300 jornalistas e outros tantos colaboradores



## PT NO MUNDO



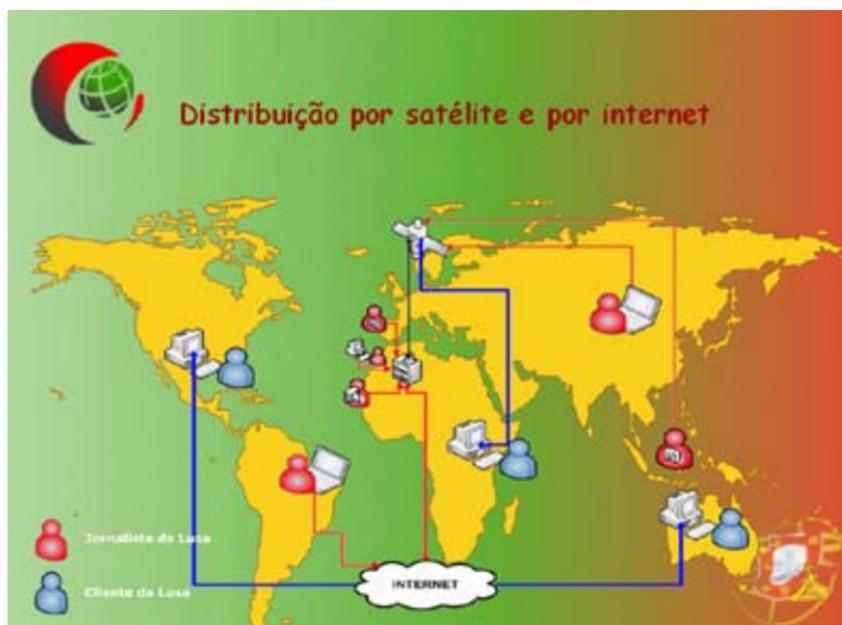
15



## PT e Lusa, geografias coincidentes:



16



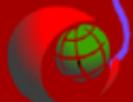
O meu problema

Quanto custa? Quem paga?

- Orçamento de € 20 milhões
- Contrato-Programa de Serviço Público com o Estado Português: € 14 milhões
- Mercado nacional (esgotado): € 6 milhões
- Só há uma alternativa: crescer



29-12-2010



O nosso problema

A world map with several national flags placed as markers on different continents. The flags include those of Brazil, Spain, Portugal, Mexico, and others. The map is set against a dark blue background with a light blue wavy line on the right side.

29-12-2010

O mercado é a Língua

O mercado é a Língua

A world map with a globe in the center, showing latitude and longitude lines. A large red sphere is partially overlapping the globe. The map is set against a dark blue background with a light blue wavy line on the right side.

29-12-2010

Para a Lusa, trata-se de projetar o negócio numa escala de 10 para 240 milhões de falantes da nossa Língua comum

20

## O nosso problema



- Estamos espalhados por todo o mundo  
(a Língua Portuguesa fez, porventura, a primeira globalização) e é demasiado caro comunicarmos com os nossos compatriotas e com o Mundo se insistirmos em fazê-lo (só) pelos meios próprios de cada País



29-12-2010

21

## O nosso problema

### Fazer crescer o mercado da Língua

- Em resumo, comunicamos mal entre nós e comunicamos mal com o Mundo;
- e ficamos cada vez mais à mercê dos meios de comunicação global que emitem noutras línguas
- ou, quando já o fazem na nossa, são muitas vezes instrumentos de colonização cultural





## Uma ambição

- Projetarmos as bases de uma **agência global** multimedia, ancorada na Língua Portuguesa
- E, porque apostamos na expansão e **internacionalização da Língua** e das nossas culturas, essa **parceria-pátria** tem de emitir, também, nos idiomas dominantes no mercado global




29-12-2010

## Megalomania?!...

### Dois exemplos:

- A parceria de quatro países que conduziu à criação da agência escandinava
- A parceria de países árabes que conduziu ao sucesso da Al-Jazeera




29-12-2010

24



## Três propostas

- Lançamento da bienal dos media de expressão lusófona, fórum privilegiado para partilha de informação, conhecimento e tecnologias
- Criação de uma bolsa comum para partilha de conteúdos noticiosos com origem na geografia de influência de cada País membro da CPLP
- Inventário e partilha das bases logísticas em territórios estrangeiros





## Três propostas

- Lançamento da **bienal dos media de expressão lusófona**, fórum privilegiado para partilha de informação, conhecimento e tecnologias
- Criação de uma **bolsa comum para partilha de conteúdos noticiosos** com origem na geografia de influência de cada País membro da CPLP
- Inventário e **partilha das bases logísticas em territórios estrangeiros**



Ciberespaço lusófono,  
onde o mercado  
é a Língua Portuguesa

**A ambição  
de uma agência global**

Obrigado



- O meu problema
- O nosso problema
- Uma ambição
- Três propostas



## O meu problema

A Agência Lusa é um grossista de informação, que produz e distribui diariamente mais de um milhar de conteúdos noticiosos, nacionais e internacionais



29-12-2010

**Lusa**

Agência de Notícias de Portugal, S.A.

Pioneira em Portugal na adoção do acordo ortográfico



## Missão e objetivos

- Assegurar a circulação democrática e plural dos serviços noticiosos
- Ajustar qualitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço geográfico da lusofonia.
- Promover a difusão da Cultura e da Língua portuguesas através do seu noticiário nacional e internacional



29-12-2010

5



A Lusa é **uma fábrica de notícias**: produz conteúdos em forma de texto, fotografia, audio, vídeo e infografia

Distribui prioritariamente para muitas centenas de meios de comunicação, mas também para instituições públicas e privadas



29-12-2010

6



# Conferência



## Alberto Costa e Silva\*

Depois de tudo que ouvimos esta tarde, só por imprudência ou descaramento eu me atrevo a começar as minhas palavras recordando que, na última década do século XVI, o holandês Cornelis de Houteman assinou com o rei de Bantam, em Java, um acordo de proteção escrito, não em holandês, nem em javanês, mas em português, que era o idioma das trocas internacionais que vigorava tanto no oceano Índico quanto no Atlântico ao sul do trópico de Câncer.

A essa altura, Portugal já começava a ser deslocado da posição de senhor do comércio marítimo entre a Ásia e a Europa, mas a língua portuguesa continuava com toda a força naquela parte do mundo. E por muito tempo, também na África. Duzentos anos depois desse acordo, um famoso traficante de escravos que viveu muitos anos na África e escreveu uma importante *História do Daomé*, Archibald Dalzel, nos contaria como se davam as visitas de emissários holandeses, ingleses e franceses a Abomé, a capital do reino do Daomé. Ao tratar dos mais diferentes assuntos com o *dadá*, ou rei, eles tinham de valer-se de tradutor de seu idioma para o português, e era em português que este se entendia com o língua, intérprete ou porta-voz do rei.

Poucos anos mais tarde, dois embaixadores da rainha de Portugal, os padres brasileiros Vicente Ferreira Pires e Cipriano Pires Sardinha foram ter, da Bahia, à corte do Daomé. Um deles nos deixou um relato dessa embaixada, precioso de informações, *Viagem de África em o reino de Daomé*, no qual nos narra que era comum ouvir-se o português na corte daomeana e que, em Ajudá e outros embarcadouros do litoral, o português era a língua em que se negociava e era o idioma de ligação entre mercadores de origens diferentes naqueles portos de comércio. Algumas tradições em outras partes da África Atlântica nos ciciam que

---

\* *Recolha da intervenção oral.*

o português não era somente uma língua franca de mercadores; era falado entre si pelos grandes urrobos e pelos nobres de Oere, quando não queriam ser compreendidos pelos homens comuns.

Do fim do século XVI ao início do século XIX, muita coisa mudou nessa longa linha de costa que ia do Marrocos à China. Tendemos, porém, a esquecer que, mesmo depois que os navios entre Portugal e a Índia passaram a ser contados anualmente pelos dedos das mãos, portugueses e descendentes de portugueses com indianas continuaram a dominar uma parcela considerável do comércio de cabotagem entre os portos que iam desde o golfo Pérsico até o Ceilão – sobretudo o que se processava entre o golfo de Cambaia e a costa do Coromandel.

Esses luso-indianos, filhos, netos ou bisnetos de portugueses com mulheres da terra insistiam, muitos deles, em falar o português e se diziam portugueses. Algo semelhante passou-se na África Atlântica, e não apenas em Angola, onde o português foi o idioma da conquista e do domínio colonial, e nos Congos, mas desde o Senegal até ao Gabão. Em todo esse extenso litoral, havia umas senhoras africanas diferentes das demais, que não usavam como roupa um pano enrolado ao corpo, acima ou abaixo dos seios, mas se vestiam com saias costuradas e blusas com mangas bufantes, que não entrançavam os cabelos nem os enfeitavam com conchas e com contas e missangas, mas os cobriam com turbantes, e que fora de casa andavam sempre com sandálias nos pés. Suas casas tinham janelas e se pintavam de branco. Os europeus e os locais chamavam *sinhares*, *nharas*, *nhanhas* ou donas a essas senhoras que eram esposas, viúvas, filhas, netas ou bisnetas de degredados ou comerciantes portugueses que ali haviam formado família.

Graças a essas *sinhares*, *nharas*, *nhanhas* e donas e a seus filhos, conhecidos como grumetes – o nome diz alguma coisa, não é verdade? – não se apagou a presença portuguesa naquelas praias africanas do Atlântico. Viajantes, comerciantes e oficiais de navios britânicos, em livros que nos deixaram, mencionam que naquela parte do mundo não se comerciava vantajosamente sem falar ao menos um pouco de português. E isso voltou a acentuar-se a partir da metade do século XVIII, porque o comércio de escravos no golfo do Benim passou a ser dominado pelos portugueses da Bahia e de Pernambuco, ou seja, depois de 1822, pelos brasileiros. Com o tabaco embebido em melaço, a farinha

de mandioca e a cachaça, produtos para os quais não tinham praticamente competidores, eles se apossaram da maior parcela do mercado e devolveram ao português a posição de principal língua comercial na área.

Mas que português era esse que se falava nos litorais da África? Um grande jesuíta, Alonso de Sandoval, que escreveu em 1627 um importantíssimo livro, *De Instauranda Aethiopia Salute*, no qual, entre outras coisas, nos resume as conversas que teve com escravos africanos desembarcados no porto de Cartagena, na atual Colômbia, nos diz que vários deles, quer vindos de Angola, do Congo, do Gabão ou do golfo do Benim sabiam expressar-se no que ele chama de língua de São Tomé e define como um português estropiado.

São Tomé, além de importante colônia agrícola, era um entreposto de escravos para o Brasil e outras partes da América. Os cativos, vindos do continente africano, ali ficavam durante, digamos, dois anos, a trabalhar nas plantações e engenhos, antes de ser vendidos aos barcos brasileiros. Durante esse período, eles aprendiam os trabalhos ligados às diferentes fases da produção de açúcar e se ladinizavam, ou seja, aprendiam a falar português – o que aumentava o seu valor de venda no Brasil. Alguns dos que o padre Alonso de Sandoval entrevistou em Cartagena passaram por São Tomé; a maioria, quero crer que não.

A língua de São Tomé não seria, assim, um único *pidgin* do português. Abarcaria vários *pidgins* e crioulos do português que se falavam em diferentes pontos da costa africana. Mas também é possível que estivéssemos diante de algo semelhante ao *globish* que Carlos Lopes mencionou, ontem de manhã, a esse inglês reduzido às expressões mais comuns que hoje se fala por toda a parte, e sobretudo na Ásia, e que toma forma escrita nas mensagens pela *Internet*.

O *globish* é muito mais simples do que o *basic english*, o inglês básico fácil de aprender, desenvolvido entre outros por A. I. Richards, e que foi grande novidade e teve grande voga nos anos 40 e 50 do século passado, chegando-se até mesmo a publicar, para uso de estrangeiros, traduções resumidas de grandes obras da literatura inglesa e norte-americana para esse inglês básico, que era quase puro osso. O *globish* possui um vocabulário ainda mais reduzido e uma sintaxe paupérrima. Fica um, dois ou três degraus acima do plano do “I, Tarzan;

you, Jane". Nele diz-se "bom dia", "tudo bem", "compro", "quero mais barato", "faça outra oferta", "estou atrasado" e frases simples essenciais para um entendimento de superfície entre pessoas de línguas maternas diferentes. É a esse inglês empobrecido que se dá o nome de *globish* e há quem o tenha por um idioma universal ou uma espécie de latim desmoralizado.

Pois bem. É possível que muitos daqueles africanos capazes de falar a língua de São Tomé se expressassem numa espécie de *globês*, num português reduzido ao mínimo essencial. Outros falavam o seu *pidgin*, o seu crioulo ou eram até mesmo fluentes no idioma padrão.

Recordo esses momentos de expansão internacional da língua portuguesa, para lembrar que é o poder que faz os cânones. Falava-se português no Sudeste da Ásia no século XVII, como consequência do poder que Portugal tivera até havia pouco naqueles mares, e na África Atlântica, na segunda metade do XVIII e primeiras décadas do XIX, porque eram falantes de português os que ali dominavam o comércio. É bom ter isso presente, porque a impressão que se recolhe de um colóquio como este é a de que o nosso idioma só voltará a se universalizar, se os países que o têm por língua nacional atingirem uma posição internacional de prestígio e poder. Se formos política e economicamente fortes, nossa será a língua do diálogo, e Eça de Queiroz será tão lido ou ainda mais lido do que Dickens, Machado de Assis terá tanto público ou ainda mais público do que Henry James, Raul Brandão será tão estudado quanto Melville. É o poder que marca o nosso lugar no mundo e faz de nossos valores o que se tem por cânones. Quando eu era rapazola, nossas medidas eram as de Paris; na maturidade, vi Paris mudar-se para Nova Iorque e lá ficar.

Se as relações de poder no mundo se alterarem em nosso favor, o português tem todas as condições que o inglês teve para se tornar um idioma de uso universal. Como o inglês, o português foi uma língua de marinheiros, e de marinheiros que eram recrutados entre agricultores, entre homens do campo que aprendiam as fainas dos navios, mas não se despegavam das plantas e dos nomes das plantas. Isso explica a enorme disseminação, por mãos portuguesas, de vegetais da Índia para o Brasil, e do Brasil para Moçambique, e de Angola para o Brasil, e do Brasil para São Tomé, e de toda a parte para toda a parte. Até entra-

rem no navio, os marinheiros tinham sido agricultores, e não resistiam, diante de uma planta útil que até então desconheciam, em pô-la num vaso ou num cesto com terra e levá-la no convés. Para ver se pegava em outros lugares. E fizeram algo semelhante com as palavras. Pois aprenderam depressa o nome dos passarinhos, e dos objetos que viam pela primeira vez, e das ações que presenciavam.

O idioma em que se expressavam, o português, acostumou-se a receber e assimilar palavras, construções de frases e a música de outras línguas. Mas foi, também, no Brasil, destruidor de outras falas. Temos um país com 8.500.000 km<sup>2</sup> e cerca da 160 milhões de habitantes, no qual praticamente todos falam o mesmo idioma, o português. Alguém argumentará que há nele mais duzentas e tantas outras línguas maternas, mas não chegam a meio por cento da população os que nelas se expressam. Estamos fazendo um grande esforço para preservar esses idiomas, para impedir que desapareçam, para ensinar as crianças a ler e a escrever na língua de seus pais. E em muitos lugares temos tido êxito. Passa-se, porém, algo curioso: se uma equipe de televisão vai falar com crianças que estão sendo alfabetizadas na língua que falam em casa – em nambiquara, por exemplo –, o mais comum é que respondam em português.

Mais relevante ainda é o que se vem registrando no levantamento de antigos quilombos, os redutos e povoados de escravos que fugiam do cativeiro. Escapavam eles para as florestas, para as montanhas, para locais isolados onde ficassem ao abrigo dos ex-senhores e das autoridades. Formavam aldeias e muitas vezes verdadeiros reinos com conjuntos de aldeias fortificadas à africana, com muralhas e fossos. Esses antigos quilombos estão sendo identificados para efeito de concessão de posse da terra. Pois bem, não tenho notícia de um só em que se fale uma língua africana; em todos fala-se português. Há um caso curioso, o de Cafundó, um bairro rural a apenas cerca de 150 quilômetros da cidade de São Paulo, embora a palavra “cafundó”, que provém do quimbundo *kamfundu*, signifique lugar distante, fim do mundo. Nesse local, uma pequena comunidade de menos de cem pessoas, descendentes de escravos, fala o cafundó, uma mistura de línguas africanas e português.

São relativamente poucas no Brasil, e escassamente habitadas, as áreas onde o português ainda não se tornou a língua de todos ou de quase todos. Foi sempre assim? Não. Até a metade do século XVIII, no Norte do Brasil predominava o nheengatu e, no sul, o abanheenga ou tupi-guarani. Em Salvador e no Recôncavo Baiano, ouviam-se de todos os lados o fon e o iorubá. No Rio de Janeiro, eram comuns as conversas de rua em quimbundo, quicongo e umbundo. E em Minas Gerais falavam-se também, além do português, idiomas africanos.

O Marquês de Pombal acabou com isso. A partir de 1757, foi proibido no Brasil o uso público de outra língua que não o português. Por aquela época, quase toda a gente em São Paulo falava abanheenga, ainda que muitos também se expressassem em português. Os que se haviam acostumado a falar tupi tiveram de voltar ao português. E este, em menos de uma geração, tornou a imperar como idioma de todos.

Outra decisão desse tipo, e que se poderia qualificar de autoritária e até tirânica, foi tomada por Getúlio Vargas, ao proibir, durante a Segunda Grande Guerra, que as aulas nas escolas fossem ministradas em alemão, italiano ou japonês. Ela impediu, porém, que se formassem quistos linguísticos nas áreas em que foi intensa a imigração alemã e italiana.

A língua que se fala no Brasil é o português. O mesmo português, de norte a sul. Com sotaques ligeiramente diferentes e pequeníssimas variações de vocabulário. Mas um português que continuou a ser enriquecido, como na época da aventura das navegações, pelos aportes que recebeu de muitas outras línguas. O português, no Brasil, não deixou de ser um idioma aberto. Não recusou palavras novas, novas maneiras de falar, novas entonações de voz, novos modos de formar as frases. Quem tiver a curiosidade de ler, página a página, o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda ou o dicionário de Antônio Houaiss verificará o número espantoso de palavras de origem tupi, de origem aruaque, de origem jê, de origem caribe, de origem quimbunda, de origem quiconga, de origem umbunda, de origem fon, de origem iorubá, várias das quais já são também de uso em Portugal. Quem aqui não diz "tanga"?

Quando se lê esse grande livro que é *O tupi na geografia nacional*, de Teodoro Sampaio, e a recente obra de Yeda Pessoa de Castro, *Falares*

*africanos na Bahia*, não pode deixar de surpreender-se com a presença de substantivos, adjetivos e até mesmo verbos de origem ameríndia e africana no vocabulário do dia-a-dia de um brasileiro. Este não passará muitas horas sem “zangar”, “xingar”, “cochilar” ou “cochichar”, embora não tenha a consciência de estar usando palavras aportuguesadas do quicongo e do quimbundo.

Um idioma capaz de estar em casa nas mais diversas e inesperadas geografias tem tudo para voltar a ser uma língua de ressonância universal. Enquanto as relações de poder mundiais isso não permitam, devemos trabalhar para expandir o seu uso naquelas regiões sobre as quais temos algum tipo de influência ou com as quais mantemos um convívio constante.

Nas fronteiras do Brasil – e quero referir-me especialmente às que conheço, às fronteiras habitadas com a Colômbia, o Paraguai, o Uruguai e a Argentina –, é comum que as pessoas sejam bilíngues, que falem espanhol e português, e até mesmo um linguajar peculiar, numa mistura dos dois idiomas, o portunhol ou espanhês. Elas mudam de língua conforme passem de um território para o outro, mas, em alguns sítios, é difícil a quem não é da terra saber onde está. Às vezes, em duas cidades que se colam para formar um só conjunto urbano, a fronteira passa pela avenida principal: de um lado é Brasil; do outro, é o Uruguai. Noutros casos, a linha de limites ziguezagueia ou dobra os quarteirões, e são os postes de iluminação com uma faixa preta que nos indicam que estamos na Colômbia, e os com uma faixa verde, que estamos no Brasil. As pessoas passam de um país para o outro, sem dar por isso, ao atravessar a rua ou ao dobrar a esquina, e a maioria das famílias é formada por pessoas das duas nacionalidades.

Fora das áreas limítrofes, o conhecimento do português tem-se expandido nas grandes cidades. Para isso muito contribuíram a rede de Centros de Estudos Brasileiros, cuja tarefa principal é o ensino da língua portuguesa, e os esforços da diplomacia brasileira para tornar obrigatório ou facultativo o ensino do nosso idioma no liceu ou curso secundário, o que implicou a formação, na universidade e subsidiariamente nos Centros de Estudos Brasileiros, de professores de língua portuguesa.

À espera do dia em que os alemães terão de expressar-se em português, se quiseram comerciar conosco, vamos os brasileiros procurando difundir o idioma entre aqueles que nos estão mais próximos e aos quais interessa aprofundar as relações conosco. Porque, não nos iludamos, as pessoas, em sua maioria, só vão à escola aprender uma segunda ou terceira língua, quando esta as ajudar na vida diária ou na vida profissional. Serão sempre poucos os que irão estudar português porque querem ler no original Fernando Pessoa, Clarice Lispector ou Guimarães Rosa.

Nos países da América do Sul, os jovens que se aplicam em aprender o português fazem-no porque com isso melhoram suas perspectivas de emprego e de ascensão no trabalho. Hoje em dia, uma empresa brasileira, ou uma empresa argentina, ou uma empresa paraguaia, ou uma empresa peruana que tenha negócios no continente não aceita mais que seus funcionários escrevam em português errado ou em espanhol errado. Para fazer bons negócios com o Brasil, essa empresa necessita de quem escreva e fale fluente e corretamente a língua portuguesa.

Vou terminar esta fala imprudente com um fato muito promissor. Há uns vinte anos, estudavam anualmente no Centro de Estudos Brasileiros de Buenos Aires dois mil alunos. Hoje, suas aulas são freqüentadas por novecentos alunos. Diminuiu o interesse pelo português? Não. O que sucedeu foi que, nesse período, a língua portuguesa passou a ser ensinada nos liceus, surgiram numerosos cursos privados de ensino do idioma, e cresceu o número de argentinos habilitados a ensinar outros argentinos a falar e a escrever o português. O que parecia ser um recuo é, ao contrário, um sinal de avanço e êxito. De um êxito que o português — “a última flor do Lácio, inculca e bela” do poeta — bem merece.

## **Sessão de Encerramento**



## José Luis Dicenta

Excelentíssima Senhora Ministra da Educação,

Excelentíssimo Senhor Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa,

Senhor Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Senhoras e Senhores

É, para a União Latina, um motivo de satisfação o apoio prestado pelas autoridades portuguesas a este Encontro Internacional “Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado”.

São também um motivo de satisfação a elevada participação, o alto nível das conferências ministradas, bem como a honra que foi para nós ter contado neste evento com a presença de altas personalidades políticas, científicas e intelectuais. A este respeito, agradeço muito especialmente ao Comissário do Encontro, Dr. José Carlos de Vasconcelos, por nos ter acordado o seu precioso tempo e partilhado connosco o seu talento na preparação deste programa, conjuntamente com os membros do Comité Científico, a quem endereço também os meus mais calorosos agradecimentos.

Permita-me, Senhora Ministra, nesta cerimónia de encerramento, tentar resumir o que me parecem ser as principais recomendações ou conclusões deste evento. Desde já convido todos quantos desejarem completar estas recomendações, particularmente o Comité Científico do Encontro, de o fazerem comunicando as suas contribuições ao nosso escritório em Lisboa, cuja Directora, Dra. Maria-Renée Gomes, saúdo e felicito pelo seu empenho na preparação deste evento.

Durante este encontro, sublinhou-se que os 200 a 250 milhões de falantes da língua portuguesa, língua oficial de 8 países e falada em muitas outras partes do mundo por uma importante diáspora, língua oficial de cerca de 20 organizações internacionais, língua de 85 mi-

lhões de usuários da Internet, língua com um grande valor económico, língua de grande tradição cultural e intelectual, língua em constante crescimento em termos demográficos e de aprendizagem, não tenha um estatuto compatível com a sua importância demográfica, geopolítica, histórica e cultural quando se trata de negociação internacional, ciência e tecnologia, ensino como língua estrangeira, páginas no ciberespaço, entre outros.

A maioria dos intervenientes constataram que a língua portuguesa, apesar dos muitos esforços e resultados alcançados pela CPLP, o IILP e diferentes personalidades políticas dos governos dos países de língua portuguesa, **não possui** ainda uma política comum, como acontece com outros espaços linguísticos em matéria de planificação linguística e, em particular, para a sua modernização, uso e desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a maioria dos participantes prodigaram vários conselhos, recomendações e aspirações para o desenvolvimento, maior uso e difusão da língua portuguesa, que eu vou tentar resumir, assumindo pessoalmente a promessa da União Latina de acompanhá-los na medida dos seus meios e vocação, associando a sua acção à da CPLP e do IILP.

Assim os intervenientes e o público convidam as personalidades políticas e diplomáticas dos países de língua portuguesa a:

- utilizarem a língua portuguesa em todas as ocasiões públicas internacionais que se apresentem e, sempre que possível, evitando o uso de uma língua estrangeira;

- favorecerem uma estratégia comum das Embaixadas dos países de língua portuguesa em prol da promoção do português nos diferentes países do mundo;

- realizarem, de maneira concertada, acções que permitam a adopção da língua portuguesa como língua oficial ou de trabalho nas agências das Nações Unidas e aumentar a utilização da mesma nas organizações onde o idioma português já tem esse estatuto.

Do mesmo modo, os intervenientes e o público convidam as autoridades dos países de língua portuguesa a:

- mobilizarem as diásporas lusofalantes como motor da promoção da língua;

- contribuir para uma maior presença da língua portuguesa na área das ciências e tecnologia;

- promoverem uma política de dobragem em português para melhor difundir a língua no seio das populações dos países de língua portuguesa que apresentam altos índices de analfabetismo;

- destacarem o valor económico da língua portuguesa, de modo a incentivar as empresas dos países lusofalantes a acompanharem a difusão e o uso da língua;

- favorecerem a instauração de quotas mínimas de difusão de música e produção audiovisual em língua portuguesa nos *media* nacionais;

- equipararem o IVA da edição digital com a edição tradicional;

- acompanharem e apoiarem a actividade do IILP nesta nova etapa, decidida pelos países da CPLP em Brasília durante este ano.

Os intervenientes e o público convidam também as entidades nacionais ou internacionais como a CPLP, o IILP, a União Latina e outras a:

- elaborarem uma gramática única da língua portuguesa, que reflita as características de todos os países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

- elaborarem um dicionário comum a todas as variantes da língua portuguesa;

- constituir um fundo comum aos países de língua portuguesa de terminologias científico-técnicas;

- criarem uma dinâmica conjunta entre os países de língua portuguesa em matéria de neologismos;

- promoverem o uso da língua portuguesa no seio das entidades internacionais e intergovernamentais;

- promoverem uma aproximação com os espaços linguísticos próximos (isto é as línguas românicas) e em particular com os vizinhos naturais de Portugal e do Brasil, ou sejam os países de língua espanhola, sem esquecer a comunidade de fala galega.

Senhora Ministra,  
Senhor Secretário Executivo,  
Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores,

Consciente de que as minhas recomendações não são exaustivas e convidando todos a completá-las após o Encontro, comprometo-me a difundi-las e a incentivar todos quantos lhes devam dar seguimento a implementá-las, convidando-os, a todos, a participar no êxito da próxima conferência sobre a língua portuguesa em 2012.

Não quero terminar estas palavras sem agradecer profusamente à Fundação Gulbenkian pelo desinteressado apoio prestado a este encontro, bem como ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Presidente da Assembleia da República pelo alto patrocínio acordado ao evento.

## Isabel Alçada\*

Muito obrigado à Dr.<sup>a</sup> Maria Renée Gomes, quero saudar o Senhor Embaixador José Luis Dicenta, Secretário-Geral da União Latina, o Senhor Eng.<sup>o</sup> Domingos Simões Pereira, Secretário Executivo da CPLP, e o Senhor Dr. João Sentieiro, Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ilustres Conferencistas, minhas Senhoras e meus Senhores. É com muito gosto que participo nesta Sessão de Encerramento do "Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado".

Em primeiro lugar felicito a União Latina. A União Latina com esta iniciativa e com a intensa actividade que tem desenvolvido entre nós, e nos países que a compõem, tem contribuído para difundir a pluralidade desta herança cultural do mundo latino e do mundo de cultura lusófona.

A temática do Encontro é muito ampla e complexa e a intervenção dos distintos conferencistas, certamente trouxe ao debate novas abordagens, novos conceitos que permitiram aprofundar a relação sobre o valor e o papel da língua portuguesa no mundo. Infelizmente não pude estar presente, tenho muita pena. Saúdo também o Senhor Comissário da Conferência, o Dr. José Carlos de Vasconcelos. A síntese e o testemunho do Senhor Eng.<sup>o</sup> Domingos Simões Pereira deixou-me ainda mais a convicção de que muito perdi por não ter estado presente. Aguardarei as conclusões e a publicação das comunicações.

A língua é uma das mais fascinantes construções da humanidade. A língua pertence-nos, pertence à comunidade dos seus falantes, mas existe também em si mesma, como se fosse um organismo vivo.

E esse organismo transforma-se, propaga-se no espaço e no tempo e escapa ao poder dos homens e à disciplina daqueles que a querem

---

\* *Recolha da intervenção oral.*

disciplinar. A língua, é um instrumento essencial de comunicação, mas não se esgota em nenhuma funcionalidade. Determina o modo como conhecemos o mundo, como conhecemos os outros, como nos conhecemos a nós mesmos. A língua molda a nossa natureza, molda a nossa capacidade de pensar, de sentir, de decidir e até de agir. É graças à língua que nós, seres humanos, atingimos o nosso mais alto nível de reflexão e expressão. Nós todos reconhecemos a importância vital do domínio pleno da língua falada e escrita por parte dos cidadãos.

Sendo a língua um instrumento principal de acesso e construção do conhecimento, torna-se absolutamente nuclear nos processos de aprendizagem, desde a aprendizagem escolar, à aprendizagem ao longo da vida e torna-se também um elemento absolutamente determinante na construção da cidadania.

Sabemos que tradicionalmente a língua era tomada como um elemento de identidade nacional, estruturante da cultura de cada povo. Mas hoje, essa concepção está alargada, uma vez que muitas línguas, tal como a língua portuguesa, não sendo exclusiva de uma só nação, constitui um património comum aos diferentes países que a usam como língua oficial. Sendo língua de vários povos, o português ampliou-se, diversificou-se nas diferentes vozes, que dialogam, convivem e se enriquecem mutuamente neste espaço de pluralidade de culturas.

Para os países da comunidade de língua portuguesa, o português funciona como um factor forte de união, de relacionamento positivo, que facilita todo o tipo de intercâmbios numa das redes mais vastas de comunicação.

la lembrar mas não vou, porque o Senhor Embaixador já teve a gentileza de o fazer, que graças à diáspora portuguesa, a nossa língua ganhou um lugar de destaque no *ranking* mundial de línguas e naturalmente carece de uma política comum. Esta política tem sido objecto de várias iniciativas lançadas pelos países e pelos governos dos países da CPLP.

Como sabem, o ensino do português no estrangeiro, é actualmente, da responsabilidade do Instituto Camões, temos aqui a Presidente do Instituto Camões a quem quero saudar.

Mas uma política de língua, aberta e diversificada, exige uma estreita coordenação e colaboração da política cultural com a política externa, da política cultural e externa com a política de ensino e deve perspectivar-se no quadro de um sistema educativo nacional aberto à pluralidade que estas ligações exigem e implicam.

Com o objectivo de melhorar as competências básicas dos alunos e no intuito de assegurar aos cidadãos do século XXI um domínio da língua portuguesa, o Ministério da Educação tem vindo a lançar medidas estruturadas, coordenadas e apoiadas em vários instrumentos, em várias iniciativas, e que abrangem as várias dimensões da comunicação oral, da leitura e da escrita.

Permitam-me que cite algumas dessas medidas:

Em primeiro lugar, no plano curricular o Ministério da Educação tem vindo a melhorar os programas de ensino da língua portuguesa, nos vários níveis do ensino básico e do ensino secundário. Recentemente, em Setembro deste ano, elaboraram-se metas de aprendizagem a atingir em cada ciclo e em cada ano, na área da língua portuguesa, para permitir uma melhor orientação dos professores, dos alunos e até das famílias na aprendizagem da língua.

Também o Ministério elaborou programas específicos para o ensino do português como língua não materna, nos ensinos básico e secundário e definiu grupos de nível de proficiência linguística para precisamente dar resposta à heterogeneidade cultural e linguística da população que actualmente frequenta as nossas escolas, e para reforçar a integração de todos os alunos.

No que respeita à autonomia e gestão das escolas, foi lançado também, em Setembro de 2010, o "*Programa-Educação 2015*" com o intuito central de focar o esforço dos docentes nos resultados dos alunos e precisamente na área da língua portuguesa e da matemática, proporcionando às escolas aquilo que são indicadores de qualidade educativa, para que possam definir as suas próprias metas de progresso. Cada escola irá definir as metas a alcançar ano após ano e irá avaliar o progresso dos seus alunos, em particular nestas duas áreas consideradas essenciais na aquisição de competências transversais.

Por outro lado, existem iniciativas e programas para públicos específicos, como é o caso das escolas dos territórios educativos prioritários (TEIP), um projecto designado "*Mais Sucesso*", cujas escolas participantes recebem créditos horários para melhorar e flexibilizar a forma como a oferta é feita tanto na área da língua como de outras áreas. Também são atribuídos créditos horários às escolas para reforçar o acompanhamento do estudo em particular na área do português.

No domínio de estratégias e metodologias de ensino e divulgação de recursos, já aqui foi focado pela Dr<sup>a</sup> Maria Renée, eu agradeço-lhe, o "*Plano Nacional de Leitura*", que envolve leitura e escrita diárias na sala de aula e vários tipos de projectos de estímulo de leitura e de escrita em contexto escolar, e em outros contextos, com recurso a obras adequadas aos alunos, às várias idades e incluindo naturalmente também o suporte digital.

A rede das bibliotecas escolares que hoje no nosso país presta serviço a todas as escolas e o *Plano Tecnológico da Educação* têm proporcionado um novo impulso ao desenvolvimento das competências da leitura e da escrita, bem como à selecção orientada e à sistematização de informação.

No quadro do *Plano Nacional de Leitura* e do *Plano Tecnológico da Educação*, foi constituída uma *Biblioteca de livros digitais*, produzida com o apoio e orientação da Universidade Nova de Lisboa. Muitas têm sido no nosso país as iniciativas destinadas a incentivar a leitura e a escrita: concursos, utilização de sítios electrónicos, construção de blocos por parte dos alunos, grupos de alunos, etc..

Também no domínio da avaliação da aprendizagem se têm realizado grandes progressos, com provas de aferição nacionais, com exames nacionais, com participação do nosso país em projectos internacionais como é o caso do *PISA*, a estratégia da União Europeia, *Educação e Formação 20-20* ou as *Metas-Educativas 20-21* da Organização dos Estados Ibero-Americanos, que visam a obtenção de melhoria de resultados precisamente na língua materna.

Igualmente na formação de docentes, se têm vindo a lançar vários programas de formação contínua, incidindo na escola e noutros contextos, no domínio da formação de adultos, no âmbito das iniciativas "*Novas Oportunidades*" com a formação na área do português, da lín-

gua portuguesa em todos os processos desenvolvidos pela iniciativa “Novas Oportunidades”, desde o reconhecimento e validação de competências, às formações modelares, aos cursos de educação e formação para adultos e recentemente com cursos de alfabetização.

Promover o domínio da leitura e da escrita é talvez a melhor forma, ou será talvez mesmo a melhor, de permitir o acesso à sociedade do conhecimento e à construção da cidadania.

No entanto, na aprendizagem da língua portuguesa, não basta assegurar que cada aluno se limite a adquirir uma competência básica, é indispensável que a leitura ganhe a flexibilidade e se desenvolva em profundidade, que a escrita ganhe propriedade e se desenvolva em rigor e complexidade.

Temos plena consciência de que a par da aprendizagem formal, a escola tem de assumir outras missões como a de estimular o prazer de ler, o amor pela escrita e pelos livros.

A escola pode e deve igualmente contribuir para criar hábitos culturais, que podem ser induzidos pelo uso mais constante e mais diversificado de formas de expressão escrita e oral, e que permitam o acesso progressivo às diferentes dimensões da língua na sua infinita riqueza e complexidade.

O facto de o enunciarmos e o repetirmos não basta. Dizia o Mia Couto e tinha toda a razão: precisamos de ser práticos. Temos obrigação de agir, de fazer mais, melhor, de forma mais exigente, com maior adequação das práticas aos desígnios.

O momento actual exige que se invistam os recursos disponíveis com rigor, com parcimónia e por isso temos que procurar os caminhos e soluções que evitem o acessório e se concentrem no essencial. Para que os resultados correspondam às expectativas, é indispensável que cada educador, cada professor, cada aluno e se possível com o apoio da família, se empenhe pessoalmente.

Embora não tenhamos ainda alcançado os resultados que todos desejamos, podemos ter confiança porque tanto a avaliação interna das aprendizagens como as avaliações internacionais testemunham progressos.

No quadro da actual política educativa, procuramos manter uma visão estratégica que nos permita avançar para metas nacionais e articular as nossas metas com as metas que são visadas pelos países que têm a nossa língua, os países da CPLP.

Procuramos que cada escola, no quadro da sua autonomia, formule as suas próprias metas, e sentimos que esta talvez seja uma melhor forma, uma boa forma de convergir, convergir para os resultados nacionais e fazer convergir os resultados de cada país para metas que possam ser comuns.

O ensino da língua portuguesa é uma tarefa difícil e exigente mas é estimulante e muito desafiadora. Com este tipo de abordagem, julgamos ser possível, em primeiro lugar, colocar melhor as questões, em segundo lugar, avaliar melhor o presente, e, em terceiro lugar, abrir de forma mais segura os caminhos do futuro.

Muito obrigada.

## Notas de Intervenção

### Domingos Simões Pereira

Começo, antes de mais, por agradecer o convite para estar presente na Sessão de Encerramento deste Encontro, cuja iniciativa saúdo, e felicitar os seus organizadores por terem dedicado este debate à **Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado**.

Assim, foi com agrado que tomei parte nesta Conferência, a cujos ilustres participantes apresento cordiais saudações.

(...)

A CPLP não é, de todo, uma entidade homogénea. **A unir-nos:** a Língua Portuguesa, que convive, na maioria dos países membros, com outras línguas nacionais; um passado histórico; e um património cultural comum, enriquecido por uma extraordinária diversidade cultural. **A diferenciar-nos:** as distintas fases de desenvolvimento económico e social que caracterizam os oito Estados membros.

Porém, a diversidade e as disparidades – talvez ainda mais perceptíveis há 14 anos – não estorvaram a criação da CPLP e o empenho que, desde então, vem sendo dedicado à consolidação deste ambicioso projecto multilateral.

Nestes 14 anos, a CPLP tem procurado – através da concertação político-diplomática, da cooperação e da promoção da Língua Portuguesa – harmonizar a actuação internacional dos Estados, criar sinergias em torno de projectos comuns, gerar convergências, lançar novas pontes de entendimento entre os respectivos Povos, consolidar a identidade colectiva das Comunidades e aproximar, *de jure et facto*, os seus cidadãos.

Como em outras organizações congéneres, é manifesto o hiato entre a proclamação de vontades, a formulação de intenções e o que é efectivamente realizado.

Contudo, o balanço é positivo, principalmente considerando a existência de um mundo que caminha para a supressão de particularidades e diferenças, que constituem, afinal, a maior riqueza patrimonial das sociedades humanas.

(...)

No campo da **Língua Portuguesa**, é com confiança renovada que, hoje, consideramos o futuro do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), crentes de que os Estados saberão reconhecer a sua utilidade e fazer dele um instrumento das suas políticas culturais, fundamentando-se os seus principais objectivos na *"promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico"*.

A língua é instrumento de desenvolvimento e de promoção do diálogo intercultural, pelo que a promoção e utilização do Português não deve ser dissociada da projecção social, económica e política dos seus utentes, nos diversos contextos em que estiverem inseridos.

Neste quadro, tendo em conta a presença de Portugal na União Europeia, do Brasil no bloco Mercosul, dos PALOP na União Africana, CEDEAO e SADC e Timor Leste na ASEAN, podemos afirmar que, do ponto de vista político, para a CPLP a sua língua comum atingiu dimensões políticas de realce.

(...)

A CPLP como membro dos Três Espaços Linguísticos, juntamente com a OIF e OEI e a União Latina, reconhece que o respeito pela diversidade cultural e linguística constitui um elemento essencial das políticas de desenvolvimento, ajudando também a preservar uma das riquezas fundamentais do património da Humanidade.

Neste âmbito, todos os países da CPLP reconhecem a importância da ratificação da Convenção da UNESCO sobre a Protecção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais, na medida em que consti-

tuirá, por certo, um instrumento de apoio ao reconhecimento da Língua Portuguesa e da cultura assente nesta matriz linguística.

A língua portuguesa, hoje falada por mais de 200 milhões de pessoas, espalhadas por quatro continentes, representa um valioso património para a Humanidade, pois convivendo, no seu quotidiano, com dezenas de línguas nacionais, na maior parte dos países da Comunidade, serve, por vezes, de ponte, enriquecendo-se nesse exercício.

Continuamos, por isso, muito empenhados, conjuntamente com organizações congéneres, na defesa do multilinguismo como elemento fulcral da diversidade cultural.

Efectivamente, o tema da diversidade cultural, tão presente na agenda internacional, assume crescente actualidade e relevância, enquanto contributo para o enriquecimento da sociedade humana universal e como contrapeso às forças centrifugadoras da globalização.

A Língua Portuguesa tem, nesse âmbito, uma contribuição importante a dar, pois, enquanto 5ª língua mais falada no Mundo, posiciona-se claramente no sentido de uma mais equitativa partilha do saber como bem comum, reforçando a capacidade de participação das nações no processo de correcção dos desequilíbrios e assimetrias culturais e linguísticas.

A CPLP assume, por isso, o compromisso de unir a sua voz e o seu voto à causa da diversidade cultural, ciente de que as culturas do mundo constituem património comum da Humanidade e devem ser reconhecidas e consolidadas em benefício das gerações presentes e futuras. A liberdade de expressão, o pluralismo dos meios de comunicação, o multilinguismo, a igualdade de acesso às expressões artísticas, ao saber científico e tecnológico e a possibilidade de expressão de todas as culturas, são valores inalienáveis que devem ser preservados nos meios de expressão e difusão.

(...)

Mas, porque o que disse e poderia dizer sobre a Língua Portuguesa na CPLP já foi dito e tratado, não constituindo novidade, julgo existirem aspectos do conceito lusófono/lusofonia que devem merecer reflexão, podendo a minha experiência, enquanto responsável de uma

organização que tem uma intensa e irremovível ligação à lusofonia, a CPLP, ser de alguma utilidade aos presentes nesta Sessão.

Importa, assim, clarificar o conceito de **Lusofonia** – traço de união entre cerca de 230 milhões de pessoas –, reconhecer os seus contornos e entender os seus desafios.

Facto evidente é que a lusofonia encerra um espaço físico bem mais vasto do que a CPLP. Todavia, o capital político acumulado pela CPLP ao longo de 14 anos é inquestionavelmente mais significativo, porque exercido por uma entidade reconhecida por todos os seus Estados-membros e com direito de voz e participação em *fora* multilaterais.

A criação da CPLP constituiu, portanto, a concretização de uma vontade política, alicerçada no uso do Português como língua oficial. A Lusofonia está também assente em vínculos linguísticos e na herança histórica portuguesa – elementos que teorizam o universo lusófono e do qual fazem parte os países da CPLP, as diásporas lusófonas e os territórios e regiões onde o Português é residualmente falado.

Ora, num mundo caracterizado pela globalização e por consequentes tentativas de hegemonia cultural, política e económica, a Lusofonia *de per se* não garante a defesa dos interesses dos Povos que a constituem. Portanto, mais do que uma herança, a Lusofonia é um desafio.

O conceito encerra quatro componentes: a formal baseada na língua, a antropológica, a geopolítica e a sociológica. Se nos ativésemos a um conteúdo que se limitasse a fazer corresponder lusofonia com a utilização da Língua Portuguesa, não haveria grandes dificuldades de entendimento e consensos à volta do termo. É um pouco o que se passou com a criação da francofonia, essencialmente baseada na promoção e difusão da língua francesa.

Porém, a lusofonia pode comportar outras dimensões, que podem ser objecto de desentendimentos de variada profundidade. Desde logo porque se trata de um conceito que se pretende aplicar a diferentes espaços geográficos e humanos, cada um com a sua história, cultura – ou culturas – e idiosincrasia, envolvendo participantes que representem o universo da nossa Comunidade.

As reflexões à volta da lusofonia têm-se produzido, sobretudo, em Portugal e no Brasil, não sendo acompanhadas por semelhante esfor-

ção nos restantes países de Língua Portuguesa, o que faz com que a influência da percepção luso-brasileira da lusofonia seja dominante.

Sobretudo nos países africanos, registam-se dúvidas sistemáticas sobre a validade do conceito de lusofonia enquanto factor de identidade supranacional.

A lusofonia é, por vezes, entendida como uma forma ou tentativa de hegemonia da Língua Portuguesa sobre as línguas nacionais, da cultura portuguesa sobre as restantes.

Não podemos ignorar que a maioria das críticas provém da sociedade civil desses países, cidadãos que acreditam que a sua História, cultura, pensamento e idiossincrasia possam não estar a ser reconhecidas e valorizadas.

Para que a visão de toda a Comunidade possa ser de facto incorporada num conceito amplamente aceite, terá que haver interesse pelo debate das ideias que lhe estão subjacentes, entre os intelectuais e a sociedade civil de cada país. É indispensável um esforço para integrar na visão actual da lusofonia as necessárias componentes que traduzam as realidades e expectativas dos países do Sul – os cinco países africanos e Timor Leste.

(...)

Todavia, a ligação entre a lusofonia e a CPLP é inevitável, pelo que se terão de distinguir / definir os contornos dessa lusofonia, dar-lhe um conteúdo vinculativo, que se não deve resumir à mera utilização da Língua Portuguesa como veículo de comunicação.

Para que a lusofonia seja o cimento da CPLP, ela terá que traduzir, para além da língua, interesses e valores comuns e partilhados por todos os Estado-membros que possam traduzir-se em mais-valias para os cidadãos de todos os nossos países, sem pretensão de se utilizar a CPLP para a realização de objectivos que não sejam voluntariamente assumidos.

Muitos desses interesses e valores estão hoje consensualizados, através da Declaração Constitutiva. Com efeito, ao criarem a CPLP, em 1996, os Chefes de Estado e de Governo assumiram o compromisso de canalizar o potencial representado pela pujança das relações históricas, culturais e humanas entre os seus Povos para um projecto mo-

bilizador de capacidades e vontades que abrisse caminhos comuns e solidários para os seus cidadãos e estivesse cimentado na utilização de uma mesma língua.

A prática política dos Estados e das sociedades civis de cada país ao longo destes 14 anos de vida que leva a CPLP tem-se traduzido na concretização, nem sempre tão célere quanto se deseja, da **solidariedade**, suficientemente ancorada entre os Estados-membros, encontra raízes numa longa convivência entre povos de diferentes culturas e conjuntamente com a língua pode constituir um dos mais fortes esteios da lusofonia como suporte da CPLP; da **promoção da democracia, a defesa dos direitos políticos, económicos e sociais dos cidadãos** como princípio dessa lusofonia é outro elemento que trará maior coesão à CPLP; e da **valorização da riqueza e da produção cultural do espaço de língua portuguesa**, incluindo a produção em línguas nacionais que convivem com o Português, contribuirá para construir o que poderá vir a ser uma verdadeira cultura lusófona, enriquecida com contribuições dos criadores de todos os nossos países.

Os esforços para uma maior aproximação cultural entre os povos dos países de Língua Portuguesa terão tanto mais êxito quanto mais determinados forem os esforços dos governos em proporcionar condições para que os seus cidadãos conheçam as realidades dos restantes países da CPLP.

A lusofonia ficará reforçada se esse esforço se traduzir, por exemplo, numa melhor e mais eficaz utilização dos órgãos de comunicação social para dar a conhecer as realidades de cada país no espaço da Comunidade. Temos que reconhecer que o conhecimento recíproco entre os nossos povos ainda se encontra longe do desejável.

Os sistemas educativos devem ser utilizados na familiarização das crianças e adolescentes com esta Comunidade que permite a pessoas de países diferentes comunicarem na mesma língua. E iniciativas devem ser desenvolvidas para motivar os jovens dos diversos países a conviverem, a trocarem experiências e a conspirar por um futuro melhor – a CPLP nas Escolas foi lançada este ano, em Lisboa, e queremos que se estenda a outros países da CPLP. Igualmente se começou a comemorar o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP,

a 5 de Maio, incentivando-se os Estados membros a dar-lhe a devida relevância.

Reconhecemos que as barreiras que se erguem à circulação de pessoas e de bens, incluindo os bens culturais, são inevitavelmente um forte obstáculo à consolidação da Comunidade enquanto espaço de cidadania, fraternidade e solidariedade. Por parte dos governos existe consciência deste facto, particularmente no que respeita à circulação das pessoas.

Por essa razão, estabeleceram um grupo de trabalho para propor medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos países da CPLP no espaço da Comunidade, estando em vias de aprovação a Convenção Quadro relativa ao Estatuto do Cidadão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

(...)

Gostaria de terminar com uma citação de Mia Couto que, como ele próprio reconhece, questionou o sentido do projecto supranacional da CPLP:

*"... eu creio que há que ter uma postura prática, voltada para a construção de soluções. Agora é preciso e é urgente desenharmos acções que afirmem a nossa individualidade no mundo globalizado. (...) Não temos senão duas alternativas: ou ficamos no muro da retórica ou descemos para o chão da realidade, mesmo aceitando que essa realidade se diz no plural. Teremos a comunidade que entendermos ser a nossa e aquela que melhor nos servir. Basta que a façamos".*

Sendo a diversidade linguístico-cultural um instrumento estratégico do diálogo para a construção de alianças entre civilizações, a CPLP tem a tarefa de ser, cada vez mais, um espaço de cooperação, fraternidade e amizade entre povos que partilham não só a língua mas também outros valores comuns que os identificam.

(...)

Muito obrigado!



## João Sentieiro\*

Exma. Senhora Ministra da Educação,

Exmo. Senhor Secretário Geral da União Latina

Exmo. Senhor Secretário Executivo da CPLP

Estimados colegas, distintos convidados, é para mim uma vez mais um grande prazer estar convosco no encerramento deste Encontro, que infelizmente não tive a possibilidade de acompanhar como teria gostado. As reflexões que vou partilhar convosco não decorrem daquilo que poderiam ser os meus comentários ou reacções ao que se passou durante estes dois dias de debate intelectual e certamente de troca de experiências e vivências, mas é de algum modo a confirmação que gostaria de deixar em todos vós que a Fundação para a Ciência e Tecnologia, que ao longo de muitos anos tem vindo a apoiar através dos instrumentos de que dispõe e no âmbito da sua missão, actividades de investigação no domínio da língua e das culturas lusófonas, tem-no feito com o objectivo não só de aprofundar o conhecimento sobre essas temáticas mas, no essencial de promover a troca de vivências e de experiências que permitam a aproximação entre as culturas dos vários países que partilham este bem que é a nossa língua.

Temo-lo feito nos mais diversos domínios científicos, desde as ciências da linguagem aos estudos literários, da antropologia aos estudos africanos, à arqueologia, à herança cultural, contemplando projectos tão distintos como por exemplo o “Desenvolvimento do ensino superior e a cooperação portuguesa com a África Lusófona”, “Os comprometidos, questionando o futuro e o passado de Moçambique”, “O papel das organizações da sociedade civil na educação e no treino”, “Pobreza e paz nos países africanos de língua oficial portuguesa”, e nas áreas da saúde, “Os curandeiros e os hospitais, a tradição africana”.

---

\* *Recolha da intervenção oral.*

Portanto, contemplando domínios vastíssimos e diversos, da cultura de todos estes povos, com os quais temos de facto uma relação privilegiada e especial e com quem, passado o período de luto pós colonial, mantemos hoje relações de grande amizade e proximidade.

Como já tive oportunidade ontem de vos referir, vive-se um momento particularmente importante para elevado número de países de língua oficial portuguesa, um período que tem a ver com o restabelecimento da paz nesses países e por tanto de energias recentradas em aspectos de grande importância como a qualificação e a educação. Cabem-nos aí desafios extremamente importantes de solidariedade, de apoio e também de aprendizagem com essas nações. A Fundação fá-lo, como já disse, no financiamento de projectos de investigação científica, de estudos literários, mas também o faz através do apoio à formação e qualificação ao mais alto nível de cidadãos dos países africanos e não só africanos como é o caso de Timor-Leste, de língua oficial portuguesa. Em particular a Fundação lançou o ano passado o programa Ciência Global, um programa lançado em simultâneo com a proposta de lançamento de um Centro Unesco que mereceu o apoio de todos os PALOPs, na sua Cimeira de Ministros da Ciência. Portugal teve para a sua proposta um apoio unânime e tenho o grato prazer de vos dizer que tivemos 400 candidatos a esse programa que se destina exactamente a promover o desenvolvimento e a qualificação de quadros desses países num contexto que combata o brain drain que muitas vezes se tem verificado.

Julgo ser uma iniciativa de particular importância e por isso não queria deixar de vos dar conhecimento dela, aqui. Mas, no essencial, a mensagem da Fundação é que continuaremos como temos feito no passado a impor-nos a nós próprios o desenvolvimento destas relações, conscientes de que todos temos a aprender com elas, todos temos a ganhar, quer os cidadãos dos países africanos de língua oficial portuguesa, quer os cidadãos de Portugal. Todos temos a ganhar com a aproximação destas culturas e com a qualificação das suas relações.

Muito obrigado

## Recomendações do Colóquio

- i. utilizarem a língua portuguesa em todas as ocasiões públicas internacionais que se apresentem e sempre que possível, evitando o uso de uma língua estrangeira;
- ii. favorecerem uma estratégia comum das embaixadas dos países de língua portuguesa em prol da promoção do português nos diferentes países do mundo;
- iii. realizarem, de maneira concertada, acções que permitam a adopção da língua portuguesa como língua oficial ou de trabalho nas agências das Nações Unidas e aumentar a utilização da mesma nas organizações onde o idioma português já tem esse estatuto;
- iv. mobilizarem as diásporas lusofalantes como motor da promoção da língua;
- v. contribuir para uma maior presença da língua portuguesa na área das ciências e tecnologia;
- vi. promoverem uma política de dobragem em português para melhor difundir a língua no seio das populações dos países de língua portuguesa que apresentam altos índices de analfabetismo.
- vii. destacarem o valor económico da língua portuguesa, de modo a incentivar as empresas dos países lusofalantes a acompanharem a difusão e o uso da língua;
- viii. favorecerem a instauração de quotas mínimas de difusão de música e produção audiovisual em língua portuguesa nos media nacionais;
- ix. equipararem o IVA da edição digital com a edição tradicional;
- x. acompanharem e apoiarem a actividade do IILP nesta nova etapa, decidida pelos países da CPLP em Brasília durante este ano;

- xi. elaborarem uma gramática única da língua portuguesa, que reflita as características de todos os países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- xii. elaborarem um dicionário comum a todas as variantes da língua portuguesa;
- xiii. constituírem um fundo comum aos países de língua portuguesa de terminologias científico-técnicas;
- xiv. criarem uma dinâmica conjunta entre os países de língua portuguesa em matéria de neologismos;
- xv. promoverem o uso da língua portuguesa no seio das entidades internacionais e intergovernamentais;
- xvi. promoverem uma aproximação com os espaços linguísticos próximos (constituídos por línguas românicas) e em particular com os vizinhos naturais de Portugal e do Brasil.

Estas recomendações podem ser consultadas no endereço:

[http://dtil.unilat.org/coloquio\\_lingua\\_port/Recomendacoes.htm](http://dtil.unilat.org/coloquio_lingua_port/Recomendacoes.htm)

# Fotos





*Mesa da Sessão de Abertura*



*Jaime Gama*



*António Braga*



*José Luis Dicenta*



*José Carlos de Vasconcelos*



*Manuel Maria Carrilho*



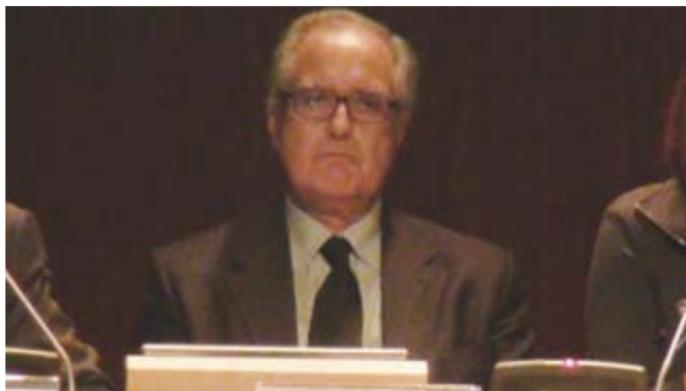
*Marçal Grilo*



*Painel A Língua Portuguesa no Mundo*



*Francisco Pinto Balsemão*



*Ivo Castro*



*Ana Paula Laborinho*



*Graça Mira Gomes*



*Carlos Lopes*



*Adriano Moreira*



*Helder Macedo*



*Painel Diáspora e Emigração*



*Francisco Seixas da Costa*



*Eduardo Lourenço*



*Onésimo Teotónio Pereira*



*João Esperança*



*Luís Filipe Barreto*



*António Pedro Vasconcelos*



*Renato Borges de Sousa*



*Painel Valor Económico da Língua Portuguesa*



*Vasco Teixeira*



*Pedro Norton*



*Paula Morão*



*Paulo Teixeira Pinto*



*Estêvão de Moura*



*Painel Ciberespaço lusófono: como forma de difusão e divulgação da língua – Internet e novas tecnologias*



*Gilvan Müller*



*Arnaldo Espírito Santo*



*Carlos Correia*



*Alberto Costa e Silva*



*Mesa da Sessão de Encerramento*



*Isabel Alçada*



*José Luis Dicenta*



*Domingos Simões Pereira*



*João Sentieiro*



*Mesa do Prémio de Tradução*



*Renée Gomes*



*Hannellore Correia*



*José Luis Dicenta*



*Manuel Carmelo Rosa*



*João Sentieiro*



*Bernardo Harolds*



*Menção Honrosa – João Gouveia Monteiro*



*Menção Honrosa – Fernando L. Vaz*



*Renée Gomes*



*Menção Honrosa – Susana Varela*



*Menção Honrosa – José E. Braga*



*Aspecto do público*



*Aspecto do público*



*Aspecto do público*

Livro editado pela  
União Latina

Impresso na  
Tipografia Lobão

1000 exemplares

Depósito Legal  
322343/11

ISBN  
978-92961220-48-9

Dezembro de 2010





